

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



Governo do Estado do Espírito Santo

Governador do Estado do Espírito Santo

Paulo César Hartung Gomes

Vice-Governador do Estado do Espírito Santo

César Roberto Colnago

Secretário de Estado da Cultura

João Gualberto Moreira Vasconcellos

Subsecretário de Estado da Cultura

José Roberto Santos Neves

Subsecretário de Gestão Administrativa

Ricardo Savacini Pandolfi

Gerente do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

Rita de Cássia Maia

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2.º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3.º Vice-Presidente: Victor Humberto Salviato Biasutti

4.º Vice-Presidente: Gelson Loiola

Secretário Geral: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Adjunto: Vinícius Muline dos Santos

Tesoureiro Geral: Aldo José Barroca

Tesoureiro-Adjunto: Diovani Favoreto Alves

Conselho Fiscal: Assunta Baliana Zamprogno; Carlos Teixeira de Campos Junior; Humberto Del Maestro; Rogério Zanon da Silveira; Ricardo Brunow Costa e Jadir Peçanha Rostoldo.

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Álvaro José dos Santos Silva e Karulliny Silverol Siqueira Vianna.

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917- v. : il. Anual; inicialmente irregular. ISSN 1981-9528 1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. CDU: 94(815.2)(05)
------	--

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Este ano de 2016 é o do centenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Desde aquele 12 de junho de 1916 passaram-se cem anos, mais de mil associados, vinte e duas diretorias, setenta e dois números da *Revista*, inúmeras publicações. Foram incontáveis horas de atividades científicas e outras tantas de convívio cordial entre confrades que vêm se reunindo há tanto tempo irmanados por interesses comuns, animados por um ideal comum.

A todos nós, que de alguma maneira devotamos uma parcela que seja dos nossos esforços ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, é uma honra, mais que uma satisfação, termos a oportunidade de comemorar condignamente a data. Uma das formas de fazê-lo é editar, mais uma vez, um número da nossa quase centenária *Revista*, o órgão de divulgação das atividades da casa e de difusão dos conhecimentos que produzimos.

Este pode ser considerado um número especial da *Revista* porque refoge ao seu padrão normal; de fato, fizemos um convite a todas as casas congêneres, Brasil afora, para que remetessem textos dando conta de seu histórico, suas realizações, deixando livre a temática a ser abordada. Algumas atenderam à solicitação, outras justificaram a impossibilidade de fazê-lo. De qualquer maneira, é motivo de alegria para nós do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo a publicação desses textos na nossa *Revista*, um registro indubitável do fato de fazermos parte de uma rede de instituições, Brasil afora, guiadas por uma mesma preocupação, um mesmo zelo pelas coisas da sua terra e da sua gente. A contribuição dos Institutos Históricos e Geográficos, Brasil afora, ao conhecimento das peculiaridades de nossa terra, é de fato inestimável. Dessa contribuição temos um ligeiro exemplo nestas páginas.

Este número é composto, ainda, por uma segunda parte, contendo artigos sobre o próprio Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de associados que atenderam ao Edital publicado no início deste ano. Sabemos todos que sobre o IHGES muito mais há para levantar, muito mais há para investigar. Aqui, apenas uma pequena amostra do muito que se pode fazer, e sabemos que será feito. É que sem dúvida a nossa casa, engalanada e festiva pela primeira centúria que acaba de ver passar, haverá de atrair ainda mais a atenção de amigos, de curiosos, de pesquisadores, integrantes ou não dos seus quadros. Que certamente buscarão conhecer o muito que temos a revelar folheando primeiro as páginas da *Revista*, documento indelével das nossas realizações.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Percepção e Prática do Pertencimento | 11

Arno Wehling

Instituto Arqueológico: a mais que sesquicentenária Casa de Pernambuco | 19

George F. Cabral de Souza

Os noventa e oito anos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas | 45

Antonio José Souto Loureiro

A criação e trajetória do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal | 51

Vera Ramos

Marie Rennotte, 1852 – 1942 | 65

Nelly Martins Ferreira Candeias

Consuelo Pondé de Sena, o reconhecimento do IGHBA | 77

Edivaldo M. Boaventura

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

IHGES 100 anos com as Ciências Sociais: Arqueologia – Etnografia – Etnologia | 93

Celso Perota, Henrique Antônio Valadares Costa, Igor da Silva Erler, Dionne Miranda Azevedo

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a presença feminina | 99

Getúlio Marcos Pereira Neves

Pequena análise do quadro de Associados do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo 1916-2016 | 115

Paulo Stuck Moraes

Panteon dos Associados Fundadores | 151

INSTITUTOS
HISTÓRICOS E
GEOGRÁFICOS

PERCEPÇÃO E PRÁTICA DO PERTENCIMENTO¹

Arno Wehling*

Numa entidade acadêmica como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sempre cabe a reflexão sobre o conceito de *pertencimento*, já que cada um de seus membros é, por essa própria condição, célula de um organismo. A metáfora biológica pode ser substituída por uma metáfora física ou lógica *elemento* de um sistema, por exemplo mas a ideia essencial continua a mesma. Isso porque cada sócio faz parte desse organismo quase bicentenário e no qual, apesar das células se substituírem, como sempre acontece com os seres vivos, o todo permanece.

No âmbito das relações humanas o pertencimento está intrinsecamente ligado à participação na identidade grupal, e desse modo foi considerado pelos antropólogos e etnólogos. De suas pesquisas sabemos como, em algumas comunidades, a perda do pertencimento a expulsão do núcleo grupal como sanção à falta cometida era encarada como punição pior que a morte. Os helenistas viram significado semelhante no ostracismo ateniense, se bem que nesse houvesse um limite temporal que, uma vez cumprido, permitia a reintegração comunitária do indivíduo. Na própria lógica aristotélica, entre o singular e o universal havia uma categoria intermediária, não apenas de ligação, mas com contornos próprios, a do particular.

No mundo comunitário e corporativo do Antigo Regime a noção de pertencimento tinha igualmente uma força imensurável. Pertencer a uma comunidade aldeã, a uma corporação de ofícios ou religiosa ou a uma guilda era garantia de segurança pessoal e sobrevivência material. Estar excluído de qualquer dessas esferas

¹ A ser publicado na *R.IHGB* n.469, out./dez.2015.

* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

particulares lançava o indivíduo num vácuo ou anonimato social, que poderia rapidamente levá-lo à condição que na Inglaterra era conhecida como de *out law*, sem que necessariamente esse “fora da lei” significasse a prática de um crime. Quando, nesse contexto, a palavra *pátria* passou a ser usada correntemente, ela designava o pertencimento ou vinculação a uma determinada região, reveladora de uma autorreconhecida identidade, como no Brasil colonial ocorre com a *pátria pernambucana* já no século XVII.

No mundo societário posterior à Revolução Francesa, abolidas pelo menos formal e juridicamente as distinções corporativas e particulares, vistas como privilégios, em nome da igualdade de todos perante a lei, é fácil perceber como o mecanismo identitário e conseqüentemente o pertencimento se deslocam para os conceitos de “nação” e de “cidadão”. Todos somos, hoje em dia nacionais e cidadãos, enquanto o apátrida isto é, o *anacional* é visto como alguém de certa forma prejudicado pelo não pertencimento a uma sociedade nacional e o não cidadão no século XIX o escravo, por exemplo, no Brasil ou nos Estados Unidos sempre foi um problema social, político e jurídico, assim como o são os excluídos contemporâneos, em nome de uma concepção de cidadania ampliada em círculos concêntricos de direitos individuais, civis, políticos e sociais.

Cabe agora a pergunta: sendo a noção de *pertencimento* elemento tão difundido e forte em diferentes culturas e épocas, como se evidencia em sociedades científicas e culturais como o Instituto Histórico? Precisam tais entidades de uma percepção forte de *pertencimento*, ou elas o dispensam?

Nossa primeira intuição na resposta é um vigoroso “sim”, que se reforça com os desdobramentos concretos.

E por que precisam de uma percepção de *pertencimento*?

Por pelo menos duas razões, uma negativa e outra positiva.

Porque não são meras entidades que respondem a uma necessidade imediatamente concreta, definida por uma força exterior e

formal cuja obrigatoriedade de pertença quase se esgota na letra de seu estatuto.

São, pelo contrário e muito além disso, entidades que possuem uma alma ou um *ethos*, força interior que lhes anima a existência e, como numa corrente elétrica, polariza os elementos para continuar produzindo seus resultados.

Assim, a percepção de *pertencimento* a essas entidades por parte de seus constituintes é praticamente a condição *sine qua non* de sua existência. É uma característica vital para sua continuidade. Sem ela, essas instituições rareiam seus encontros, escasseiam sua produção, deixam de ser ambicionadas pelos melhores, tornam-se um espectro do que foram. Em duas palavras: decaem e morrem.

E em que consiste essa percepção de *pertencimento*?

Podemos dizer sinteticamente que ela consiste em pelo menos três aspectos essenciais: a preocupação com o destino institucional da entidade, a participação no seu desenvolvimento e a manifestação de uma forte identidade.

Ao dizermos que a noção de *pertencimento* expressa a preocupação com o destino institucional, queremos significar não apenas a vaga manifestação exterior, mas a idéia da corresponsabilidade no processo coletivo de condução da Casa a suas finalidades. Supõe, isto é, dizendo mais profundamente, pressupõe a assunção plena da fidelidade aos princípios diretores formalizados no estatuto, mas que só produzem seus efeitos se efetivamente vivenciados. Essa fidelidade está contida no compromisso com que cada um de nós assume a condição de sócio por ocasião da posse, e que foi sintetizada na fórmula que todos conhecemos:

“Prometo promover, quanto em mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e observar fielmente seu estatuto e regimento.”

Prometer *promover o engrandecimento do Instituto* não é um compromisso eivado de subjetividade, como à primeira vista pode parecer. Há certo consenso sobre o que seja a grandeza de uma instituição desta natureza, quer pelo significado que tenha no panorama científico e cultural do país e do exterior, quer pelo cultivo dos valores que efetivamente realiza.

A observação fiel do estatuto e do regimento, por sua vez, não é mera vinculação burocrática. Supõe a adesão, ao mesmo tempo formal e essencial, no sentido aristotélico da distinção, àqueles valores e às finalidades e objetivos neles inscritos. Aí estão a produção e divulgação do conhecimento, a constituição do acervo documental e a defesa do patrimônio cultural do país, bem como os valores que os embasam: a preocupação com a memória e a história nacionais e o fundamento humanista que tudo perpassa.

Esse destino institucional, portanto, está muito claro para nós. De um lado, a referência permanente das finalidades e objetivos a atingir, como os cumes visíveis do *iceberg*. De outro, a referência permanente do substrato ético expressos nos compromissos com a memória, a história e o humanismo. Perceba-se que falo em humanismo e não em humanidade, já que este conceito pode ser questionado, como em Goethe, quando reclama de sua abstração, dizendo que conhece apenas homens individual e culturalmente relativizados. Para que não herdemos polêmicas do racionalismo e da Revolução Francesa, definamos como humanista nosso compromisso, o que já abarca tanto a empatia cosmopolita quanto a percepção concreta ao próximo.

Ao dizermos, em seguida e como corolário, que o *pertencimento* implica a participação no desenvolvimento institucional, afirmamos a necessidade de envolvimento nas *ações* do Instituto. São relevantes tanto a presença quotidiana quanto a contribuição excepcional como uma palestra ou uma representação para o bom

desempenho de nossa instituição. Porque não podemos duvidar: o IHGB será o que cada um de nós individual e coletivamente fizer para que venha a ser. E isso precisa Os Institutos Históricos: percepção e prática do pertencimento ocorrer complementarmente nos planos da reflexão e no plano operacional. Não basta ter ideias, é preciso sentir a dificuldade de implementá-las; reciprocamente, não basta participar da implementação, se não houver uma convicção teórica preliminar. Reflexão e operação estão presentes e concorrem para o desenvolvimento institucional quando apresentamos trabalhos na Cephás, publicamos estudos e resenhas na Revista, atuamos em Seminários e Congressos patrocinados pela Casa, representamos o Instituto, declinamos nossa condição de sócios em eventos e publicações externos, sugerimos políticas e práticas institucionais ou a mudança daquelas em andamento.

Esse tipo de *pertencimento* que promove o desenvolvimento institucional, portanto, envolve as diferentes dimensões em que cada um de nós atua no Instituto. Contudo, não significa apenas a soma de nossos currículos e atividades individuais, mas um direcionamento para a prática institucionalizada no âmbito do IHGB. O todo que este representa não é apenas a soma das partes individuais que cada membro representa com sua bagagem intelectual acumulada, mas o conjunto que a ultrapassa quantitativa e qualitativamente. Se pudéssemos representar estatisticamente esta ideia, ela corresponderia à comparação entre uma escala aritmética e uma escala logarítmica, na qual se insere uma variável proporcionalmente mais significativa justo a pertença ao Instituto. Ou, se quisermos recorrer a uma imagem jurídica, a da igualdade linear compensada pela equidade.

Por fim, pode-se afirmar que a noção de *pertencimento* ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro parte de uma forte percepção identitária.

Mas em que consiste a identidade? Estamos ente historiadores e outros cientistas sociais e devemos tomar cuidado em não naturalizar simploriamente os conceitos que empregamos. Identidade não significa necessariamente o mesmo, conforme empregemos a palavra no senso comum, burocraticamente (uma “carteira de identidade” nos vincula um determinado ente público, o Estado) ou ainda filosófica e cientificamente.

Para fixarmos os parâmetros de que necessitamos, coloquemo-nos nos dois últimos aspectos.

Logicamente, a identidade pressupõe muito mais nuances que o simples princípio de identidade conforme definido desde a Grécia antiga: o que é, é e o que não é, não é. (LAL 452,2acol) Se a identidade pode ser, como queria Aristóteles recebido pelos tomistas, numérica e específica ou de qualidade, o *pertencimento* de que falamos corresponde à segunda expressão. É nesse sentido que utilizei os exemplos estatístico e jurídico.

No próprio Santo Tomás são identificados 27 tipos de identidade, algumas das quais tem adequação perfeita à perspectiva de identidade que mais de perto nos interessam: *idem definitione*, *idem matéria*, *idem specie*, *idem secundum analogiam*, esta última oposta ao conceito *idem secundum univocationem*, sublinhando que a semelhança está muito longe da uniformidade. Valha o paradoxo: somos no IHGB muito semelhantes porque somos muito diferentes.

Antropológica e historicamente, o conceito de identidade também possui significativa variação semântica. Tomemos como exemplo uma das muitas discussões sobre o tema, o Seminário, que se realizou em 1975 e que teve como orientadores Claude Lévi-Strauss e Jean Marie Benoist. Este, na proposição das discussões sobre o tema, desde logo chamou a atenção para a necessidade de uma “reafirmação consolidadora do conceito de identidade [entre os antropólogos], menos que uma destruição iconoclasta de seus elementos

idealistas latentes”. Era um apelo à objetividade e ao uso funcional do conceito, num terreno cheio de armadilhas teóricas que pode desembocar no mais completo e devastador solipsismo e eliminar assim qualquer utilidade do conceito para as ciências sociais.

Após dias de discussão que encheram o volume que sintetiza o Seminário, Lévi-Strauss, na sua conclusão, retomou a pergunta que motivou o Os Institutos Históricos: percepção e prática do pertencimento encontro: “por onde orientar-se para formular a noção de identidade?”. E ele respondia, coroando o desenvolvimento do tema naqueles dias:

“Será na via oposta à do substancialismo dinâmico; será considerando que a identidade é uma espécie de fazer virtual ao qual nos é indispensável referir para explicar um certo número de coisas, mas sem que jamais tenha uma existência real”.

Ainda que pudéssemos questionar aspectos dessa definição, como por exemplo estranhar que Lévi-Strauss não considere aí “real” o campo simbólico, procuremos aplicar a nosso universo de interesses as perspectiva do dois autores.

No caso da preocupação expressa por Benoist, a de antes reafirmar a utilidade do conceito do que refutá-lo devido a seus fundamentos idealistas, podemos constatar simplesmente que a identidade, ou seja, a autoidentidade, sempre fez parte do *ethos* do Instituto e como tal foi proclamada desde os textos fundadores do visconde de São Leopoldo e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Ainda pensando pragmaticamente como Benoist, nossa identidade, se é algo que não deve ser idealmente superestimado, também não deve ser iconoclasticamente destruída nem menosprezada. Se há alguma coisa em que a virtude esteja no meio termo, certamente é nisto.

Quanto à ótica de Lévi-Strauss, e aplicando-a com alguma latitude, dois aspectos parecem falar-nos mais de perto.

O primeiro é a constatação de que a identidade não é um imperativo categórico, absoluta e igualmente distribuído entre todos os membros do Instituto. É contudo algo que nos une a partir de algumas categorias e exteriorizações qualitativas, a uns mais, a outros menos, mas sempre de modo vinculante. Nosso compromisso de posse no IHGB estabelece um limite subjetivo interessante, que se aplica a este ponto, ao dizer “quanto em mim couber”, significando o respeito que a Casa reconhece dever às potencialidades e limitações do ingressante.

O segundo ponto refere-se ao “fazer virtual” que traduz “certo número de coisas”. Ainda que não associemos o “virtual” ao “simbólico” poderíamos dizer que essa virtualidade é indispensável porque permite expressar o lado visível e concreto o “certo número de coisas” de Lévi-Strauss do *pertencimento*, sem que a identidade em si precise ter uma existência concreta, ainda que em muitas vezes o tenha.

Alinham-se, desse modo, diferentes razões para que a noção de *pertencimento* seja uma das molas mestras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e certamente de instituições congêneres.

A *sensação de pertencimento* reflete a consciência identitária e expressa comportamentos, atitudes e práticas que consolidam a identidade; cimentam as relações de seus membros entre si e com o abstrato, porém não menos “real” IHGB; e permitam que ele viva o seu *ethos* e atinja suas finalidades.

A *sensação de pertencimento*, essa entrega voluntária à instituição, é o *élan* que a mantém viva e atuante. E a vitalidade desse *élan* se nutre do envolvimento de cada um de nós com o seu destino.

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO: A MAIS QUE SESQUICENTENÁRIA CASA DE PERNAMBUCO

George F. Cabral de Souza*

Em 11 de outubro de 1861, o editorial do *Diário de Pernambuco*, principal periódico da província, lançou a seguinte questão: “teremos nós uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?”¹. Longe de ser uma pergunta retórica, o questionamento lançado pelo jornal refletia uma inquietação característica da época. Ainda estavam presentes os ecos dos anos agitados da primeira metade do século XIX, repleta de movimentos insurrecionais em Pernambuco e em outras áreas do império. Anos em que a consolidação do jovem Estado brasileiro, emancipado politicamente de Portugal em 1822, foi lentamente conseguida, seja à maneira prussiana, seja pela conciliação. Os confrontos sacudiram várias províncias mas nenhuma delas teve um histórico de explosões contra os poderes centrais como a de Pernambuco, já desde a época do Rei Velho — D. João VI —, quando ainda os laços coloniais não haviam sido de todo rompidos.

Percebe-se, portanto, que a pergunta lançada no *Diário de Pernambuco* refletia efetivamente um anseio de alguns estudiosos

* Sócio Efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História pela Universidade de Salamanca. Acadêmico Honorário da Academia Portuguesa da História. Sócio Correspondente dos Institutos Históricos do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Alagoas e do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão (Santarém-Portugal). Presidiu o IAHGP entre 2009 e 2011.

¹ *Diário de Pernambuco*. 11 out 1861. José Antônio Gonsalves de Mello atribui o texto a Antônio Rangel Torres Bandeira, um dos fundadores do Instituto Arqueológico. MELLO, J. A. G. “Pereira da Costa e suas fontes históricas”, in: PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. V. I, páginas introdutórias.

e intelectuais locais, indivíduos que foram pioneiros nas pesquisas históricas metodologicamente influenciadas pelos moldes cientificistas propostos na Europa. O desejo de produzir uma história do ponto de vista local, ou do ponto de vista de uma província derrotada nas lutas que definiram o centralismo como modelo de organização do Estado brasileiro, aparece claramente nas declarações de intenções dos elementos mais intimamente ligados à fundação do Instituto Arqueológico em 1862.

Tentativas anteriores foram ensaiadas na então província. Em 16 de setembro de 1837, apareceu o seguinte anúncio no *Diário de Pernambuco*: “Uma Sociedade de Literatos Pernambucanos propõe-se a escrever a História desta heroica Província, desde o seu descobrimento até os nossos dias. A mesma Sociedade roga aos seus concidadãos que tiverem documentos, memoriais, etc., relativamente a este objeto, se dignem de os emprestar [...]” As fontes solicitadas deveriam ser entregues na loja de livros dos números 37 e 38 da Praça da Independência. Os cedentes receberiam como garantia de devolução um recibo e como recompensa um exemplar da obra, quando ela ficasse pronta.²

Desde 1848, outras vezes se levantavam em apoio a um projeto com este perfil. Em 21 de agosto daquele ano, publicou-se no periódico recifense *A Barca de São Pedro* um artigo firmado por E.O.U.A que discorria sobre um “Projeto de uma Biblioteca Pública, Arquivo e Museu provincial, Instituto de História e Ginásio, dirigido à Assembleia Provincial de Pernambuco”. Diferentemente do que propunha o título, o artigo nada esclarecia sobre o projeto em si, resumindo-se a dar ideias gerais sobre o assunto, mais a título de justificativa da iniciativa. Ao terminar, esclarecia que “Deixa-

² MELLO, J. A. G. de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º Reinado*. pp. 109 e 115.

mos de imprimir por ora a Proposta, porque julgamos inútil a sua publicidade; nem o tempo nem as circunstâncias são favoráveis a nosso projeto, que demanda tempo, calma e alguns meios para a sua execução. Todavia, diremos, que para levá-lo a efeito pouco ou nenhum sacrifício custaria ao tesouro provincial”.³

Anos depois, em 18, 20 e 25 de fevereiro de 1860, Antônio Rangel de Torres Bandeira publicou em sua coluna “A Carteira”, no *Diário de Pernambuco*, dois artigos dedicados à necessidade de desenvolver os estudos sobre a história local. Apontava como o melhor caminho para isso a fundação de um Instituto provincial e afirmava que a existência de um Instituto Brasileiro não deveria servir de obstáculo e sim de exemplo. Trazia ainda considerações sobre as diretrizes gerais que deviam pautar a produção de um discurso historiográfico pernambucano. Afirmava Torres Bandeira que “o Instituto, como o concebemos, seria um passo de mais, porém, um passo seguro no progresso moral e natural da província a que pertencemos”.⁴ Em 23 de outubro de 1861, o *Diário* reforçava o editorial do dia 11 anterior afirmando que “não arrefecemos no empenho de dar resolução à esta ideia, que não caiu em solo ingrato, estamos certos”

Por aquela época, dois fatos em particular tiveram profundo impacto entre a *intelligentsia* provincial. O primeiro deles se deu em 1859. Referimo-nos à visita do Imperador Pedro II e sua consorte a Pernambuco entre os meses de novembro e dezembro daquele ano. Movido pela curiosidade que sempre o caracterizou, o jovem monarca inquiriu sistematicamente sobre os locais, os fatos e as pessoas relacionados com a guerra contra o invasor holandês em meados do século XVII. No seu diário, Pedro II revelou-se decepcionado com a

³ PEREIRA DA COSTA, *opus cit.*, v. X, p. 400.

⁴ *Idem*, p. 401.

“ignorância que encontro em geral nos pernambucanos da história gloriosa de sua província nessa época”. A ácida observação resultou das frustradas tentativas do Imperador de tentar levantar com os sábios locais informações concretas sobre o período holandês.⁵

Ao perguntar sobre a localização do Forte de São Jorge, recebeu a lacônica resposta de que devia ficar “para o lado da Tacaruna”. Em 27 de novembro, tentou sem sucesso localizar o Arraial Velho do Bom Jesus. Foi deste dia o desabafo registrado acima. Chegou a realizar pesquisas em velhos papéis de meados do século XVII que naquela altura ainda se conservavam nas repartições públicas de Pernambuco. Fez observações detalhadas sobre as fortalezas e sua artilharia, tentando sem êxito encontrar algumas das que estavam desaparecidas, tais como a já referida de São Jorge, Quebra-Pratos, Salinas, Três Pontas, Alternar e Ernesto. Mais uma vez frustrado, anotou em seu diário: “pouco sabem aqui a tal respeito e o tempo não me permitiu colher mais”. Guiando-se pelas obras produzidas no século XVII, como o *Castrioto Lusitano*, Pedro II excursionou pelos Montes Guararapes e foi à Vitória de Santo Antão, em busca do local da Batalha das Tabocas. O Imperador recomendou então que se criasse uma instituição aos moldes do IHGB em Pernambuco.

Um segundo fato que teve forte repercussão ocorreu menos de ano e meio depois da visita imperial. Em 5 de março de 1861, o historiador oficial da corte Francisco Adolfo Varnhagen realizou uma excursão à cidade de Olinda. Chamou-lhe a atenção o edifício do antigo Palácio dos Governadores, que havia sido reformado no governo de Chichorro da Gama para acomodar o Curso Jurídico de Olinda. O editorial do *Diário de Pernambuco* de 24 de abril de 1861 relatava que,

⁵ José Antônio Gonsalves de Melo afirma que Pedro II não recorreu à pessoa que poderia melhor ter saciado sua sede de informações: Antonio Joaquim de Melo. MELLO, J. A. G. “Pereira da Costa e suas fontes históricas”, in: PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucano*. V. I, páginas introdutórias.

nessa reforma, o engenheiro responsável ordenou a retirada de uma antiga lápide de pedra, que assinalava a importância histórica do edifício. “A lápide foi arrancada, arrojada ao chão, espedaçada e os fragmentos aplicados ao calçamento da rua”. Tratava-se da inscrição que atribuía a André Vidal de Negreiros a obra de reedificação do palácio.

Varnhagen tratou de enviar a inscrição para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Anos depois, historiando os tempos iniciais do Arqueológico, a comissão formada pelo Major José Domingues Codeceira e por Ceciliano Mamede Alves Ferreira relatava em parecer que somente depois da fundação do Instituto pernambucano a lápide foi devolvida à província. Queixavam-se de que mesmo se tratando de tão importante dado histórico, Pernambuco não havia tomado ciência de seu conteúdo, enquanto outras províncias já tinham cópias da inscrição. O editorial do *Diário* de 24 de abril de 1861 enfatizava que era um dever dos pernambucanos reunir os fragmentos desta lápide, pois eram “reliquias preciosas que importam que não se percam”.

Meses depois, o mesmo *Diário* lançava a pergunta com a qual iniciamos este capítulo: “teremos nós uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?”. Sim, respondia o editorial, “temo-la, sem dúvida”. Faltava entretanto resgatá-la, desencavando suas fontes e questionando-as à luz da filosofia e da cultura prática e, posteriormente, divulgando-as com a maior publicidade possível. Só assim se poderia aprofundar as visões generalistas e corrigir as distorções presentes nos livros sobre a história pátria. Era necessário cultivar as tradições, pois embora elas existissem, corriam o risco de tornar-se “letra morta”, por falta de exame e pesquisa e de monumentos que as materializassem frente ao povo da província.

A solução para esta questão seria a criação na capital de uma “sociedade especial e unicamente destinada a promover o estudo das antiguidades, na parte que respeita à história da nossa Pro-

víncia”. O antigo periódico propõe até um nome: “Sociedade dos Antiquários de Pernambuco”. Sua missão deveria ser “investigar com critério e reflexão, nas muitas fontes da nossa particularíssima história: explorar estas várias minas de erudição e de notícias que jazem, quase em dissolução, no fundo dos cartórios, dos arquivos, das bibliotecas e, quem sabe?, nos esconderijos de alguma corporação antiga, de algumas livrarias silenciosas, pelo descuido e incúria egoística dos respectivos donos”. O apelo do jornal ia destinado ao “mundo das opiniões”, ao que chamaríamos hoje de opinião pública, na esperança de que a semente pudesse germinar e frutificar homens de senso e de verdadeiro patriotismo, pois para o editorial, “a história é para cada povo, em que ela se revela e a que pertence, uma espécie de religião e de culto público”.⁶

Premeditado ou não, o fato é que o apelo teve eco no “mundo das opiniões” em Pernambuco e meses depois, em janeiro de 1862, surgiu a ideia da formação da sociedade proposta. A iniciativa coletiva do grupo de cinco fundadores foi capitaneada por Joaquim Pires Machado Portela. Em carta de 1880, Portela informava a Mamede Alves Ferreira que mesmo antes de visitar o Instituto Brasileiro já lhe impressionavam as notícias das suas atividades, divulgadas através da *Revista Trimensal*. Ao mesmo tempo, lhe preocupava o fato de que muitos papéis importantes, vestígios de momentos marcantes da nossa história, começavam a se perder. Tal era o caso, por exemplo, da documentação gerada pela Junta de Goiana de 1821, cujo secretário, Felipe Mena Calado da Fonseca, alertava que muitos papéis já haviam “levado sumiço”.

Os episódios das visitas do Imperador e de Varnhagen, aos quais já nos referimos, provocaram-lhe profunda impressão. Além

⁶ MELLO, J. A. G. de. *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*, v. 2, pp. 755 e ss.

disso, causou-lhe impacto a notícia da aquisição, por parte do Instituto Brasileiro, de cópias de documentos holandeses e de comunicações e artigos produzidos por pesquisadores pernambucanos. Portela acreditava que, “mais que a qualquer província”, estes papéis e textos “deviam interessar a Pernambuco, de cuja história no dito ano [1861] e perante o mesmo Instituto [Brasileiro] se ocupara o cônego Fernandes Pinheiro”. O convite circulou entre os potenciais integrantes de uma sociedade com o perfil proposto mas, para evitar “algum fiasco”, Portela e Salvador Henrique de Albuquerque empenharam-se diretamente em reforçar o convite por meio de cartas e de contatos pessoais nas vésperas da reunião inaugural.

No dia marcado, estiveram presentes, além dos cinco proponentes, 22 convidados para proceder à instalação da Sociedade Arqueológica Pernambucana e iniciar os trabalhos de preparação para a definitiva fundação da instituição, quando da aprovação dos seus estatutos. O *Jornal do Recife* destacou que a sala do Convento onde se realizou a solenidade — o mesmo espaço onde funcionava a Biblioteca Pública — estava decorada de forma simples mas decente, tendo do lado do nascente os bustos do heróis da Restauração (Vieira, Negreiros, Dias e Camarão).

Do lado de fora do Convento, uma guarda do batalhão de linha fazia as honras ao ato e uma banda tocou o hino nacional quando foi declarada instalada a sociedade. O *Jornal do Recife* afirmava que “aquele que for verdadeiro pernambucano deve comprazer-se e agradecer aos autores de semelhante ideia” e concluía a notícia afirmando “sinceros votos pela prosperidade de semelhante Associação, que muito honra a esta província, e a todos os que para ela concorrem.”⁷

O presidente interino Joaquim Pires Machado Portela proferiu discurso em que apontou o ideário que norteava a iniciativa de

⁷ *Jornal do Recife*. 30 jan 1862.

constituir a Sociedade Arqueológica Pernambucana, alertando para o fato de que a história pátria era merecedora de nossa “mais particular atenção”. Devia-se estimular o desenvolvimento dos estudos para “torná-la a mais completa possível”. Para tanto, era mister “esquadrinhar esses fatos ignorados, colher e purificar no crisol de judiciosa crítica essas tradições esparsas, pesquisar esses documentos negligenciados, descobrir esses monumentos que tenham significação histórica, comemorar enfim, tudo o que tiver dado ou puder dar nome e glória ao país”.

De forma sutil, mas decidida, Portela deixa transparecer o desejo de que se produza conhecimento histórico na perspectiva de Pernambuco, “evitando que tais preciosidades se percam, ou que mão estranha e parcial proceda a sua exploração, de modo para nós talvez inglório [...] por ser mais fácil e exata a sua investigação e verificação de fatos no próprio teatro em que aconteceram”. O presidente interino deixava assim entrever o mal-estar provocado em Pernambuco e a reação às tentativas de Varnhagen e do Cônego Fernandes Pinheiro de pôr em questão, junto ao IHGB, a memória e os ideais da Revolução de 1817 e de reabilitar a figura do General Luiz do Rego Barreto.

Os primeiros meses de funcionamento da Sociedade Arqueológica Pernambucana foram dedicados a organizar os estatutos e a formar o quadro de sócios. Seguindo o exemplo do Instituto Brasileiro, os membros propostos não tinham que ter necessariamente uma obra dedicada aos estudos históricos mas gozar de algum prestígio intelectual, social ou político no contexto da província. Em 16 de agosto de 1862, foi aprovado o primeiro estatuto e modificou-se o nome da sociedade para Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano – IAGP.⁸

⁸ Estes primeiros estatutos foram publicados na *Revista do IAGP*, n. 2, de 1864.

A denominação “arqueológico” foi escolhida por influência do pensamento francês que a considerava como designativa do conhecimento do passado em todas as suas facetas. Já o termo “Pernambucano” foi adotado, por influência das ideias liberais europeias, no sentido de ressaltar o pertencimento da instituição ao povo de Pernambuco, e não ao governo da província, como se poderia compreender erroneamente se fosse usada a expressão “de Pernambuco”.

Em 21 de setembro de 1862, o Monsenhor Francisco Muniz Tavares tomou posse como Presidente do IAGP. Também assumiram seus postos os outros integrantes da mesa diretora, constituída pelo primeiro Vice-presidente Joaquim Pires Machado Portela; segundo Vice-presidente, o Barão de Vera Cruz; terceiro Vice-presidente, o Cônego Venâncio Henriques de Resende; o Secretário Perpétuo José Soares de Azevedo; segundo Secretário, o Major Salvador Henrique de Albuquerque; tesoureiro, o Barão do Livramento (depois Visconde); e o Orador Antônio Vicente do Nascimento Feitosa. Assumiram ainda as comissões de Fundos e Orçamentos, Redação da Revista, Revisão de Manuscritos, Trabalhos Históricos e Arqueológicos, Trabalhos Geográficos, Admissão de Sócios e Pesquisas de Manuscritos e Monumentos Históricos.

A escolha do Monsenhor para ocupar a primeira presidência efetiva do IAGP era uma deferência a esta relevante figura, que foi participante do movimento de 1817 e observador de todo o conturbado cenário político da primeira metade do século XIX. Machado Portela, no discurso que fez na posse de Muniz Tavares, afirmou que os sócios do IAGP se congratulavam pela acertada escolha, pois “a natureza mesma desta sociedade o exigia: e na verdade, quem diz história, diz passado, e quem diz passado, diz velhice, experiência, saber”. O velho Monsenhor, participante e testemunha ocular de alguns dos lances mais dramáticos da história de Pernambuco, comandaria a instituição até a sua morte.

O IAGP chamou para si a responsabilidade de atuar como locus da preservação dos vestígios do passado pernambucano e da produção de conhecimento histórico. A província já contava, entretanto, com alguma produção historiográfica anterior, da qual é excelente exemplo a própria *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, de autoria de Muniz Tavares. Podem-se destacar ainda, entre outras obras, a *Escola de Heróis* do Cônego José do Carmo Barata (1826), as *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* de J. B. Fernandes Gama (1844-1847), *Os Mártires Pernambucanos* de Joaquim Dias Martins (1853), a *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano* do Pe. Lino do Monte Carmelo Luna (1857), além de traduções e comentários de documentos manuscritos. Competia ao IAGP conduzir o estudo de todas as fontes históricas e vestígios arqueológicos que elucidariam o passado de Pernambuco à luz da moderna prática historiográfica.

O resgate da rica história local constituiria a legitimação da importância da província no contexto político imperial, espaço de afirmação que Pernambuco perdia para o eixo centro-sul que girava em torno da Corte. O papel de centro econômico e político no âmbito regional também aparece na intenção dos primeiros sócios de conduzir estudos sobre as províncias do Norte, uma vez que o Recife era “um foco aglutinador de vivências e interesses das elites setentrionais do Império”.⁹ Com estes objetivos em mente, o IAGP trouxe para os seus salões as celebrações cívicas tradicionais, procurando legitimá-las como fundamentais para a construção e a valorização da nacionalidade, vista a partir de um prisma local e sob o ângulo da nascente cientificidade da História.

Durante os seus primeiros anos, o IAGP lutou contra um problema que seria recorrente ao longo de toda a sua história: a falta de

⁹ GUIMARÃES, Eduardo H. de L. *Religião, Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876*, p. 93.

recursos financeiros. Até 1865, todas as despesas eram financiadas pelos próprios membros e muitas vezes o tesoureiro teve que pagar de seu bolso as despesas mais urgentes, antecipando dinheiro ao IAGP a título de empréstimo. No final de 1865, o IAGP recebeu a quantia de 1:620\$000 proveniente de uma loteria provincial. Apesar da promessa de que novas parcelas geradas pela loteria seriam repassadas ao IAGP não ter se concretizado, o aporte destes recursos se somou aos minguados dinheiros oriundos das mensalidades, das joias pagas pelos novos sócios e da venda de poucas revistas.

A partir de 1866, a Assembleia Provincial concedeu uma subvenção anual de 1:200\$000, o que permitiu durante alguns anos que o IAGP pudesse manter suas atividades e publicar sua revista com regularidade. Essa fase vai até o fim da primeira década de existência do sodalício, quando a subvenção foi reduzida pela metade. Apesar das limitações de caixa — que impediram alguns projetos de maior vulto, como a construção de quatro grandes monumentos de louvor aos restauradores —, já então o IAGP alcançava reconhecimento social na província como guardião da memória local.

Os sócios mais ativos logo perceberam que uma ação primordial para o cumprimento dos objetivos básicos da instituição seria a identificação e preservação dos acervos documentais dispersos pela província. Várias instituições e particulares armazenavam velhos papéis que eram fundamentais para desencavar detalhes dos momentos cruciais da história de Pernambuco. Secretarias de governo, ordens religiosas, cartórios, irmandades e paróquias passaram a ser objeto de atenção especial. Formavam-se comissões para realizar incursões nestes depósitos com o fim de angariar doações ou de providenciar cópias. Em 1866, por exemplo, foi proposta a formação de uma “comissão de três membros para, com a devida permissão se examinar o arquivo da Câmara Eclesiástica sob o ponto de vista histórico; e bem assim fazer um relatório dos principais docu-

mentos que aí possam encontrar. O mesmo em relação ao Arquivo de São Bento de Olinda, mediante a permissão do respectivo Dom Abade”.¹⁰

A cidade passava por transformações e o Arqueológico mantinha-se atento para localizar e registrar as edificações antigas que iam desaparecendo. Nesse sentido, foram formadas comissões para acompanhar obras na cidade, tentando documentar vestígios de antigas estruturas que haviam desaparecido ou estavam sendo demolidas para abrir espaço a novas construções. Em 1874, foi proposto que se estabelecesse um acordo com os frades capuchinhos da Penha para tentar identificar vestígios da primitiva igreja daquele convento. A esperança era de encontrar uma planta que elucidasse as dúvidas existentes. Da mesma forma, procurou-se identificar as estruturas da antiga Ribeira do Peixe. Naquele momento, o edifício que existia no local estava sendo demolido para a construção do novo mercado público de São José. Em ambos os casos, desejava-se recolher ao arquivo do Arqueológico as plantas das edificações. A ponte da Boa Vista e a antiga Casa dos Expostos também foram alvos da atenção da instituição.

Em abril de 1874, diante da interrupção das atividades do Instituto Arqueológico e Geográfico de Goiana, aprovou-se proposta para que o IAGP se tornasse guardião “dos documentos e papéis que resultaram de suas importantes investigações e pesquisas e bem assim os restos mortais do General André Vidal de Negreiros, exumado na Capela do Engenho Novo e depositados no Recolhimento das Freiras, para o que fará este Instituto todas as despesas de condução”.¹¹

¹⁰ Proposta apresentada por Raposo de Almeida, José Bento da Cunha Figueiredo Jr., Pe. Lino do Monte Carmelo Luna e Francisco Soares Brandão na sessão de 12 jul 1866. Arquivo do IHAGP.

¹¹ Proposta de Salvador Henrique de Albuquerque, José Domingues Codeceira e Lino do Monte Carmelo Luna, de 9 abr 1874, Arquivo do IAHGP.

Nestes anos iniciais, as comissões mais ativas foram as de Redação da Revista e de Trabalhos Históricos e Arqueológicos. Os limitados meios de acesso à informação disponíveis até então na província obrigavam a Comissão de Trabalhos Históricos a pedir o apoio do público letrado do Recife. Em anúncio do Diário de Pernambuco de 2 de setembro de 1867, lê-se o seguinte apelo: “A Comissão de Trabalhos Históricos do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, precisa com urgência de consultar o Valeroso Lucideno de Frei Manuel Calado. A pessoa que tiver um exemplar dessa raríssima obra e a queira ceder por venda ou empréstimo, terá a bondade de mandar aviso à secretaria do mesmo Instituto, no Convento do Carmo, junto à Biblioteca Provincial, para ser procurada pelo segundo secretário. Recife, 31 de agosto de 1867. Salvador Henrique de Albuquerque.”¹²

Mediante a concessão de títulos de sócio correspondente, o IAGP formou uma teia de relações com intelectuais na Corte e nas províncias vizinhas. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma rede de colaboração institucional com outras associações no Recife, tal como o Gabinete Português de Leitura. Os estatutos previam um número máximo de 40 sócios efetivos, mas o total de membros (incluindo os correspondentes) aumentou de 68 em 1863 para 171 em 1874. Apesar disso, muitas reuniões ordinárias não ocorreram por falta de *quórum*. A maior parte dos trabalhos e das ações realizadas foram conduzidas pelo reduzido grupo ligado diretamente à mesa diretora, com destaque para Antônio Nascimento Feitosa, Aprígio Guimarães, o Pe. Lino do Monte Carmelo Luna, Raposo Almeida, José Soares de Azevedo, Antônio Vitruvius Pinto Bandeira, João Joaquim Fonseca de Albuquerque e João Batista Rigueira Costa.

O IAGP empunha as bandeiras do cientificismo histórico lutando em duas frentes. Por um lado, a oposição ao discurso histó-

¹² *Diário de Pernambuco*, 2 set 1867.

rico emanado da Corte e considerado injusto na análise dos feitos históricos de Pernambuco; por outro, uma luta local contra a indiferença dos próprios pernambucanos em relação ao seu passado glorioso. É importante salientar que não transparece no discurso de seus membros, sejam de perfil político conservador ou liberal, notas de separatismo.

A convivência pacífica de uma leitura pernambucana da formação histórica nacional com a noção cristalizada de um império centralista cujo epicentro era a Corte carioca se plasma em uma proposta feita em 26 de novembro de 1863 por Antônio Vitruvius Pinto Bandeira. O sócio fundador solicitou que se enviasse ao Imperador Pedro II um pedido para que ele coloque o Arqueológico sob sua proteção. O monarca seria nomeado Presidente Honorário. Em 1º de abril de 1864, registrou-se a chegada de um ofício do Ministério do Império comunicando a total concordância do Imperador com as duas propostas. A intenção subjacente às iniciativas do IAGP era a de rememorar a história local e utilizá-la como guia na construção da estrada do progresso que só poderia ser trilhada pelas nações que conheciam seu passado, condição obrigatória para se constituir enquanto povo.

A celebração cívica dos feitos do passado era uma das ações vislumbradas como prioritárias para inculcar na população esta consciência da grandeza de seu passado. Na impossibilidade da construção dos grandes monumentos aos restauradores, o IAGP empenhou-se em dotar de pompa as celebrações anuais da Restauração que coincidiam com os aniversários da instituição. No primeiro aniversário do IAGP, em 27 de janeiro de 1863, Muniz Tavares, já presidente efetivo, manifestou em seu discurso que “depois do dia 7 de setembro de 1822, não encontro um outro em nossos anais que mereça tanto o nosso culto como o de 27 de janeiro de 1654”. As celebrações do IAGP eram feitas seguindo um rito que se

iniciava com a entrada das autoridades civis, militares e eclesiásticas da província. A audiência era disposta no espaço de acordo com estritas normas: à frente as autoridades, em segundo plano os sócios, os representantes de outras associações culturais e as autoridades de segundo escalão. Por fim, “os cidadãos de todas as classes”. A música marcial ocupava os interlúdios dos empolgados discursos, fortemente vinculados pela empolada retórica apreciada na época.

Em 1872, apesar das dificuldades financeiras e da desagregação interna provocada por questões políticas de maior escopo, a celebração revestiu-se de um brilho especial. O IAGP completava 10 anos e comemorava-se naquele ano o cinquentenário da independência política do Brasil. O 27 de janeiro foi celebrado com uma jornada dupla. A sessão solene foi mais curta do que o normal mas o clima era festivo na cidade. O momento mais marcante foi reservado para o dia 28 de janeiro, quando se inaugurou uma Coluna Comemorativa no Arraial Novo do Bom Jesus. As autoridades máximas da província se fizeram presentes. O presidente do IAGP, monsenhor Muniz Tavares, não compareceu ao ato, certamente para não se submeter aos incômodos do deslocamento até o então chamado Sítio do Forte. Tropas da Guarda Nacional e da Cavalaria estavam em formação no campo. Houve salva de 21 tiros, fogos de artifício e execução do Hino Nacional.

Entre 1876 e 1883 o IAGP enfrentou dificuldades para manter seu funcionamento normal. Além do crônico problema da falta de recursos financeiros, a instituição se viu abalada por rachas no quadro de sócios. As questões políticas que sacudiam o cenário nacional com o fim da conciliação repercutiram entre os membros. A monarquia começava a dar os primeiros sinais de crise. As duas últimas décadas do século XIX foram cenário para atuação de uma segunda geração de membros no IAGP. Nesta época surgem as figuras de João Batista Regueira Costa e do Major José Domingues

Codeceira, que desenvolveram uma intensa atividade produtiva no âmbito do IAGP.

Um sintoma das dificuldades enfrentadas pelo IAGP foi a suspensão da publicação de sua revista. Durante sete anos o periódico não circulou. Em 1883, pela primeira vez, não foi realizada a Sessão Magna de 27 de janeiro. Apesar disso, os membros continuaram a investigar e a divulgar o conhecimento sobre o passado da província no âmbito da própria instituição. Maximiliano Lopes Machado apresentou suas pesquisas sobre as capitanias de Itamaracá e da Paraíba. Em relação à primeira, dedicou especial atenção à fixação dos limites. O trabalho sobre a Paraíba foi reputado por Regueira Costa como o mais importante realizado por um membro no contexto das atividades do Instituto Arqueológico, o que deixa transparecer o desejo da instituição de recuperar também a história das províncias vizinhas que outrora integravam a área de influência da antiga capitania-geral de Pernambuco. Lopes Machado dedicou ainda atenção a um dos objetivos máximos do IAGP nas suas primeiras décadas: rebater as tentativas de desqualificação do movimento de 1817 por parte de escritores da Corte carioca. Nesse sentido, o IAGP providenciou ainda a reimpressão da obra de Muniz Tavares sobre aquele movimento.

A preocupação de ampliar o acervo da casa também esteve presente. Manteve-se a recolha de documentos e peças para o museu, além da aquisição de obras para a biblioteca. José Hygino Duarte Pereira, que se destacaria na missão de busca de documentos holandeses, sugeriu que fosse solicitada aos monges beneditinos autorização para copiar documentos importantes do plurissecular mosteiro de Olinda. O mesmo Hygino encampa uma ação para a aquisição de livros de História e Geografia para reforçar os fundos bibliográficos do IAGP.

Decidiu-se ainda mandar copiar a *Nobiliarchia Pernambucana* e solicitou-se ao presidente da província a doação do texto de An-

tônio Joaquim de Melo “Biografias de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco”. Estes manuscritos ficaram engavetados, pois a Assembleia Provincial protelava indefinidamente a liberação das verbas para a impressão. O Instituto Arqueológico desejava publicá-lo aos poucos na sua *Revista*. Em março de 1883, Aristarcho Cavalcanti solicita ao Arquivo Militar do Rio de Janeiro cópias de duas plantas do Recife, uma de 1680, feita por Bento Bandeira de Melo e oferecida a el-Rei Pedro II (de Portugal), e outra de 1775, de autoria de Antônio Albino do Amaral.

Foi ainda Aristarcho Cavalcanti que revelou a informação de que os poderes centrais no Rio de Janeiro desejavam confiscar dois canhões de bronze da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas. Estas duas peças de artilharia, relíquias da maior importância para a história da província, estavam no Arsenal da Marinha. Na sessão de 17 de maio de 1883, os membros do IAGP aprovaram o envio de ofício ao Arsenal solicitando que os canhões fossem incluídos no acervo do Museu.

Mas a grande notícia dada pelo secretário-perpétuo Regueira Costa na Sessão Magna de 1884 foi o ressurgimento da *Revista*. Em seu discurso elogiou vivamente a Comissão de Redação. Para Regueira Costa, “O reaparecimento de nossa revista após uma interrupção de 7 anos, vem mostrar, de modo eloquente que anima esta instituição a mesma vida de outrora, e que procura ela pôr as suas riquezas ao alcance de todos, concorrendo destarte para que em sólidas bases se eleve o edifício de nossa história.” Foi exatamente na *Revista* de 1883 que apareceu a primeira contribuição de Francisco Augusto Pereira da Costa, figura das mais expressivas no cenário historiográfico local no final do século XIX.

Por um dessas curiosas ironias do destino, o Secretário-perpétuo Regueira Costa no seu relatório lido em 27 de janeiro de 1885, definiu o ano de 1884 como “muitíssimo estéril com relação às de-

liberações tomadas pelo Instituto”. Não obstante a opinião do ilustre consócio, nesse ano a instituição tomou uma das decisões mais significativas de sua história. Na sessão de 15 de fevereiro de 1884 o colegiado decidiu solicitar à Assembleia Provincial uma subvenção para financiar a missão de José Hygino Duarte Pereira. Em 1875, Hygino chegou a solicitar apoio para a empreitada ao ministro do Império, o pernambucano Cons. José Bento da Cunha Figueiredo (depois Visconde de Bom Conselho). Cunha Figueiredo, entretanto, negou o pedido dizendo que o projeto era matéria de interesse somente de Pernambuco. Em 11 de março de 1884, nova solicitação deu entrada na Comissão de Petições da Assembleia, tendo sido aprovado em 13 de março.

Quando o IAGP decidiu solicitar subvenção para a missão de investigação de Hygino alguns estudos sobre o período já haviam sido publicados. Com o beneplácito de Pedro II, o Doutor de José Caetano Silva havia realizado uma série de levantamentos nos arquivos holandeses que foram usados na obra *L'Oyapoc et L'Amazonie* e geraram ainda oito volumes de documentos dos Arquivos da Casa Real e dos Estados Gerais na Haia. Esta documentação foi traduzida para o francês. Outras obras que vieram à luz antes da expedição de Hygino foram *Les Hollandais au Brésil*, publicada em 1853 por P. M. Netscher e *As lutas dos holandeses no Brasil*, de autoria de Francisco Adolfo Varnhagen e publicada em 1871. Apesar disso, havia ainda muita documentação inédita e desconhecida.

Por um feliz acaso, uma grande quantidade de documentos da Companhia das Índias Ocidentais se conservou na cidade de Middeburg. Estes manuscritos não entraram no lote de cerca de sessenta mil pastas de documentos vendidas — em 1821 e 1832 — como papel de descarte para diminuir custos de armazenagem. Um informe do Barão de Ramiz alertou para a existência destes papéis. Hygino enxergava neles a possibilidade de incrementar o conhecimento

histórico de uma das fases melhor documentadas do nosso passado. Apesar de sofrer com os “males do pulmão” agravados pelo frio na Europa, a empreitada alcançou grande êxito.

Os resultados da missão foram apresentados com detalhes num discurso de três horas proferido por Hygino no IAGP em 9 de maio de 1886. Apesar da magnitude da iniciativa e dos seus impressionantes resultados, as dissensões políticas impediram que José Hygino pudesse ter mais tempo de pesquisa na Europa. Sua militância republicana atizou a revanche de opositores políticos. Em 3 de janeiro de 1886 Hygino havia sido comunicado de que por ordem do Inspetor da Tesouraria de Pernambuco — o Barão de Mamoré, na altura ministro do Império – seu salário de professor da Faculdade de Direito havia sido suspenso.

Vários destes documentos foram publicados nos números seguintes da Revista. O próprio Hygino se encarregou de traduzir alguns deles. Em 1887, o IAGP enviou petição de recursos à mesma Assembleia Provincial para providenciar a tradução do conjunto completo, com a intenção de ampliar o acesso àquelas fontes aos pesquisadores que não eram versados no idioma neerlandês. Foi importante nessa ação o apoio do Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela.¹³ No que tange à contribuição de Hygino para o conhecimento do período holandês, é inegável que ele representa um marco. Apesar de não ter chegado a produzir uma história do período que tanto lhe seduzia, sua missão a Holanda transformou o IAGP num referencial obrigatório no que tange aos estudos do Brasil holandês.

O trabalho de Hygino não recebeu nenhum apoio do governo central. Apesar disso, afirma José Antônio Gonsalves de Mello,

¹³ Relatório do 1º Secretário do IAGP referente ao ano de 1887 lido na sessão magna de 1888.

“pelo volume de documentação que trouxe em cópias para o Brasil, foi o maior até então realizado pelo nosso país na Europa, inclusive pelos protegidos do Imperador”.¹⁴

O Instituto Arqueológico encerrou o século XIX com uma curiosa celebração: a do quarto centenário da chegada no Cabo de Santo Agostinho, do navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón, em 26 de janeiro. O novo século, que a seguir se iniciou, foi marcado, como vimos, por uma intensa aceleração do ritmo histórico, com importantes fatos e profundas mudanças se sucedendo de forma vertiginosa. As paixões políticas e seus desdobramentos se refletiam na vida de Pernambuco e traziam para o estado os ecos dos acontecimentos que ocorriam pelo mundo, e pelo Brasil em particular.

Apesar das questões políticas interferirem no funcionamento da instituição, o Arqueológico continuou sendo um referencial e uma ágora que contava com a presença de destacadas figuras da intelectualidade e das letras. Muitas personalidades de escol integravam seus quadros, fosse na qualidade de sócios efetivos, ou na de correspondentes, honorários e benfeitores. Estes membros colaboravam assiduamente na elaboração da Revista e alguns mesmo à distância, pesquisavam e publicavam textos de absoluta importância na construção do conhecimento histórico sobre o Brasil e sobre Pernambuco em particular. Figuram entre os quadros de sócios correspondentes no início do século XX pesquisadores e intelectuais do quilate de Rodolfo Garcia, Ruy Barbosa, Max Fleuiss, Capistrano de Abreu, Affonso de Taunay, Pedro Souto Maior, João Lúcio de Azevedo, Irineo Joffily, Basílio de Magalhães, entre outros. Um dos membros efetivos que mais se destacou no início do século foi Alfredo de Carvalho.

O início do século foi bastante movimentado no Arqueológico. Várias polêmicas surgiram envolvendo os sócios e os lances políti-

¹⁴ MELLO, J. A. Gonsalves de. *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*.

cos no estado por pouco não fizeram soçobrar a instituição. Uma das polêmicas mais vivas ocorreu entre Pereira da Costa e Sebastião de Vasconcelos Galvão (1865–1928). Este último é o autor do conhecido *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Esta obra foi publicada pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro em quatro volumes entre 1908 e 1927. O projeto de Sebastião Galvão obrigou Pereira da Costa a redefinir seus planos de lançar um dicionário com estas características. Ele acabou reorganizando suas pesquisas em uma sequência cronológica e não em verbetes, donde se originaram os *Anais Pernambucanos*. Mas a questão foi mais além do formato da obra. Pereira da Costa acusou Sebastião Galvão de plágio — e com razão, segundo José Antônio Gonçalves de Mello e Manuel Correia de Andrade. No prólogo aos *Anais*, Pereira da Costa afirma que com a mudança do perfil de sua obra definiu o ano de 1850 como marco final de abrangência cronológica, restando em seus manuscritos muita matéria relativa a períodos posteriores, dados que foram cedidos a Sebastião Galvão.

Infelizmente as disputas internas no Instituto Arqueológico não se resumiram ao plano das ideias. A internalização das questões políticas provocou fortes reveses para o Arqueológico. A própria sede foi alvo destas disputas, vendo-se o Arqueológico privado do prédio da Escola Modelo cujo uso era garantido por lei. As dissensões internas levaram a uma redução do ritmo das atividades, surgindo daí a acusação de que a instituição não cumpria suas funções e que, portanto, não tinha direito a manter sua sede. O acervo foi confiscado e lançado atabalhoadamente no Ginásio Pernambucano. Muitas relíquias, livros e documentos importantes se dispersaram ou foram danificados.

Nesse ambiente conflituoso, entrou em cena a figura de Mário Melo (1884–1959), que seria um dos responsáveis por manter a coesão do sodalício e pela conquista de uma nova sede para abrigar

suas atividades, o museu, o arquivo e a biblioteca. Nenhum outro sócio deixou tão entranhada a sua presença nesta casa. O seu desaparecimento constituiu um profundo golpe à inteligência pernambucana, golpe ainda mais forte para o Instituto Arqueológico, que fora segundo suas próprias palavras, “a razão de ser da minha existência”. De 27 de maio de 1909, quando ingressou como membro efetivo, a 24 de maio de 1959, quando faleceu no Recife, Mário Melo dedicou-se incansável e desinteressadamente ao Arqueológico.

O Instituto Arqueológico e a memória pernambucana têm com Mário Melo uma dívida impagável. Foi ele o responsável direto pela preservação de muito da nossa história. Apesar disso, longe de agir com empáfia ou antipatia, era figura popular e acessível. Combativo, mas respeitador das decisões da maioria, sempre quando não se atentasse contra a legalidade. A grandeza de sua personalidade e de sua obra reflete-se nas centenas de manifestações de luto e nas homenagens realizadas por vários setores da sociedade brasileira quando de seu desaparecimento. Seu corpo foi velado no Instituto Arqueológico, que por ter sido sempre a casa de Pernambuco, era o recanto do mundo mais querido pelo perpétuo Mário Melo.

A história recente do IAHGP encontra-se indelevelmente ainda marcada por outra figura: José Antônio Gonsalves de Mello. Este incansável e metucioso pesquisador foi denominado por Evaldo Cabral de Mello como o “Grão-mestre da História”. Gonsalves de Mello e o IAHGP se manifestaram em várias ocasiões na defesa do patrimônio histórico de Pernambuco, bem como da memória e da honra dos pernambucanos que perderam a vida lutando por sua terra. O Arqueológico protestou veementemente ante a brutalidade do ato do prefeito Augusto Lucena ordenando a demolição da Igreja de Nossa Senhora dos Martírios. Não conseguiu evitar o atentado, mas garante até hoje que o mesmo não caia no esquecimento, servindo como exemplo aos gestores públicos insensíveis

ao valor da história de um povo. Na década de 1970, Gonsalves de Mello capitaneou os esforços para a criação do Parque Histórico do Monte dos Guararapes. O local fora o cenário de duas importantes batalhas entre as forças luso- pernambucanas e os contingentes da Companhia das Índias Ocidentais da Holanda. Ocorridos em 1648 e 1649, os heroicos confrontos, que, tanto num caso como noutro, resultaram na vitória das tropas locais sobre os invasores, selariam a sorte da capitania.

Gonsalves de Mello foi presidente do Instituto Arqueológico entre 1965 e 2000, sendo presidente de honra entre esta data e o seu falecimento em 7 de janeiro de 2002. As sucessivas reconduções ao cargo são testemunho do reconhecimento da dedicação do grande historiador pernambucano à instituição. Inúmeros são os testemunhos, como os de Mota Menezes que lhe sucedeu no cargo, que exprimem o empenho de Gonsalves de Mello em apresentar nas reuniões quinzenais os frutos de suas investigações. Nessas reuniões, “o Presidente sempre trazia alguma novidade para os demais em termos de suas pesquisas no Brasil ou no exterior. Era notável a maneira calma e quase monocórdica com que ele narrava uma ocorrência onde, de vez em quando, alterava o ritmo e acentuava um aspecto e dizia com ênfase: é pela primeira vez que se tem conhecimento de tal assunto”.¹⁵

Os trabalhos desenvolvidos por José Antônio Gonsalves de Mello e a equipe de pesquisadores do seu entorno projetaram o Instituto Arqueológico no cenário internacional da pesquisa histórica, especialmente em relação ao período holandês, reforçando o papel de referencial iniciado por José Hygino no século XIX. Defendeu apaixonadamente a integridade da instituição com um zelo que

¹⁵ MENEZES, J. L. M. “Homenagem ao historiador José Antônio Gonsalves de Mello”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. v. 59, 2002, pp. 9-17.

rajava o ciúme. Figura de trato pessoal gentil, mas reservado, José Antônio se revela e reflete sua devoção ao Instituto Arqueológico nas suas obras, janelas abertas para a história de Pernambuco, tesouro legado para a posteridade.

Além da preocupação em manter seu acervo documental, bibliográfico e museológico — elementos que são, ao mesmo tempo, preciosos bens culturais do estado — o Instituto Arqueológico permanece atento na defesa do patrimônio artístico, cultural e ambiental de Pernambuco. Nesse sentido, tem se manifestado sempre que algum sítio histórico ou bem cultural está sob ameaça. Entre as muitas ocasiões em que isso ocorreu podemos destacar, num período mais recente, a atuação do IAHGP durante as gestões de José Luiz Mota Menezes, Luzilá Gonçalves Ferreira, Nilzardo Carneiro Leão, Maria Cristina Cavalcanti de Albuquerque, George Cabral de Souza e Margarida de Oliveira Cantarelli no esforço pelo tombamento de sítios históricos como a Casa e o Jardim do Coronel (Paulista), no retombamento das ruínas do Forte do Buraco, na defesa pela conservação da já exígua cobertura vegetal do Bairro do Recife (rua da Moeda), na luta pela integridade do sítio histórico do Arraial Velho do Bom Jesus, atual Sítio Trindade e no apoio ao movimento pela transformação do Sítio Tamarineira em parque público. Isso sem falar na preservação das denominações de valor histórico dos logradouros da capital pernambucana. A instituição preocupou-se também na manutenção de sua sede, com a realização de reformas que ampliaram o espaço útil e tornaram o acesso garantido às pessoas com necessidades especiais. Esta última ação contou com o patrocínio da Caixa Cultural.

O IAHGP desenvolveu recentemente uma série de atividades educativas dirigidas a várias áreas de formação e destinadas a públicos distintos. Entre os últimos eventos realizados destacam-se o Seminário Projeto Resgate (2000), os cursos de Extensão em Litera-

tura (2001) e de História da Literatura Pernambucana (2002), o IV Encontro Norte-Nordeste de Institutos Históricos (2002), os cursos de História do Açúcar e dos Engenhos de Pernambuco (2004) e de Introdução à Literatura Pernambucana e o II Seminário Escravismo no Brasil — Século XIX (ambos em 2005). Entre 2011 e 2013 foi realizado um grande programa de capacitação para os professores da rede estadual de ensino conduzido pelos pesquisadores do IAHGP. Ao mesmo tempo, o museu foi intensamente utilizado pelos alunos da rede estadual como laboratório para aulas práticas de História.

Muitos dos problemas enfrentados pelos fundadores do Instituto Arqueológico continuam existindo até hoje. A falta de recursos é um dos mais angustiantes. Contando com o apoio das autoridades competentes e de alguns particulares amantes da história de nossa gente e de nossa terra, o IAHGP tem se esforçado para superar estas dificuldades. Da mesma forma como acontece desde sua fundação, o IAHGP mantém suas reuniões quinzenais e celebra as efemérides mais importantes com sessões especiais. A mais importante delas ocorre em janeiro, comemorando o aniversário do sodalício e a Restauração Pernambucana. O amor aos valores de nossa terra e o profundo respeito pela obra de todos os que nos antecederam nos motivam a manter acesa a chama que nos guia nessa honrosa missão. Vida longa ao Instituto Arqueológico, a Casa de Pernambuco!

Referências

- AULER, Guilherme. “Os cem anos do Instituto Arqueológico”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 254, jan-mar/1962, pp. 45-64.
- GUIMARÃES, Eduardo H. de L. *Religião, Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História. Recife: UFPE, 1996.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*. Recife: Diário de Pernambuco, 1975, 2 volumes.

_____. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º Reinado*. Recife: UFPE, 1996.

_____. “O Museu do Instituto Arqueológico”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. v. 57, 1984, pp. 247-269.

_____. *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*. Recife: 1959.

MENEZES, J. L. M. “Homenagem ao historiador José Antônio Gonsalves de Mello”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. v. 59, 2002, pp. 9-17.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, 1983.

SOUZA, George F. Cabral de, NEVES, Fernanda Ivo, CARNEIRO LEÃO, Reinaldo, GALVÃO, Tácito Cordeiro. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. Recife: IAHGP, 2010.

OS NOVENTA E OITO ANOS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS

*Antonio José Souto Loureiro**

Não podemos esquecer que a História da Amazônia vem sendo vivida há mais de 20.000 anos, a data das pinturas rupestres, dos restos de fogueiras, das terras pretas e das cerâmicas espalhadas, por esse imenso território, e que a nossa Historiografia começou a ser escrita há apenas quinhentos anos, desde quando Vicente Yanez Pinzon citou a existência desse rio de Santa Maria de La Mar Dulce, em 1500, que avançava dezenas de léguas mar adentro esse imenso caudal do rio Amazonas.

Também não podemos olvidar o trabalho dos primeiros cronistas, entre os quais o piloto Antonio Pereira Temudo, que deixou para a posteridade o registro das vicissitudes da fundação da cidade de Belém, a 12 de janeiro de 1616, em seu diário de bordo, há 400 anos, um dos primeiros relatos sobre a nossa região, na viagem da primeira flotilha de guerra, que aqui chegou. Nem tão pouco da descrição das Batalhas Navais das Ubás contra os navios de alto bordo ingleses e holandeses, que resultaram na ocupação da foz do rio Amazonas. Lembremos também o cronista André Pereira, além da memorável viagem de Pedro Teixeira, de ida e volta a Quito, no Equador atual, subindo e descendo o Amazonas, indo e vindo através dos Andes, em um percurso em dobro ao de Francisco Orellana, outro viajante de que se guardou memória, em périplos muito maiores que os de Ulisses, o grego.

* Presidente Eleito do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Médico. Membro Correspondente da Academia Nacional de Medicina. Membro Efetivo da Academia Amazonense de Letras. Membro Efetivo da Academia Amazonense de Medicina. Membro Efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Membro Efetivo da Academia Amazonense Maçônica de Letras.

E a memória registrada pelas tropas de resgates dos descimentos destinadas a fornecer a mão de obra destinada a repovoar o Marajó e a região em volta de Belém, onde tupinambás e aruãs foram praticamente exterminados. Povoava-se uma área e despovoava-se outra. E a dos droguistas que, na busca de produtos regionais, as chamadas drogas do sertão, também expandiram a fronteira, sem qualquer participação de bandeirantes, como se quis impingir com a Historiografia predominante, no Estado Novo.

Lembremos ainda o fervor da Igreja ao expandir as suas Encomendas do interior, no sentido no verdadeiro sentido espanhol dessa instituição, de domínio da terra e dos índios, com a formação moral, o trabalho comunal indígena, nas plantações, na coleta dos produtos da terra e nas fazendas, e a criação de um possível V Império Religioso, com os seus luminares registrando fatos e coisas, inclusive da história regional.

Desta época também devemos render as nossas homenagens a Bernardo Pereira de Berredo, que foi governador do Estado do Maranhão e do Grão-Pará de 1718 a 1722, ao registrar a História até àquele ano, em seus *Annaes*, salvando-a da perda total, quando os arquivos do Estado, em uma de suas mudanças e andanças, entre São Luís e Belém, afundaram. Aliás, é bom lembrarmos a existência de alguns bons historiadores maranhenses, que nos apresentaram muitos dados comuns das nossas origens.

Nos tempos imperiais o sentimento amazônico foi afogado em sangue durante a Cabanagem. São importantes para a História desta época: Domingos Antonio Rayol, com *Motins Políticos*, Antonio Ladislau Monteiro Baena, com o *Compêndio das Eras da Província do Pará*, e Lourenço Araujo e Amazonas, com o *Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas* (1852).

Durante quase todo o século XX os historiadores do Amazonas, que na memorável sessão do dia 21 de março, tornaram-se patronos

de novas cadeiras, dedicaram-se a uns poucos filões da nossa rica História, como o da Exaltação do Período Colonial e dos colonizadores, o da Cabanagem e o do fausto do período áureo da borracha, principalmente relacionado com a descrição da riqueza e com a modernização do equipamento urbano de Manaus e de Belém.

Mas a maior importância do nosso Instituto, cuja fundação data de 25 de março de 1917, por tanto há 98 anos, têm sido a de manter um patrimônio geo-histórico de grande valor constituído de uma hemeroteca dos jornais regionais, peças indígenas arqueológicas e atuais, alguns quadros e móveis antigos, uma boa mapoteca, muitas fotografias e uma biblioteca de obras antigas e modernas.

A data de hoje talvez esteja relacionada com a Grande Crise, que se abatera sobre a região, pela perda do mercado exclusivo se borracha natural silvestre e pela Grande Guerra, com a Inglaterra requisitando todos os navios da Booth Line, para serem armados.

Desde 1913, o ano em que a produção de borracha do Oriente superara a produção da Amazônia, a região esvaziava-se econômica e populacionalmente. Naquele ano, cerca de 13.000 pessoas a mais, das que haviam entrado, deixaram o Amazonas, e, em Manaus, mais de 2000 casas estavam abandonadas. A situação continuava piorando, a tal ponto que a Gripe Espanhola de 1918, encontrou uma população subalimentada, enfraquecida, com vizinhos se co-tizando para não passar fome, com a Morte ceifando mais de 6.000 pessoas, em pouco mais de três meses. Os 100.000 habitantes de 1910, trinta anos mais tarde estavam reduzidos a 40.000.

Parece que esses momentos de crise unem os cidadãos, tornam a população mais homogênea, e isto fez aparecer não só o IGHA, em 1917, mas a Academia Amazonense de Letras, em 1919, e livros como a Corografia do Amazonas, de Agnello Bittencourt; a História do Amazonas, de Arthur Reis; e a célebre Canção de Fé e Esperança, de Álvaro Maia, desencadeando o Movimento Glebarista.

Assim, o nosso Instituto serviu para guardar um grande acervo da história regional, embora um pouco dilapidado por épocas de desinteresse ou de cupidez, e de congregar personalidades interessadas em manter as tradições da nossa diferenciada região, apesar das tentativas de abafá-las, como ocorreu durante o Estado Novo, quando até as bandeiras estaduais foram proibidas. Como os gaúchos, nós também resistimos, sem perder a brasilidade.

Além do seu dever de continuar com essas funções outras novas deveriam estar presente em nossos ideais futuros: as do fortalecimento aos Institutos Históricos e Geográficos Municipais já existentes e a do incentivo à criação de novos, onde forem possíveis, em todos aqueles com mais de 50.000 habitantes, com a criação de bibliotecas e museus, e com uma extensão para a História Natural, para nos libertarmos aos poucos do pensamento literário e ingressarmos no pensamento científico, recuperando a pesquisa científica, entregue em mãos estranhas, do que foi exemplo o nosso Jardim Botânico do Amazonas de Barbosa Rodrigues, fechado por medidas de economia e de origem política, por ser esse cientista aqui mantido pela princesa Isabel.

Sem esquecermos que devemos ainda procurar restabelecer ou reativar as instituições dos Estados do Acre e de Roraima, adormecidas.

Talvez fosse interessante criarmos uma confederação de Institutos Municipais Independentes, com uma reunião bienal nas capitais, para a apresentação de trabalhos. Precisamos criar em nossa região mecanismos, com essa finalidade.

Afinal somos todos as mesmas gentes, com pequeníssimas diferenças de dosagens de DNA das nossas etnias formadoras. Apesar de tudo, hoje a Amazônia é a maior extensão territorial de fala portuguesa do mundo, onde mais de vinte milhões pessoas expressam-se em um sonoro e vocálico português, graças à pertinácia de milhares de homens, que se atreveram a enfrentar e a atravessar os

mares nunca dantes navegados, e a subir rios, a remo, vela e sirga, em percursos de dezenas de dias, alguns semelhantes à travessia do Oceano Atlântico. Muitos deles devem ser destacados, como Pedro Teixeira, que levou os domínios da Coroa Portuguesa até o Napo, Antonio Vieira, com os seus sermões chamando a sociedade à Regeneração e pelas suas prédicas a favor da liberdade dos índios, os capuchos Cristóvão de São José e Antonio de Marciana, os primeiros missionários da Amazônia, Samuel Fritz, o evangelizador do Solimões, Pedro da Costa Favela, Pedro Baião de Abreu e Feliciano Coelho de Carvalho, nas lutas contra holandeses e ingleses, pela posse da foz do Amazonas, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo o Marquês de Pombal, por terem vislumbrado a grandiosidade da região amazônica, traçando-lhe planos de desenvolvimento e de incentivos econômicos, estabelecendo leis raciais igualitárias e lutando pela expansão e proteção de suas fronteiras, e João Pereira de Caldas e Manuel da Gama Lobo de Almada, os grandes demarcadores, que conseguiram delineá-la, apesar da oposição dos espanhóis e dos holandeses. E finalmente de Ajuricaba e de Guaimiaba, na luta em defesa de suas terras nativas. Hoje podemos continuar a chamá-la de Feliz Amazônia, desde que continuemos a defendê-la, por que tem água potável em abundância, bilhões em minérios, terras para a agricultura, florestas gigantescas a explorar e uma população ordeira e trabalhadora, um dos últimos locais da Terra onde ainda se pode ter Esperança e que representa o futuro do nosso Brasil, que nos trata como uma mera colônia distante, lá para os lados do equador terrestre.

A CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

*Vera Ramos**

O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal nos seus cinquenta e dois anos de história percorreu um longo caminho, tornando-se uma instituição sólida, realizando um trabalho significativo na Capital Federal do Brasil. Em sua história podemos vislumbrar o dinamismo e o orgulho de todos em preservar, divulgar e valorizar o processo histórico e geográfico imprescindível para a sua manutenção.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal na Capital do Brasil, segundo consta na Ata de sua fundação teve início no dia 3 de junho de 1964, às vinte horas, por iniciativa do Ministro Saulo Diniz, quando se reuniram no Hotel Nacional de Brasília um grande número de intelectuais estudiosos da história e da geografia, animados do ideal comum de dotar Brasília de uma instituição que proporcionasse guarida às suas pesquisas, incentivasse a coleta e a preservação de documentos, marcadamente aqueles ligados à história e geografia de Brasília e fosse ao mesmo tempo um espaço de estudo. Portanto, A história de seu patrimônio se confunde com a própria narrativa da construção e consolidação de Brasília, que logo cedo, três anos após a sua inauguração em 21 de abril de 1960, cuidou de criar um espaço destinado à preservação e divulgação do processo histórico da transferência da capital do interior para o Planalto Central do Brasil.

Esta instituição regida por estatuto aprovado em Assembleia Geral Ordinária é uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, de direito privado, promotora de cultura e de pesquisa especializada em História e Geografia do Distrito Federal.

* Arquiteta e urbanista. 1ª vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Em 1967, O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, foi com a inestimável ajuda do Ministro da Justiça Adroaldo Mesquita da Costa, reconhecido como órgão de utilidade pública federal por meio do Decreto-Lei nº 61.254/67, publicado no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 1967 e nos termos da Lei nº 2.233/98 do Governo do Distrito Federal, que tem por finalidades:

I – estudar, pesquisar e debater a cultura brasileira;

II – estudar, divulgar e estimular o conhecimento da História e da Geografia, especialmente do Distrito Federal;

III – preservar a memória das tradições e do folclore nacionais, com ênfase especial no seu comportamento na região do Distrito Federal;

IV – coligir material e documentos que testemunhem os primórdios e a evolução da Capital Federal, mantendo-os em exposição permanente, ou por ocasião de eventos comemorativos de suas efemérides;

V – promover conferências, seminários, simpósios, congressos, cursos, campanhas, ciclos de estudos, pesquisas, exposições e outros eventos vinculados às suas atividades;

VI – comemorar datas e rememorar fatos históricos nacionais e brasilienses;

VII – cultivar a memória dos grandes vultos da História do Brasil e de Brasília;

VIII – manter intercâmbio com instituições congêneres e culturais do Distrito Federal, do País e do exterior;

IX – prestar assistência de natureza didática e pedagógica ao educando;

X – manter o Memorial de Brasília, o Museu da Imagem e do Som, o Museu Juscelino Kubitschek de Oliveira, bem como a Biblioteca Brasiliense Juscelino Kubitschek em condições de bom funcionamento;

XI – celebrar contratos, acordos, convênios e outros ajustes com instituições nacionais e estrangeiras para cumprimento de seus objetivos.

A Sede

Os desafios surgem. A primeira missão era a aquisição de um terreno para edificar a sede. Os poucos recursos de que dispunham o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal não condiziam com as dimensões almejadas pelos seus fundadores. Era preciso buscar parcerias para empreender a tarefa de construir uma sede, onde a instituição pudesse se estabelecer e atender suas funções condizentes com as exigências estatutárias. Em 1967, o Dr. Ernesto Silva, juntamente com o Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas do DF, Saulo Diniz, se empenharam nesta ocupação e conseguiram junto ao Governo do Distrito Federal a doação de um imóvel no centro da cidade.

Coube, então, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, empresa responsável pela construção de Brasília, a doação de imóvel ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal dos lotes C, D e E da Quadra 703 do Setor de Edifícios de Utilidade Pública (SEP/Sul), Brasília-DF.

Projeto – O Concurso

De posse do terreno o próximo passo era dar início a construção da sede. Para isso a diretoria realizou um concurso para escolha do plano arquitetônico do prédio. Concorreram três renomados arquitetos:

Hélio Ferreira Pinto, de Belo Horizonte, autor do projeto do Banco Central;

Milton Ramos, um dos mais conceituados profissionais do país e que foi de grande relevância na construção de Brasília e nos primeiros momentos após a sua inauguração.

Alcides Rocha Miranda, professor da Unb.

A Comissão Julgadora designada pela diretoria do Sodalício composta dos engenheiros Oscar Alberto de Matos Horta Barbosa (presidente), Geraldo Roberto Orlandi, Silvio Carlos Pimenta Jaguaribe e Nauro Jorge Esteves, escolheram por unanimidade o projeto do arquiteto Milton Ramos. A apresentação dos trabalhos foi realizada no dia 2 de maio, às 20h30 no Solar dos Estados, perante a Diretoria.

A Comissão julgadora realizou várias reuniões nas quais foram feitos estudos minuciosos dos trabalhos, mediante critério estabelecido, e concluiu os seguintes pareceres que foram submetidos à Diretoria que ora transcrevemos:

1 – Anteprojeto Escritório Alcides Rocha Miranda – Solução harmônica e bem desenvolvida, original sob o ponto de vista construtivo, considerada, no entanto de aspecto excessivamente modesto para o plano do Instituto.

2 – Anteprojeto Escritório Hélio Ferreira Pinto – Conjunto arquitetônico monumental, excedendo, no aspecto econômico, ao esperado pelo Instituto. A Comissão destaca especialmente o esquema de circulação e estacionamentos de veículos, de grande eficiência e cuidadosamente elaborado.

3 – Anteprojeto Escritório Milton Ramos – O parecer da Comissão é favorável a este anteprojeto, considerado de concepção adequada ao Instituto, em virtude das formas bem definidas das unidades que compõem o conjunto arquitetônico, dentro de um plano urbanístico racional.

Na publicação intitulada Milton Ramos, do arquiteto Carlos Henrique Lima, encontramos a seguinte descrição acerca do projeto aprovado:

O Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, inicialmente deveria abrigar exposições, biblioteca, oficinas, auditório e um museu da imagem

e do som. Milton Ramos resolve o partido distribuindo estas funções em volumes diferentes: uma ala para exposições, biblioteca e oficinas; um auditório de planta trapezoidal e um volume radial para o museu, disposto no primeiro ponto do percurso de forma que os demais funcionam como plano de fundo à vista do observador; é o principal elemento da composição e como tal possui tratamento plástico distinto. Sua estrutura é composta por vigas arqueadas convergentes para o centro, resultando numa superfície nervurada aparente. (Milton Ramos – Brasília: O Autor, 2011. Pág. 90).

Após escolha do projeto do Escritório Milton Ramos, a Comissão propôs que a construção da Sede do Instituto fosse iniciada pelo Museu uma vez que o mesmo se destacava como ponto dominante e que este prédio atenderia a princípio ao Instituto em suas funções. Ainda segundo a Comissão: “traria como consequência a construção das outras etapas, desde logo dando ênfase, por sua forma de grande beleza plástica, a esse importante órgão de divulgação cultural.” (Carta assinada pelos membros da Comissão Julgadora ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal).

A Construção

Começa uma nova e intensa etapa: a construção da sede.

O início das obras competiria ao Instituto e foi estipulado o prazo de dois meses. No entanto, mesmo com a escritura lavrada, o Instituto não pode tomar posse imediata do terreno uma vez que na área doada funcionavam ali diversas repartições da Companhia de Eletricidade de Brasília – CEB. Somente em outubro de 1969, teve início a construção em trecho do terreno não ocupado.

Para esse empreendimento, em 19 de abril de 1968, O IHG–DF firmou com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap um convênio para aplicação dos recursos financeiros destinados às obras do Instituto pela Prefeitura do Distrito Federal por meio da Secretaria de Educação e Cultura — Transferência de Capitais — Auxílio para Obras Públicas — Entidades Privadas. Ficando, portanto a Companhia responsável pela contratação da construtora e o acompanhamento dos trabalhos. A 19 de junho de 1969, foi assinado um termo aditivo ao referido convênio para prosseguimento da obra do Museu (Pavilhão de Exposições) ora em execução.

Coube ao engenheiro civil e militar Oscar Alberto de Mattos Horta Barbosa — CREA 676/D-8ª a coordenação e fiscalização do projeto e execução das obras dos edifícios, bem como representar o Instituto em todos os atos referentes à construção dos prédios, à urbanização da área doada pela Novacap, à liberação das verbas, ao desenvolvimento do projeto arquitetônico, às assinaturas dos convênios junto à Novacap, às Secretarias da Prefeitura do DF ou outros órgãos públicos ou particulares.

A Construtora Rabello S/A a maior e principal construtora de Brasília, foi contratada para execução das fundações do Pavilhão de Exposições e a Firma Construtora Carvalho Hosken S.A. — Engenharia e Construções, fundada em 1951, no Rio de Janeiro, que, também, participou ativamente da construção de Brasília foi a empreiteira responsável pela construção do Pavilhão de Exposições.

Além da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal recebeu o Instituto doações de diferentes órgãos públicos e firmas particulares do país, como por exemplo a Dedini S/A Indústria de Base, de Piracicaba–SP, de Mário e Armando Dedini.

No entanto, apesar de toda a colaboração a construção da sede do Instituto não está finalizada, apenas o pavilhão de exposição foi erigido.

Mesmo diante das dificuldades era preciso consolidar a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, que em nenhum momento deixou de se preocupar com as suas finalidades e passasse, efetivamente, a exercer suas atividades. Para isso o Pavilhão de Exposição foi adaptado. Hoje, além de apresentar as exposições de curta e longa duração foi subdividido em diversos espaços: administração, biblioteca, auditório e museu.

Espaços do IHG-DF

MUSEU MEMORIAL DE BRASÍLIA

Inaugurado em 1983 com a participação de autoridades, pioneiros de Brasília e acadêmicos em solenidade que marcou a passagem do 31º aniversário de Brasília, o Memorial de Brasília está localizado no andar superior do Pavilhão de Exposições em amplo salão panorâmico.

Mostra em exposição permanente de fotografias, recortes de jornais e outros materiais, a História da Capital, desde as primeiras ideias de interiorização, a partir da Inconfidência Mineira, até os dias atuais.

O acervo museológico dispõe ainda de peças de inestimável valor histórico como, por exemplo: a primeira estação de rádio usada em Brasília para comunicar-se com o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro; a cadeira onde se sentou o Presidente Juscelino Kubitschek na 1ª Missa oficial realizada aqui, antes da inauguração da cidade, no dia 3 de maio de 1957; o jeep Maracangalha que serviu Bernardo Sayão e Juscelino Kubitschek nas visitas às obras durante a construção da cidade; um baú de madeira que pertenceu à Missão Cruls (1892); a cadeira de barbeiro usada por JK desde o Rio de Janeiro até a Fazendinha JK, em Luziânia; a lápide em mármore que cobria a 1ª sepultura do Presidente Juscelino Kubitschek no Ce-

mitério Campo da Esperança; e mais, livros, documentos e tantos outros objetos que são o testemunho da história de Brasília. Contamos, também, com peças cenográficas de momentos da vida de Juscelino Kubitschek, produzidas pelo artista plástico paranaense Elifas Andreato, para o Ministério da Cultura em comemoração ao centenário de nascimento do presidente JK e que foi ofertada posteriormente ao IHG-DF pelo Ministério da Cultura.

AUDITÓRIO

Composto de 94 lugares, o ambiente adaptado no Pavilhão de Exposições foi formado a partir da necessidade de um local para a realização das atividades educacionais e socioculturais. Os quadros que ornaram as paredes de nosso auditório são de autoria de Guido Mondim.

BIBLIOTECA AFFONSO HELIODORO DOS SANTOS

A Biblioteca Affonso Heliodoro dos Santos é composta por 5 seções que propiciam, aos usuários do IHG-DF, oportunidade de aprender a História e a Geografia local e geral bem como outros assuntos de interesse histórico e pedagógico, ou ainda divertir-se e ilustrar-se com obras de literatura, política, economia e de assuntos gerais. Podem contar ainda com documentos históricos, mapas, cópias de teses, publicações de artigos de jornais, revistas, entrevistas e documentários.

A consulta ao material bibliográfico é aberta à comunidade, técnicos, docentes e discentes.

Na área externa do IHG-DF há 4 espaços em homenagem às grandes figuras responsáveis, como Juscelino Kubitschek, pela construção de Brasília. Logo na entrada o visitante vai percorrer a Avenida Bernardo Sayão. Depois vai encontrar o espelho D'Água Oscar

Niemeyer, vai passar pelo Bosque Israel Pinheiro e poderá descansar no delicioso Parque Lucio Costa, onde, como no início de Brasília, aulas são ministradas ao ar livre, lembrando aquele tempo da História da nova Capital. Há ainda a Praça das Bandeiras, sob cuja sombra está erigido o busto do Fundador da Cidade — Juscelino Kubitschek.

Atividades Educacionais

PROGRAMA EDUCACIONAL DISTRITO FEDERAL: SEU POVO, SUA HISTÓRIA

Desde 1976 o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal vem ampliando na área educacional um programa educativo visando atender as necessidades de alunos e professores da rede pública do Distrito Federal, bem como os seus visitantes e usuários, exercendo desta forma a diretriz proposta pelo Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020, no eixo setorial: educação e ação social, com relação aos Museus de História:

Garantir que cada instituição possua setor educativo, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, que tenha definido um projeto pedagógico que fomente a relação museu-escola, assegurando seu status de ferramenta educacional para o desenvolvimento. (Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020 – 2010; Brasília/DF. Ministério da Cultura – Instituto Brasileiro de Museus – Brasília, DF; Minc/Ibram, 2010).

Neste sentido, o IHG–DF e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal firmaram no ano de 1976, convênio com a fina-

lidade de cooperação mútua com vistas à pesquisa e estudo da História e Geografia, especialmente de Brasília e do Distrito Federal, atendendo gratuita e prioritariamente à clientela estudantil da Rede Oficial de Ensino do DF, com a finalidade primordial de:

1) atender aos alunos da rede escolar, visando promover o estudo e a divulgação da História Brasileira, bem como das ciências e disciplinas correlatas, com destaque especial para os fatos relacionados com a História de Brasília;

2) resgatar, registrar e difundir os fatos históricos e geográficos de Brasília e do Brasil;

3) aprimorar técnicas diversas, por meio da troca de saberes tradicionais e da criação de tecnologias alternativas, visando uma prática de preservação dos fatos históricos e geográficos de Brasília e do Brasil.

A fundação de Brasília no Planalto Central do Brasil, como aspiração de um velho ideal, trouxe também a tese de que o modelo educacional de Brasília, cidade moderna, não poderia ser os mesmos métodos antiquados usados no ensino brasileiro. Era imprescindível a elaboração de um Plano Educacional cujo objetivo principal fosse à integração às práticas pedagógicas de ensino as manifestações culturais e artísticas.

Considerando esse pensamento da necessidade de inovar foi que a implantação do programa educacional consistiu em transformar o Instituto numa casa da História funcional, onde o diálogo com a história e a geografia estimulasse novas metodologias modificando o conceito de que museu é um espaço de imobilidade. Mas um espaço multidisciplinar, de reflexão crítica. Onde o conhecimento aplicável à realidade promovesse o desenvolvimento social.

É, portanto, motivado por esse fundamento que o Instituto junto com a sua equipe educacional apesar de todas as dificuldades vem realizando o Programa Educacional: **Distrito Federal: Seu**

Povo, Sua História, pedagogicamente elaborado que consta das seguintes ações:

- Aulas para os alunos no museu;
- Curso de 180h para professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e convidados em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação – EAPE;
- Orientação à pesquisa na Biblioteca;
- Orientação e acompanhamento de projetos das escolas.

Para a realização destas atividades, o IHG–DF mantém:

- O Museu Memorial Brasília, que mostra em exposição de fotografias, recortes de jornais e outros materiais, a História da Capital, desde as primeiras ideias de interiorização, a partir da Inconfidência Mineira. A obra e a vida do fundador da nossa cidade, Juscelino Kubitschek, e ainda o registro das palestras, conferências e sessões memorialistas realizadas em sua sede em fitas-cassete, vídeos e fotografias.

- Uma exposição sobre a década de 50, que compõe o quadro da História daquele período.

- Uma biblioteca com 3 seções: uma para pesquisa histórica, outra dedicada à história dos Estados da Federação Brasileira e uma recreativa que proporciona, aos usuários do IHG–DF, oportunidade de aprender a História local e geral como outros assuntos de interesse histórico e pedagógico.

A criação do Programa Educacional **Distrito Federal: Seu Povo, Sua História** levou o IHG–DF a repensar as práticas de ação educativa. E, com isto o museu se tornou um espaço atraente onde se aprende e se amplia o conhecimento, onde já recebeu aproximadamente desde a incrementação do Programa Educacional em 1994, oitenta e dois mil cento e oitenta e quatro alunos além dos professores cursistas e acompanhantes.

Atividades Culturais

A viabilização e prática das mais diversas atividades culturais é um dos papéis do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Desde a sua fundação o IHG-DF vem realizando sessões solenes, ciclos de estudos, palestras, seminários, simpósios, posses, lançamentos de livros e exposições com a participação de acadêmicos, representantes do Ministério da Aeronáutica, Marinha, Exército, do Senado Federal, do Governo do Distrito Federal, da Câmara Legislativa, embaixadores, professores arquitetos, prefeitos de quadras, jornalistas, escritores e comunidade em geral.

Com apenas três anos de fundação, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal organizou um programa de ação, no sentido de dinamizar a Entidade e projetá-la no cenário nacional, para os anos de 1967 e 1968.

Ainda em plena fase de desenvolvimento, o Instituto estruturou a realização do *Primeiro Congresso Brasileiro de História e Geografia*, reunindo em Brasília intelectuais brasileiros, historiadores e geógrafos, além de delegações estrangeiras especialmente convidadas.

Constava do evento além da Sessão Solene de Abertura, com a conferência inaugural, que foi pronunciada pelo Magnífico Reitor Pedro Calmon, discussões e trabalhos sobre o tema central: “A Unidade nacional: de Cabral a Brasília”, mostrando aos brasileiros a importância da interiorização da capital, uma mesa redonda sobre BRASÍLIA, cujo enfoque especial foi dado à instalação da Nova Capital no interior do País e outras sessões da mais alta significação com funcionamento simultâneo para debate de Temas Livres.

Destacamos, ainda, a *Semana de Geografia* cujos os temas apresentados ressaltaram a relevância quanto à questão do conhecimento da cartografia, da profissão e atuação do Geógrafo e por fim os recursos hídricos do Brasil. O cometimento contou com a

participação da Comissão Interministerial para Recursos do Mar, do IBGE, do Instituto Nacional de Meteorologia, do Departamento de Serviço Geográfico do Ministério do Exército e da CODEPLAN.

A *Semana da Ecologia*, um ciclo de palestras alusivas a preocupação com a questão da preservação do meio ambiente e a educação ambiental visando despertar a consciência de todos sobre o tema.

Fiel à sua missão institucional o Instituto realizou, no marco das comemorações em torno dos 500 anos do descobrimento do Brasil – *o Ciclo de Estudos Brasil 500 – Repensando a Nacionalidade*, com a tarefa de despertar a consciência crítica brasileira e o propósito de mobilizar a vontade nacional, na forma de painéis, quando foram tratados os seguintes temas: Soberania e Globalização, Brasília e a Nova História, O Atlântico Sul – Realidade e Potencial, O Cone Sul e o Poder Mundial, A Amazônia e a Cobiça Internacional, Projeto Rondon, Nascentes e Caudais do Idioma, Dinâmica da Herança Cultural, Preservação da Entidade Linguística e o Índio e a Soberania.

O Seminário *Prefeitura de Quadra, uma experiência comunitária brasiliense*, promovido juntamente com a comunidade brasiliense teve como objeto discutir sugestões e possíveis críticas para melhorar a qualidade de vida de Brasília.

E, recentemente, o Seminário *Águas Acima – Presente e Futuro das Nascentes*, preparatório ao 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado em Brasília.

CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DE BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE – CONBRAS

Entre as ações do IHG–DF destacamos, ainda, a criação do Conselho de Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade – CONBRAS, composto de acadêmicos e representan-

tes de entidades da sociedade civil para cuidar especificamente dos valores de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Para os encontros e debates, contamos também com a participação de dirigentes de diversos órgãos governamentais do Distrito Federal.

As Publicações do Instituto

Um trabalho que se iniciou em 1998, também muito significativo para o IHG-DF, foi a publicação de sua *Revista*. Hoje, contamos com 6 números. A intenção era que fosse uma edição por ano. Porém, a falta de dinheiro tem sido o principal desafio envolvido no cumprimento de nossas metas. Neste ano de 2016 será publicada a *Revista* nº 07. O Instituto publicou também, a coletânea intitulada *Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – Patronos*, o livro *Brasília – Capital do Brasil*, resultado do Projeto Brasília – Capital do Brasil, Educação e Cultura pelo Turismo, lançado no Ministério da Cultura e realizado em parceria com a Pórfiro Editora e o livro *Juscelino Kubitschek: Ligeiro e Certo – O Arquiteto da Cidadania*, um breve histórico da vida e obra de Juscelino Kubitschek.

MARIE RENNOTTE, 1852 – 1942

*Nelly Martins Ferreira Candeias**

Afinal quem foi essa mulher? Cem anos depois do ingresso de Marie Rennotte no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, parecia impossível trazer para o presente uma imagem que sentíamos estar desvanecida pelas “cinzas do passado”.

Meu estudo sobre a história de sua vida, a partir de documentos arquivados no IHGSP e da consulta da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, exumou a figura admirável de Marie Rennotte, professora e médica. Pesquisas de autoria de Maria Lúcia de Barros Mott (Faculdade Adventista de Enfermagem) e de Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (Faculdade de Educação, USP) revelam-na como um exemplo de competência, determinação e idealismo.

Belga de origem, Marie Rennotte nasceu em Wandre em 1852, tendo imigrado para o Brasil em maio de 1878. Mademoiselle Rennotte, como era então conhecida, destacava-se entre as mulheres da sociedade paulista, por sua sólida formação profissional, por falar vários idiomas, fato raro e desejável na época, e, além disso, por defender o ideário feminista.



Retrato de Marie Rennotte. 1ª mulher a tomar posse no IHGSP no dia 4 de maio de 1901.

* Profa. Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias é presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Fez o curso de magistério em Paris, como atestam os diplomas do “*Cours Normaux, Société pour l’Instrucion Élémentaire*”, de 1874, e o “*Brevet de Capacité pour l’enseignement – Institutrice II^{ème} ordre*”, de 1875, documentos arquivados no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Passaporte belga emitido no Rio de Janeiro, em 1885, por ocasião de sua viagem à Buenos

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
DE SÃO PAULO

PROPOSTA N.º

— PARA ADMISSÃO DE SOCIO —
effectivo

Nome e meritos da proposta *Dr. Maria Renotte*

Nacionalidade *Brasileira*
Residência *S. Paulo*

S. Paulo, 5 de Março de 1901

OS PROPONENTES

Eduardo Prado
Arthur A. Derby
Raimundo A. P. Haupp

Proposta de admissão de Maria Renotte no IHGSP.

Aires, descreve-a como pessoa com 1,60m de altura, olhos acinzentados, cabelos loiros, nariz reto, queixo e rosto arredondados.

Quem se interessar pela história da instrução feminina, tema dos mais veementemente defendidos por Marie Renotte, deve recorrer ao excelente texto de Maria Thereza Caiuby Crescenti (tese de doutoramento, USP) “Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – Século XIX”. Lá encontra-se citado e interpretado o documento “Poliantéia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu das Artes e Ofícios” (1881), divulgando as respostas de 4 mulheres e 127 homens de letras, convidados a se manifestarem sobre a educação feminina em nosso meio. Eis uma das respostas ali registradas: “Nada mais quimérico do que certas doutrinas hoje em voga, sobre uma igualdade mal entendida do homem e da mulher, nada mais des-

moralizador do que lançar a mulher na concorrência industrial com o homem. Ser mãe e esposa é quanto basta à sua glória, à felicidade sua e nossa”, acreditava Miguel Lemos. Assim se pensava na época. A maioria dos homens de letras da Poliantéia considerava a instrução feminina como algo ligado exclusivamente à missão de esposa e de mãe, proclamando que a eles, sim, caberia sustentar a família.

Isso ocorreu na segunda metade do século XIX, quando ainda se pensava que o essencial, para as donzelas, era ter o pé pequeno, comer pouco, mostrar-se ligeiramente enfasiada e, dependendo da classe social, tocar piano e aprender a dançar. E com clausura! Ainda havia quem dissesse que as mulheres deveriam sair de casa apenas três vezes durante suas vidas: para serem batizadas, para casarem e para serem enterradas. Que programa!

Em 1882, no confronto de opiniões e divergências sobre quais deveriam ser os papéis das mulheres na sociedade paulista e brasileira, quando a maioria masculina ainda se mostrava contrária à emancipação feminina, Marie Rennotte, mulher de ideias avançadas, foi contratada para lecionar no Colégio Piracicabano, fundado por metodistas do sul dos Estados Unidos na cidade de Piracicaba, em 1881, ano esse em que ali se fundou a terceira Igreja Metodista no Brasil. Que contraste de convicções!

Ao contrário das escolas tradicionais católicas de currículo humanista clássico, a proposta educacional dos colégios protestantes valorizava o ensino das matérias científicas, privilegiava os métodos



Colégio Piracicabano, inaugurado em 1881.



Reformado e ampliado em 1918.



Marie Renotte em frente ao Colégio Piracicabano.

empíricos e propugnava a co-educação, ao lado de um tratamento menos discriminatório quanto aos papéis sexuais. Por solicitação de Miss Watts, pastora metodista e professora responsável pelo recém-inaugurado Colégio Piracicabano, Marie Renotte passou a exercer a docência, ministrando cursos nas áreas de ciências. Foi justamente essa preocupação com o ensino das ciências exatas e naturais um dos elementos que deu a essa escola um caráter de inovação nas

discussões do programa de ensino dirigido a mulheres.

Americana de nascimento, Miss Watts mal falava o português, razão pela qual decidiu solicitar a colaboração de *Mademoiselle Renotte*, que acabou por se tornar a porta-voz das diretrizes educacionais da nova escola. Foi ela que apresentou e defendeu o conteúdo dos programas de ensino do Colégio Piracicabano, em artigos publicados na *Gazeta de Piracicaba*. *Mademoiselle Renotte*, era uma mulher valente. Não recuou diante de nada ou de ninguém. Mulher de convicções, desafiou corajosamente o catolicismo ultramontano presente na cidade e enfrentou as irmãs do Colégio D'Assumpção de Nossa Senhora, questionando a eficiência dos respectivos sistemas de ensino,



como consta na *Gazeta de Piracicaba*, em 28 de janeiro desse mesmo ano. Eram as freiras dessa escola que ditavam as normas do catolicismo junto as moças de Piracicaba, lutando contra a influência dos protestantes na cidade.

O fato é que os republicanos de Piracicaba passaram a contar, no momento exato, com uma professora capaz de levar avante o ideário liberal da educação, mediante a luta pela emancipação feminina na educação e no trabalho. Isso ocorreu com o sólido apoio das elites progressistas e dos recém-chegados colégios americanos protestantes. O protestantismo trazia para o Brasil os valores da sociedade burguesa — idéias que, na França e nos Estados Unidos, haviam desferido dois profundos golpes na sociedade aristocrática, através de suas revoluções, lembrando que “todos os homens foram criados iguais, que foram dotados, por seu criador, de certos direitos inalienáveis, entre os quais estão a Vida, a Liberdade e a Busca da Felicidade”. O protestantismo era então considerado como uma opção religiosa do ideário liberal e democrático.

Foi justamente para mostrar sua ferrenha oposição ao regime político do segundo império, que os republicanos paulistas passaram a utilizar-se das idéias trazidas para o Brasil pelos já referidos americanos sulistas. Prudente de Moraes, seu irmão Manoel e alguns adeptos uniram-se aos americanos de Santa Bárbara, em São Paulo, com o intuito de criar escolas americanas. A metodologia de ensino nas escolas protestantes passou a atrair a atenção das pessoas interessadas no progresso das escolas paulistas, em especial aquelas ligadas à instrução feminina.

Resta lembrar que umas das mais poderosas representações da igreja reformada americana decorria da aliança entre protestantismo e maçonaria, fato que exerceu importante papel no estabelecimento dos norte-americanos sulistas no Brasil. Prudente de Moraes, um dos 35 fundadores e primeiro Venerável da Loja Maçônica

de Piracicaba, instalada em 24 de novembro de 1875, encarregava-se, pessoalmente e em companhia de seu irmão Manoel de Moraes Barros, da defesa de vários dos imigrantes envolvidos em processos civis na justiça de Piracicaba. Vale lembrar que, ao chegar a Piracicaba, em 1881, Miss Martha Watts foi recebida pelo próprio Prudente de Moraes, futuro presidente da república, de quem se tornou amiga por afinidade ideológica. Miss Watts e Mademoiselle Rennotte valiam-se de poderosos aliados e com eles se aconselhavam e conviviam.

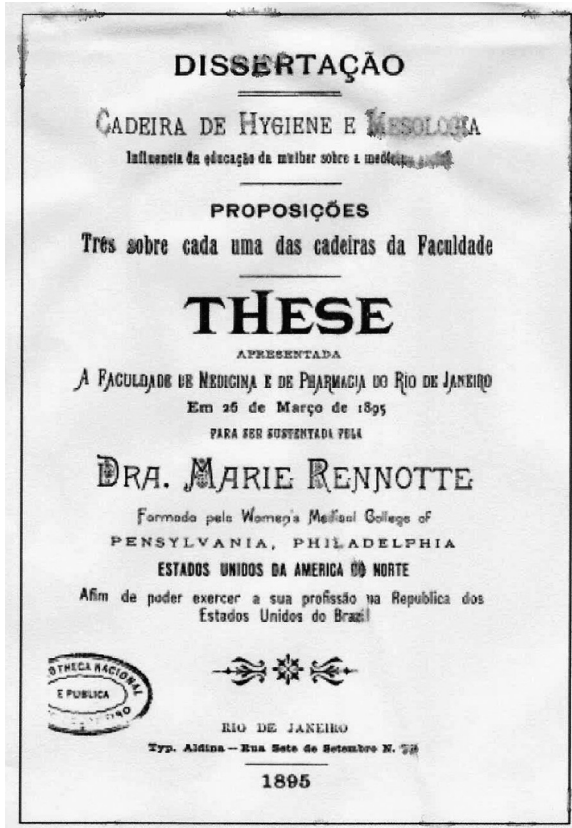
Os valores que surgiram nas duas últimas décadas do século XIX passaram a atrair homens e mulheres interessados em modernizar a Nação, mediante a discussão de mudanças radicais nas condições religiosas, culturais e políticas da sociedade brasileira. Acreditavam com variada intensidade no poder da educação, nas idéias liberais, nos valores republicanos, no papel dos protestantes, na ciência positivista, nos acatólicos, nos maçons e nos anticlericais. Que perigo! Entre gregos e troianos, Dom Pedro II não via com bons olhos essas inovações, por considerá-las ameaça de desintegração da ordem vigente. Ao visitar Piracicaba em 2 de dezembro de 1886, ocasião em que se hospedou na casa do Barão de Rezende, o imperador registrou seu mais profundo desagrado por encontrar uma bíblia protestante como livro de juramentos sobre a mesa da presidência.

Com forte personalidade e vocação para a liderança, Marie Rennotte contribuiu de forma significativa para o ensino feminino e para as propostas de emancipação das desalentadas e submissas mulheres da sociedade paulista e brasileira, já familiarizadas com as idéias feministas de Olympe de Gouges (1745–1793) e de Mary Wollstonecraft (1759–1797), na Europa, e de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810–1885) e Francisca Senhorinha da Motta Diniz (séc. XIX, datas ignoradas), no Brasil, autoras de textos famosos e pioneiras do feminismo no Brasil.

Marie Rennotte participou intensamente na luta pela emancipação das mulheres, contribuindo para explicar causas e consequências da desigualdade entre os sexos. São dela as seguintes palavras: “Numa das definições que acima dei da palavra de que é objeto este artigo, avancei que liberdade não podia significar faculdade ou livre arbítrio de nada fazer, pois que a ela está ligada a idéia de ação. Visto que a ação traz consigo a idéia de responsabilidade de um autor e que a mulher, que faz parte da constituição da humanidade ‘assume uma responsabilidade igual à do homem perante a sociedade’, ela deve pois gozar dos mesmos direitos do que este, porque não há lei que naturalmente não apresente duas fases, não há decreto ordenando, nem o seu corolário que proíbe, porque não há édito que impõe sacrifícios sem conceder ao mesmo tempo privilégios.” (“Mulher e Liberdade”, *A Família*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1889).

Além de professora, Marie Rennotte foi também médica ilustre. O arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo possui seu Diploma de Medicina, emitido no *Women’s Medical College of Pennsylvania, Philadelphia*, em 1892, quando tinha cerca de 40 anos. Onze anos antes, em 1881, Maria Augusta Generoso Estrella (1861–1946), a primeira médica brasileira, também havia se formado nos Estados Unidos.

Ao regressar ao Brasil, e de acordo com a lei brasileira, teve que revalidar seu diploma para exercer a profissão. Para isso, apresentou à Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro tese intitulada “Influência da educação da mulher sobre a medicina social”. A publicação, de 44 páginas, contém a seguinte dedicatória: Ao Ilmo. Sr. Dr. Prudente de Moraes Barros e a sua Exma. Senhora, com os respeitos da Autora. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1895. A tese é dedicada, também, a sua amiga Miss Watts, pastora metodista responsável pelo Colégio Piracicabano.



Folha de rosto da tese de Marie Rennotte apresentada à faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro, em 1895.

Em sua tese, Marie Rennotte crítica amargamente o conteúdo da educação dirigida a meninas, dizendo que, “ignorantes da forma natural do corpo humano e das leis de seu desenvolvimento, as mães vestem as filhas como se fossem bonecas. Para conseguir esses requisitos de beleza feminina, os membros são, sem compaixão nem misericórdia, lentamente trucidados. Os pés são colocados em sapatos por demais estreitos, o centro da gravidade deslocado por saltos altos, demandando a tensão constante de certos músculos para a preservação do equilíbrio. A cintura é esmagada numa prisão

de ferro e barbatanas, que interfere no crescimento do organismo. Os órgãos torácicos, abdominais e pelvianos, são desumanamente violentados e suas funções pervertidas sem nenhuma compaixão pela vítima”. Além disso, comenta que “o sistema educacional não prepara as jovens para assumirem as responsabilidades da vida, daí surgindo a necessidade de os médicos se manifestarem a respeito da reforma do ensino público, para que este se torne a base do edifício social, uma vez que *“first wealth is health”*”.

A propósito da instrução feminina em São Paulo, refere-se às características do intervalo para recreio nas escolas, comentando que, “ao invés de se aproveitar esse momento para estimular o gosto pelos exercícios do corpo, dizem às meninas que os jogos são coisas de rapazes, inconvenientes, portanto, para as donzelas. Além disso, propagam que saúde e vigor são qualidades plebéias e que um apetite satisfeito com pouco, timidez e fraqueza são atributos mais próprios a senhoras de “bon ton”. Essas condições são comparadas com o que ocorre durante o recreio dos meninos, cujas condições são-lhes, ao contrário, totalmente favoráveis.

Nas palavras de Marie Rennotte, “Influências de hábitos irrefletidos, instigações de ignorantes, sugestões de amas, caprichos e conselhos de avós contribuirão para que as jovens pensem que é pecado comer carne às sextas-feiras, que peixe não é carne, que o papa é infalível, que estes e outros fatos do mesmo quilate devem ocupar o lugar de honra na memória da futura supersticiosa. As jovens senhoras deixarão os bancos da escola com as cabeças cheias de datas e sem terem exercitado nunca suas faculdades de reflexão”. Na parte final do trabalho, diz: “em nome da mulher, a favor da sociedade e a benefício da nação, peço vossa benévola intervenção na reforma de um ensino que concorre para fazer de vossos filhos cretins, de vossos irmãos raquíticos, de vossas filhas espectros, fantasmas e meros fonógrafos sob o ponto de vista intelectual”.

A carreira de Marie Rennotte foi brilhante, ressalta Maria Lúcia Mott, biógrafa dessa grande mulher. Dois anos depois de formada, começou a trabalhar na Maternidade São Paulo, cuja fundação é atribuída ao médico Bráulio Gomes, e cuja manutenção, organização e supervisão ficaram a cargo de um grupo de mulheres da elite paulista.

Em junho de 1899, a Dra. Rennotte demitiu-se. Registram as atas da diretoria da maternidade sua gratidão, acompanhada por um voto de louvor pelos relevantes serviços prestados, como médica interna, e pela organização da enfermaria das mulheres pobres. Em 1906, passou a trabalhar na Clínica Cirúrgica da Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, como atesta o livro de frequência dessa entidade, ocasião em que colaborou com o eminente professor e médico Arnaldo Vieira de Carvalho. Em 1912 tomou parte da Diretoria da Cruz Vermelha e idealizou a fundação de um hospital para crianças, o qual foi inaugurado em 1919, no bairro de Indianópolis, em São Paulo.

A Dra. Marie Rennotte foi a primeira mulher a fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, eleita em 4 de maio de 1901, por indicação de Eduardo Prado, Orville Derby e Denamérico Rangel, e do qual fez parte até a data de seu falecimento, em novembro de 1942. Seu túmulo perpétuo encontra-se no Cemitério dos Protestantes na Consolação. Uma grande mulher!

Referências

Catálogo do Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1976

ELIAS NETTO, Cecílio. *Almanaque 2000, Memorial de Piracicaba, século XX*, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Jornal de Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2000.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo, um estudo de suas origens*, mestrado apresentado à Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1977.

Jornal *Gazeta de Piracicaba*, coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

MOTT, Maria Lúcia. De educadora à médica: trajetória de uma pioneira metodista, *Revista do Cogelme*, no. 15, dezembro de 99, págs. 115-126.

_____. Maria Rennotte, uma médica paulista no início do século, *Médicis, Cultura, Ciência e Saúde*, ano 2, edição no. 7 – nov.dez. de 2000, págs. 43 –45.

_____. Revendo a história de enfermagem em São Paulo (1890 – 1920), *Cadernos Pagu* (13) 1999, págs 327 – 355.

RODRIGUES, Maria Leda Pereira, *A instrução feminina em São Paulo, subsídios para sua história até a proclamação da República*, tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, da PUC, São Paulo, 1962.

CONSUELO PONDÉ DE SENA, O RECONHECIMENTO DO IGHBA

*Edivaldo M. Boaventura**

Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.

Fernando Pessoa

Por onde Consuelo Pondé de Sena esteve e passou, marcou a sua presença. É essa presença participativa e sumamente ativa que tentamos resgatar. Sentimos a profundidade da perda, mas temos a compensação da lembrança realizadora.

Nascida em 19 de janeiro de 1932, em Salvador, era filha de Edístio Pondé, médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e de Maria Carolina Montanha Pondé. Coursou o primário e o ginásio, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, da conhecida educadora Anfrísia Santiago. Em seguida, realizou o curso colegiado clássico, no Colégio Nossa Senhora das Mercês, das ursulinas. Ingressou pelo exame de vestibular, na graduação em Geografia e História, da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFBA. Especializou-se em Língua Tupi e Etnologia Geral e do Brasil (ANUÁRIO, 2014, p.138). Casou-se com Plínio Garcez de Sena, médico e professora da Faculdade de Medicina da UFBA, teve quatro filhos: Maíra, Maria Luiza, Maurício e Eduardo.

Instituída a pós-graduação, fez o Mestrado em Ciências Sociais, na área de concentração História Social, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. O professor José Calasans a orientou na dissertação de Mestrado, concluída em 1977 e intitulada: *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru*

* Sócio Benemérito e Orador oficial do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA).

1830–1892 (SENA, 1977). Como professora, fez carreira docente na Universidade Federal da Bahia.

Consuelo ingressou no Instituto, em 1955, por indicação de Luiz Monteiro da Costa e partiu em 14 de maio de 2015. Um dia depois da data aniversária. Foram, portanto, 60 anos de presença ativa, como sócia, oradora oficial, vice-presidente e presidente de 1996 a 2015. O Instituto era a sua casa. “Não apenas viveu no Instituto, mas viveu o Instituto”, é o testemunho expressivo de Leda Jesuíno.

O Instituto tornou-se, nos seus vinte últimos anos, mais do que tudo, em uma trincheira de defesa da tradição, dos valores que militava e das lutas pelo patrimônio histórico da Bahia. A sua bela imagem era inseparável da Casa da Bahia. Consuelo foi uma presidente com dedicação exclusiva e presença cotidiana. Dirigindo a Casa da Bahia com a regularidade da frequência. Todo o dia estava no Instituto a partir das 14 horas com a pontualidade que tanto cultivava. Dessa maneira, não houve setor, espaço e lugar que ela não vivificasse, realizou inúmeras obras civis, construindo e adaptando espaços durante a sua gestão. Costumamos dizer, emblematicamente, que governou da cúpula aos porões.

Aproximou o Instituto mais ainda da Universidade Federal, quando escolheu o magnífico reitor Roberto Santos, para ser o presidente de honra do Instituto. É uma grande honra tê-lo sempre conosco.

O relato dos resultados

Para recordá-la, na homenagem póstuma do IGHB, vamos nos concentrar, no seu papel de presidente por quase vinte anos do Instituto, destacando: a organização do arquivo histórico; a promoção de congressos e simpósios; o estímulo às publicações; a participação no sistema nacional de institutos históricos; e a sugestão do Memorial do Dois de Julho.

Acrescentamos que Consuelo teve uma vida ativa não somente como professora universitária e diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia, como também acadêmica e associada de instituições. Dessa maneira, faremos referência à aluna e professora da UFBA e à sua condição de titular da Academia de Letras da Bahia. Entrementes, projetamos uma polianteia em elaboração, em sua homenagem intitulada: *A trajetória de Consuelo Pondé de Sena, in memoriam*.

A organização do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio

Considerando a importância das fontes documentais para o Instituto, foi desmembrado da Diretoria da Biblioteca, passando o Arquivo Histórico a ser uma diretoria independente. Assim, a Diretoria do Arquivo Histórico, uma vez instituída, ficou com a competência de reunir em local adequado os documentos existentes. Em 1999, elegeu-se a confrreira bibliotecária-arquivista, Zita Magalhães Alves, para dirigi-lo. Uma vez organizado, denominou-se com muita razão Arquivo Histórico Theodoro Sampaio. Dessa maneira, na Biblioteca Ruy Barbosa e no Arquivo Histórico Theodoro Sampaio existem cerca de 30 mil títulos e coleções particulares que estão à disposição de pesquisadores e interessados. Considerando o acervo das fontes, o Instituto é um centro de pesquisa bibliográfica e documental.

A promoção de congressos de História da Bahia e simpósios

Na sua gestão, foi impactante os congressos de História da Bahia. Ponderemos que antes da presidência Consuelo Pondé de

Sena, aconteceram apenas três congressos de História da Bahia. Pois bem, com invulgar esforço, pessoal e institucional, promoveu o IV Congresso, comemorativo dos 450 anos da primeira capital do Brasil, em 1999. No V Congresso, em 2001, os festejos assinalaram os 500 anos da Baía de Todos os Santos, a Curimuryé dos tupinambás.

Ainda no ano passado, festejamos os 120 anos com o VI Congresso de História da Bahia: Festa e Comida. Consuelo emprestou ao arredondamento dessa data direcionada atenção. O certame *Festa e Comida* reuniu pesquisadores nacionais e estrangeiros para debater o tema. No pronunciamento que redigiu, mas que não chegou a lê-lo, ponderou que a alimentação comporta várias análises desde a questão nutricional às relacionadas com a economia, a composição dos alimentos, as diferenças de consumo, tradições culinárias, tabus alimentares.

Quanto às festas, conquistaram-se grandes relevos nos últimos tempos, sejam as relacionadas com as sociedades indígenas ou mencionadas nas análises folclóricas editou Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: *120 anos* (2014) coletânea formada de pronunciamentos correspondentes aos anos assinalados.

Realizou, ainda no ano passado, um seminário sobre a urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República além do interessantíssimo simpósio: *Paixão Futebol Clube*, que se propôs discutir o futebol a partir da história, cinema, mídia, ídolos e torcida. O diretor da Biblioteca Ruy Barbosa, Carlos Eugênio Junqueira Ayres (2014), relatou com precisão a festa dos 120 anos do IGHB.

Do ponto de vista internacional, o I Encontro de História Brasil-Paraguai, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Academia Paraguaya de la História teve caráter pioneiro na discussão sobre a guerra da Tríplice Aliança.

Em 2010, Consuelo tomou posse como membro emérito da Academia Portuguesa da História (APH). Designado para saudá-la,

pela presidente Manuela Mendonça, enumeramos o número de associados portugueses. Na abertura da Casa da Bahia, promovida por Consuelo, para os novos associados, ingressaram intelectuais portugueses como Joaquim Veríssimo Serrão, presidente da Academia Portuguesa da História (APH), o reitor Fernando Rebelo da Universidade de Coimbra, Manuela Mendonça, atual presidente da APH, professor Miguel Corrêa Monteiro, da Universidade de Lisboa.

Em 2008, o Simpósio Internacional do II Centenário da vinda da Família Real na Bahia, 1808–2008, deu sequência às Jornadas Comemorativas da Partida da Família Real para do Brasil, promovidas pela Academia Portuguesa da História, em Lisboa, em novembro de 2007 (SIMPÓSIO, 2008)

As três instituições — Academia Portuguesa da História, IGHBA e IHGB — articularam-se em torno do histórico acontecimento. Após as celebrações baianas, haja vista que foi em Salvador que o regente D. João assinou a abertura dos portos e criou o ensino superior brasileiro, houve a devida continuidade, no Rio de Janeiro, em 2008, com a realização do Bicentenário da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, promoção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, interligaram-se, simbolicamente, as três capitais: a saída da Família Real de Lisboa, a passagem pela Bahia e a chegada, no Rio de Janeiro. Como presidente participava das conexões nacionais e internacionais que envolviam os eventos históricos, incluindo a criação do Sistema Nacional dos Institutos Históricos como veremos adiante.

O estímulo às publicações

Tem um peso forte o esforço de Consuelo para publicar. Começamos pela sua produção universitária, além da dissertação de

Mestrado: *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru 1830–1892* (SENA, 1979), publicou as *Relações interétnicas através do casamento: Inhambupe 1780–1800* (SENA, 1979) e outros ensaios. Com Angelina N.R. Garcez escreveu *Juazeiro trajetória histórica* (SENA e GARCEZ, 1992), há inúmeros artigos na *Revista do IGHB*, como também na *Revista da Academia de Letras da Bahia*.

Consuelo colaborou com os jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*. Escrevia semanalmente crônicas, expressão do seu conhecimento, máxime dos seus sentimentos. Dias antes do seu passamento, publicou a comovente Pranto da madrugada. Editou três livros de crônicas: *Cortes no tempo* (1997), *A hidranja azul e o cravo vermelho* (2002) e *No insondável tempo* (2013).

Como presidente, desencadeou uma série de publicações, direta e indiretamente pela ação estimuladora. Constatamos que a sua atuação como ensaísta universitária foi em sua quase totalidade direcionada em função do Instituto. Conseguiu a regularização anual da Revista do Instituto, garantida a normalização pelo diretor de publicações, Sérgio Mattos.

É significativa a contribuição à vida e obra do sábio Theodoro Sampaio. Editou a sexta edição em *fac-símile* da importante e útil contribuição de Theodoro Sampaio (1987) *O tupi na geografia nacional*, com estudos preliminares, biobibliografia, patrocínio do associado José Nilton Pereira Carvalho. Destacam-se que três importantes estudos sobre o sábio baiano contaram com a participação direta de Consuelo. Vejamos: 1) *Theodoro Sampaio e a Chapada Diamantina*: trechos da expedição de 1879/1889, com ilustrações do pintor Otoniel Fernandes Neto (2005), homenagem aos 150 anos do seu nascimento; 2) *O sábio negro entre os brancos. Theodoro Sampaio*. Projeto Emanuel Araújo curadoria Luiz Carlos dos Santos, Museu AfroBrasil (2008) de São Paulo, e 3) de Ademir

Pereira dos Santos (2010), *Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades*. Prêmio Clarival Valladares da Fundação Odebrecht. Quanto mais tomamos consciência do semiárido baiano, serrado, sertão ou caatinga, mais necessitamos nos aprofundar na obra de Theodoro.

Existe uma contribuição efetiva que deve ser distinguida. É a coletânea organizada por Consuelo (SENA, 2009) com muito gosto sobre *Bernardino de Souza, vida e obra*. O operoso construtor da sede-monumento é autor das famosas obras: *O pau-brasil na história nacional* e *O ciclo do carro de bois no Brasil*. Realmente, precisava-se de um ensaio biográfico do conjunto de sua produtiva e marcante atuação. Para Sérgio Mattos (2006): “estão reunidos depoimentos valiosos que mostram a capacidade realizadora e multifacetada desse intelectual nordestino que soube fazer a hora acontecer [...]” (SENA, 2009).

Cabe assinalar a publicação de Afonso de E. Taunay (2012), *Na Bahia de Dom João VI*, edição *fac-símile* do Colégio Apoio, mais uma colaboração do associado José Nilton de Carvalho Pereira. Os dois volumes sobre Salvador era assim de Jafé Borges (2001).

Consuelo sugeriu e fez indicações para publicações pela editora da Universidade do Estado da Bahia (Eduneb), um bom exemplo é o livro de Tânia Risério d’Almeida Gandon, (20...) *Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XVI. Emigração e comércio*, e outros títulos na gestão de Nadgila Nunes Bittencourt.

O livro *Conhecendo a História da Bahia: da pré-história a 1815*, de Antonietta d’Aguiar Nunes (2013), é um esforço notável de pesquisa histórica, publicado com o patrocínio da Bahiatursa. A obra começa pela pré-história antes da chegada dos lusos, ocupa-se do espaço do estado federado e vai até a declaração de Reino Unido Portugal, Brasil e Algarve, em 1815, bem documentado, combina abordagens cronológicas com temáticas civis, eclesiásticas e administrativas.

Participação no Sistema Nacional de Institutos Históricos

Como associada, Consuelo participou ativamente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e dos Institutos estaduais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, e dos municipais de Petrópolis, Paranaguá (PR) e Feira de Santana (BA), bem assim, da jovem Academia Portuguesa da História e da *Academia Paraguaya de La História*.

Como presidente do Instituto, se distinguiu colaborando com Arno Wehling, presidente do IHGB, na implantação de um Sistema Nacional de Institutos Históricos. Sistema que possibilita, conforme Victorino Chermont de Miranda (2014, p.39), 1º Vice-Presidente do IHGB, “desenvolver projetos comuns, na área de sua atuação, como também ganhar em representatividade junto ao governo, nas diferentes esferas, de forma a poderem participar, de modo orgânico, na discussão das políticas públicas para o setor”.

Sugestão de criação do Memorial do Dois de Julho

Pela relevância histórica e alta significação cívica, popular e religiosa, destacamos o projeto do Memorial do Dois de Julho. Idealizou construir o Memorial do Dois de Julho com a Cabocla e o Caboclo. Na sua última entrevista ao jornal *A Tarde*, de 21 de março de 2014, foi bem explícita: “Queria que houvesse um memorial que ficasse aberto à visitação pública. Poderíamos fazer uma réplica das estátuas dos caboclos para que desfilassem, e as estátuas antigas ficariam guardadas” (BOAVENTURA, 2014, Anexo A). Quiçá a melhor maneira de preservá-los seja em um memorial à vista per-

manente de soteropolitanos e visitantes. A Fundação Gregório de Mattos, ocupa-se deste projeto.

Uma das manifestações mais desveladas pelos simbólicos Caboclos era a entrega anual dos carros para o desfile do Dois de Julho. Todos os anos Consuelo comparecia à Lapinha e outorgava ao povo e as autoridades as estátuas para compor o préstito tradicional quando então falava. A Cabocla e o Caboclo representam a Bahia. Símbolos patrióticos e romanticamente indianistas, transmudando-se para o misticismo religioso. Assinale-se que o Dois de Julho é a nossa única festa popular e cívica, complementa Pedro Calmon. A Cabocla compôs uma exposição no Museu de Etnologia de Lisboa e o casal de Caboclos esteve no Museu AfroBrasil de São Paulo.

No cotidiano da cidade do Salvador, Consuelo manifestou singular atuação. A ressonância comunitária a conduziu às organizações da cultura que ilustrou, especialmente, o Instituto, a Universidade Federal da Bahia e a Academia de Letras.

Aluna e professora da UFBA

Não obstante termos nos limitados ao relato de resultados, vamos complementar com as referências á formação e vida profissional e acadêmica

Depois do Instituto, evoquemos a sua participação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como estudante de Geografia e História e como docente. Começou ainda como aluna de Frederico Edelweiss a ensinar a língua tupi e especializou-se neste idioma e em Etnografia Geral e do Brasil.

Começou o magistério, substituindo o seu mestre Frederico Edelweiss. Com a sua aposentadoria, assumiu a regência da disciplina, em 1963. Submeteu-se a concurso e durante 31 anos foi

professora da Língua Tupi com lotação no Departamento de Antropologia. Ensinou também História da Arte e Cultura Artística e Literária, no Curso de Jornalismo. Em 1974, passou a dirigir o Centro de Estudos Baianos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, enriquecido com a aquisição da preciosa biblioteca de Frederico Edelweiss, adquirida pela UFBA (ANUÁRIO, 2014, 138-139).

Com o Mestrado em Ciências Sociais, Consuelo voltou-se mais para a História Social, conforme comprovam suas publicações. Como historiadora, escolheu o interior, como bem observa José Calasans em prefácio. Assim, de acordo com a nossa saudação ao ingressar na Academia de Letras da Bahia, destacamos (BOA-VENTURA, 2012): “Em uma visão de conjunto, podemos divisar as vertentes de sua produção intelectual em conformidade com o magistério.” Começou pelos estudos antropológicos da Língua Tupi, dedicou-se aos temas da hinterlândia baiana, precisamente aos sertões de Inhambupe e Itapicuru, chegando à problemática da História Social e Local.

A nossa UFBA revelou à comunidade a sua exemplar liderança feminina, culta e decidida. Era a mesma Consuelo operosa, no nosso Estudo Geral, na Academia que a homenageou, na Academia Baiana de Educação, que lhe outorgará, oportunamente, a emergência, na Associação Baiana de Imprensa e na Casa de Ruy Barbosa, que dirigiu com dedicação, no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial da Bahia.

Acadêmica Titular da cadeira de Junqueira Freire

Consuelo Pondé de Sena ingressou na Academia de Letras da Bahia, em 14 de março de 2002. Propositadamente, escolheu a data aniversária do seu muito amado Castro Alves. Considerando a sua efusiva

e charmosa “efetividade participativa”, é difícil aceitar que foram apenas 13 anos de convivência acadêmica (ANUÁRIO, 2014, p. 138-140).

Na chegada, festivamente, a saudamos com contentamento, em testemunho do notável desempenho intelectual e comunitário. Fixemo-nos na predestinação do seu nome espanhol, Consuelo, quer dizer, consolação. Consuelo é uma personagem criada por George Sand, modelo para todas as mulheres, dizia o filósofo francês Alain. Mas Castro Alves italianizou a personagem como símbolo do seu romance não resolvido com Agnes Truci Murri. Na homenagem póstuma da Academia, rodado o tempo, 13 anos decorridos, voltei a lhe falar, mas desta vez Consuelo se encontrava “do outro lado do caminho”. Dentre as muitas outras participações, suscitou a candidatura de Yeda Pessoa de Castro, falou na inauguração da galeria dos presidentes, fez o elogio de Jorge Calmon.

Em 1991 antes mesmo de ingressar na Academia, colaborou com a revista escrevendo sobre o centenário do Arquivo Público do Estado da Bahia, que dirigiu de 1987 a 1991. Gostava de escrever sobre os baianos ilustres e distinguidos. Assim, em 1993, retratou a condessa de Barral, a grande dama baiana do segundo reinado. Estudou Hélio Simões como camonista. Relacionou Afrânio Coutinho com a Bahia, no seu centenário. Evocou a passagem pela Bahia do então popular poeta das cigarras, Olegário Mariano. Em *Consuelo Pondé de Sena, acadêmica*, expressamos a homenagem póstuma da Academia de Letras (BOAVENTURA, 2015, inédito)

Polianteia – A trajetória de Consuelo Pondé de Sena, in memoriam

As homenagens a Consuelo vão se prolongar em outras formas de manifestação. No momento, propusemos e foi aprovada a

organização de uma polianteia, intitulada *A trajetória de Consuelo Pondé de Sena, in memoriam*.

O seu desaparecimento, em 14 de maio de 2015, desencadeou uma série de manifestações Conjecturamos organizar uma publicação coletiva que integrará declarações, depoimentos e manifestações de pessoas físicas e jurídicas. Ao registro momentâneo de expressivos sentimentos pelo seu passamento, seguem-se relatos da vida profissional, docente e acadêmica, em diferentes momentos e nas diversas organizações. É bem de ver e de melhor saber, que o Instituto terá uma parte especial nesta coletânea.

Não podemos deixar isoladas e dispersas tantas manifestações de bem querer. Haveremos de encerrá-las em um volume. O presidente do Instituto, Eduardo Morais de Castro, que neste momento de reconstrução de sentimentos o dirige com comprovada eficiência, aprovou a publicação em memória da presidente. Passamos a recolher as palavras de apreço de familiares, amigos, confrades, colegas e alunos, e a reunir o que mais importante e significativo ela escreveu e não publicou e igualmente o que foi redigido sobre Consuelo. Faremos i como procedemos, anteriormente, com Pedro Calmon, Luiz Viana Filho, Jorge Calmon e a nossa UFBA no cinquentenário.

Em uma palavra, tudo o que era Bahia dizia respeito a Consuelo. Como acadêmica de número, professora de História e presidente do Instituto, exercitava a tradição, a preservação e a edificação dos valores. Era uma mulher ética, destemida e determinada, amada e temida. Brava. Acolhedora. Solidária. Não transigia e sabia brigar se preciso fosse, na defesa desses valores. Consuelo era uma guerreira. Sinto nela a força inspiradora das mulheres baianas: Maria Quitéria, Joana Angélica, condessa de Barral, Edith Mendes da Gama e Abreu, Mãe Senhora. A história estadual da Bahia é povoada de mulheres bíblicas. Deus louvado! Na sua agitação vulcânica, trago

a colação o verso de Fernando Pessoa: “Quem tem alma, não tem calma”. Como se ajusta bem à nossa Consuelo!

Referências

- ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. Cadeira nº 28 ocupante Consuelo Pondé de Sena. In: *Anuário da Academia de Letras da Bahia*, Salvador: Quarteto, 2014, p.138-140.
- AYRES, Carlos Eugênio Junqueira. Festa dos 120 anos do IGHB. *Rev. IGHB*, Salvador, v.109, p.21-30, jan./dez.2014.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. Consuelo Pondé de Sena, uma presença expressiva. In: _____. *A convivência acadêmica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 144-154. Originalmente, saudação na tomada de posse, na ALB, Salvador, 14 mar.2002.
- _____. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2014. *Rev. IHGB*, Salvador, v.109, p. 43-56, jan./dez. 2014.
- _____. Consuelo Pondé de Sena, acadêmica. Homenagem póstuma da Academia de Letras da Bahia, em 20 de agosto de 2015. Inédito.
- BORGES, Jafé. *Salvador era assim*. Salvador: IGHB, 2001.v.2.
- CADEIRA 18. Fundador João Victória; CADEIRA 21. Luís Leal (Filho); e CADEIRA, 22 Afonso Maciel Neto. *Rev. Inst. Gen. da Bahia* Salvador, n.22, p.226-232, p.282-284,p.292-295, 2005.
- FERNANDES NETO, Otoniel. *Theodoro Sampaio e a Capada Diamantina*. Trechos da expedição de 1879–1880. Brasília: Edição do Autor, 2005. Homenagem aos 150 anos de nascimento.
- GANDON, Tânia R.d`A. *Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XVI*. Emigração e comércio. Salvador: Eduneb ...
- IGHB homenageia Consuelo Pondé de Sena. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.15, 26 ago.2015.
- IGHB. *Os 120 anos...*
- LISBOA JÚNIOR, Luís Américo. Dorival Caymmi – referência da MPB. *Rev. IGHB*, Salvador, v.109, p. 105-139, jan./dez. 2014.
- MATTOS, Sérgio. Preservando a memória institucional e de baianos ilustres. *Rev. IGHB*, Salvador, v.109, p. 15-17, jan./dez.2024.

- MIRANDA, Victorino Chermont de. Discurso proferido na Sessão Magna comemorativa do 120º aniversário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *Rev. IGHB*, Salvador, v.109, p.39-42, jan./dez.2014.
- MUSEU AFROBRASIL. *O sábio negro entre os brancos: Theodoro Sampaio*. São Paulo: Ispis Gráfica e Editora, 2008. Projeto Emanuel Araujo.
- NUNES, Antonietta d' Aguiar. *Conhecendo a História da Bahia da pré-história até 1815*. Salvador: Quarteto, 2013.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 6.ed.fac-símile. Salvador: Gráfica Facção/ Colégio Apoio, 2010.
- SANTOS, Ademir P. dos. *Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades*. Rio de Janeiro: Versal, 2010. Prêmio Clarival Valladares, Fundação Odebrecht.
- SENA, Consuelo Pondé de. *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru 1830-1892*. F. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, Salvador.
- _____. *Portugueses e africanos em Inhambupe: 1750-1860...*
- _____. *Relações interétnicas do casamento: Inhambupe 1750-1800*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Ufba,
- _____. *Cortes no tempo*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1997. Memorial das Letras.
- _____. *A hidranja azul e o cravo vermelho*. Salvador: SCT/Sudeducult, 2002.
- _____. (Org.). *Bernardino de Souza vida e obra*. Salvador: Quarteto, 2009.
- _____. *No insondável do tempo*. Salvador: Quarteto, 2014.
- _____. GARCEZ, Angelina N. Rolim. *Juazeiro, trajetória histórico...*
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL A FAMÍLIA REAL NA BAHIA 1808-2008.2008, Salvador. *Anais...* Salvador: IGHB. Governo do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon, 2008.
- TAUNAY, Affonso de E. *Na Bahia de Dom João VI*. Ed.fac-símile. Salvador: Colégio Apoio, 2012.

INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO
ESPÍRITO SANTO

IHGES 100 ANOS COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: ARQUEOLOGIA – ETNOGRAFIA – ETNOLOGIA

*Celso Perota**

*Henrique Antônio Valadares Costa***

*Igor da Silva Erler****

*Dionne Miranda Azevedo*****

Resumo: O presente artigo apresenta uma resenha das ações feitas por arqueólogos, antropólogos e etnógrafos ao longo dos 100 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, destacando a atuação de intelectuais desses associados junto ao Instituto e, o com maior destaque nos últimos anos, para a divulgação das pesquisas vinculadas a arqueologia e etnografia.

Palavras chaves: História da arqueologia – antropologia – etnografia.

Nos cem anos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), é preciso ressaltar que a sua atuação não se restringiu à história ou a geografia, mas abrangeu outras áreas das Ciências Sociais, conforme se verifica na aceitação como sócios do Instituto de arqueólogos, antropólogos, arquitetos, psicólogos e escritores de uma forma geral, assim como, nos conteúdos interdisciplinares apresentados nos artigos publicados na sua revista anual.

* Arqueólogo e Antropólogo, Associado do IHGES, Diretor Presidente do Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica – Adam Orssich (IPAE), professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da UFES.

** Arqueólogo Diretor da Seção de Arqueologia do IHGES, Doutorando do MAE-USP, Diretor Técnico Científico Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica – Adam Orssich (IPAE).

*** Historiador e Pós Graduado em Arqueologia, associado do IHGES e Diretor-Financeiro do Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica – Adam Orssich (IPAE).

**** Historiadora e Pós Graduada em Arqueologia, associada do IHGES e Diretora-Secretária do Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica – Adam Orssich (IPAE).

Para os autores que tem por ofício a arqueologia e que são sócios do Instituto, é importante ressaltar que o IGHES foi pioneiro, dentre as outras instituições congêneres, a publicar artigos sobre arqueologia.

Na sua revista de número nº 15, publicado no ano de 1943, consta um artigo do Dr. Aldemar de Oliveira Neves, intitulado “Ceraumio de Sapucaia”. O autor além de médico sanitarista era militante político e sócio do IHGES. Não era positivista e por isso, tinha um posicionamento eclético sobre os fenômenos sociais. Como tinha fortes relações com sua cidade natal, Dr. Aldemar recebeu uma informação sobre achados de uma cerâmica, na localidade de Sapucaia, interior de São Mateus.

No local, recolheu uma coleção de cacos cerâmicos, tendo a expertise de buscar uma informação correta sobre o fato social, procurou a então Diretora do Museu Nacional e antropóloga, Dra. Heloisa Alberto Torres para um parecer. Quando foi redigir os seus artigos, Dr. Aldemar de Oliveira Neves inseriu o comentário feito pela antropóloga, que observou a relação da coleção de cacos, como “cerâmica tupi”, pois uma quantidade de cacos tinha a pintura em cores vermelha sobre branco e vermelho e preto sobre branco, características encontradas na cerâmica desses povos.

Esse trabalho pioneiro e é de fundamental importância para o conhecimento da pré-história do território espírito-santense, porquê o autor, apesar de não ser arqueólogo, teve bom senso na coleta das informações, e, principalmente, buscou definições sobre o material na melhor instituição científica da época, além de fazer uma publicação ilustrada, fato que hoje facilita a interpretação e, inserindo o achado arqueológico, na dinâmica pré-histórica atual (Figura 1).

Em 1993, associa-se ao IHGES, a arqueóloga Dra. Elfrieda Standler Orssich, viúva do arqueólogo Adam Orssich, primeiro arqueólogo a exercer a profissão no Espírito Santo e a promover os primeiros cursos de caráter acadêmico no Brasil, segundo as dire-

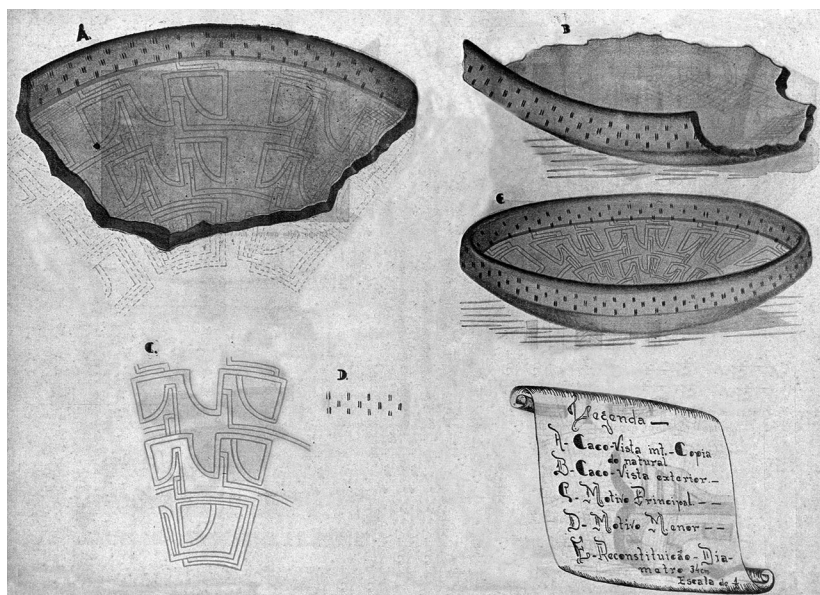


Figura 1: Croqui de cerâmica tupi elaborado por Heloísa Torres.
Fonte: NEVES, 1943.

trizes da lei 3.924 de 1961. A importância de Orsich se deu, pelo pioneirismo em fazer uma arqueologia com base metodológica.

Posteriormente, o arqueólogo Henrique Antônio Valadares Costa, coautor desse artigo, publicou na *Revista* nº 66, no ano de 2011, um artigo intitulado “O início da regulamentação da Arqueologia no Espírito Santo”. Em 2013, na *Revista* de número 69, 2013, o mesmo autor, em coautoria com arqueólogos de São Paulo, Profa Dra. Neide Barroccá Faccio, Juliana Aparecida Luz, e Hiuri Marcel di Baco, publicaram o artigo “Resgate no Sítio Arqueológico dos Neves, São Mateus, ES”. Nesse trabalho, divulgou-se os resultados da escavação arqueológica de salvamento no “sítio dos Neves” que estava em processo de destruição. (COSTA et al., 2013).

Ainda em 2013, a diretoria executiva cria a Seção de Arqueologia do IHGES e nomeia para dirigi-la, o arqueólogo Henrique Antônio Valadares Costa, com a finalidade de estimular as pesquisas arque-

ológicas e contribuir para seu desenvolvimento no Espírito Santo. Nesse mesmo ano, Henrique A. V. Costa proferiu no Instituto, uma palestra intitulada “Arqueologia no Espírito Santo, Ontem e Hoje”.

Em 2014, o arqueólogo e historiador Francis Louzada Rubini de Oliveira, da cidade de Alegre, publicou na *Revista* de nº 70, o artigo intitulado “O Mito é o nada que é tudo”. Artigo este, que discorreu sobre a única arte rupestre conhecida no Espírito Santo, no qual retrata a interpretação do referido autor, sobre petroglifos encontrados no município de Alegre, porém essa interpretação é questionada em função das condições de conservação, desse tipo de testemunho, em rochas cristalinas.

Além dessa bibliografia de arqueologia, destacam-se alguns artigos de etnografia e etnologia que serviram e servem de apoio a interpretações arqueológicas.

O historiador Adelfo Poli Monjardin escreveu um artigo intitulado “Nas pegadas de Hartt” sobre a obra de Charles Frederick Hartt, geólogo alemão, que fez parte da famosa expedição de Louis Agassiz, o qual registrou no sopé do Morro do Penedo, os níveis dos mares do ano de 1886. Essa marca de Hartt, é e será sempre um importante dado para os paleoclimatologistas. (MONJARDIM, 1939)

Em 1934, na *Revista* nº 07, o Instituto publicou um trecho do relatório apresentado pelo inspetor, Antonio Estigarribia, à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, elaborado no ano de 1912, sobre os índios do Rio Doce. Neste relatório, Estigarribia forneceu dados importantes sobre a população Gê, que ficou confinada ao norte do Rio Doce.

Além disso, um artigo de etnologia de autoria do Dr. Renato Pacheco, foi publicado pela *Revista* (nº 17, 1957), o qual foi intitulado “Notas sobre os botocudos”. Esse artigo foi escrito pelo Dr. Renato, assim que o mesmo retornou ao Espírito Santo, após ele fazer um curso na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, quando

tomou conhecimento das publicações sobre as sociedades indígenas brasileiras e espírito-santense, publicadas no Handbook of South American Indians (STEWART, 1946).

Posteriormente, em 2015, foi realizada no Instituto, a palestra, “A construção territorial do vale do rio Doce e a saga dos Botocudos”, pelo pesquisador Rogério Costa dos Reis. Também foi promovida uma mesa redonda intitulada “Estudos sobre os Botocudos”, sendo os expositores os pesquisadores Julio Bentivoglio e Rogério Reis, ambos sócios do IHGES.

Portanto, nesses cem anos de vida da Instituição, ela sempre esteve disposta a atender e incentivar as demandas culturais do Estado do Espírito Santo, garantindo o pioneirismo em diversos campos científicos, notadamente, os que buscaram, ao longo desse século, traduzir a paisagem histórica e cultural capixaba,

Referências

COSTA, H. A. V.; FACCIO, N. B.; LUZ, J. A. R.; BACO, H. M. D. O Resgate no Sítio dos Neves, São Mateus, ES. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Nº 69, 2013.

COSTA, H. A. V. O Início da Profissionalização da Arqueologia no Espírito Santo (1966–1968). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Nº 66, 2011.

ESTIGARRIBIA, A. Os índios do Rio Doce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Nº 07, 1934.

MONJARDIM, A. P. “Nas pegadas de Hartt”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Nº 12, 1939.

NEVES, A. Ceraumio de Sapucaia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Nº 15. Vitória. 1946.

OLIVEIRA, F. L. R. O mito é o nada que é tudo: ensaio sobre a única arte rupestre conhecida no Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Nº 70, 2014.

Celso Perota, Henrique Antônio Valadares Costa, Igor da Silva Erler, Dionne Miranda Azevedo

PACHECO, Renato J.C. Notas sobre os botocudo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Nº17. Vitória. 1957.

STEWART, J (ed). *The handbook south american indians*. Vol. 1. Marginal tribes. Washington: Government Printing Office, 1946.

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO E A PRESENÇA FEMININA

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Neste texto, cujo propósito é o de dar breve notícia da atuação feminina no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, inicie-se dizendo que a presença feminina na produção de cultura no Espírito Santo é incontestável. Vejam-se, a propósito, a quantidade de educadoras de respeito, de musicistas de talento, de artistas que por aqui viveram e trabalharam; confira-se a produção de inúmeras escritoras publicadas nas páginas de jornais e revistas locais, com destaque para a *Vida Capixaba*. Essas escritoras são merecidamente estudadas hoje em dia; a qualidade de seu protagonismo literário nos é demonstrada a cada nova publicação que vá garimpar nas prateleiras das bibliotecas a vivacidade de uma produção que, no seu tempo, era considerada e estimada.

Desde 1949 que ao longo do tempo grande parte das intelectuais femininas de destaque vem-se congregando na Academia Feminina Espírito-santense de Letras. Atualmente várias das Acadêmicas daquela casa pertencem também ao Instituto Histórico e Geográfico. Assim, neste que é o ano do seu centenário de fundação, ocupemo-nos de historiar como se deu a atuação feminina na vida do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, desde que adentraram os quadros da casa.

A fim de nos acercarmos de nosso objeto de cogitação, mister se faz esclarecer desde logo a que tipo de associação nos referimos,

* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e faz parte também da Academia Espírito-santense de Letras. Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Lisboa é também juiz titular da Vara da Auditoria da Justiça Militar do Espírito Santo.

motivo pelo qual iniciamos formulando a seguinte pergunta: afinal, o que são esses tais Institutos Históricos e Geográficos? Sem agregar qualquer informação mais elaborada, adiantemos uma resposta possível: são casas de cultura. Porque cultura é o que se produz nessas casas. Mas, diferentemente de uma Academia de Letras — outra espécie de associação onde também se produz cultura e onde o que conta é o pendor literário, em sentido amplo — o que se produz lá tem um direcionamento muito bem definido: a produção de um Instituto Histórico e Geográfico pretende agregar acréscimos ao conhecimento produzido na sua área de interesse, as ciências ditas sociais e humanas.

No entanto não se exige, nessa produção, uma forma estritamente científica; se assim fosse, um Instituto Histórico e Geográfico não se distinguiria da academia (aqui, no sentido de Universidade). Nos Institutos Históricos e Geográficos a rigor aproveitam-se quaisquer contribuições interessantes para os seus propósitos. O que não é possível na Universidade, onde a contribuição deve atender a preceitos muito bem definidos de forma e de metodologia para alcançar reconhecimento entre os pares.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Essa espécie de associação, os Institutos Históricos e Geográficos, teve início no Brasil com a fundação de uma “especialização” da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, instituição destinada ao fomento da indústria nacional. Diga-se, a nascente indústria nacional. Referida sociedade foi fundada em 1831.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, essa especialização a que nos referimos, foi fundado em 1838. Nasceu da aspiração de uma entidade que refletisse a jovem nação brasileira, por pro-

posta do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos. Para tanto, eram seus propósitos coligir, metodizar e colecionar documentos e objetos úteis e necessários ao estudo da Geografia e da História do Brasil, mantendo museu e publicando revista para dar publicidade às atividades da Casa.

A presidência foi entregue a José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo. Grande e respeitado homem público, como magistrado foi juiz das Alfândegas e auditor-geral do Exército. Como senador integrou o Conselho do Império; como ministro da justiça criou os cursos jurídicos no Brasil, em 1827, fazendo instalar Faculdades de Direito em São Paulo e em Olinda. Foi também presidente da província do Rio Grande do Sul, e como historiador publicou *Anais da Capitania de São Pedro*, ainda hoje notável fonte para o estudo da História daquela terra. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre 1838 e 1847.

Essa forma de associação em Institutos Históricos e Geográficos foi incentivada pelo próprio Imperador Dom Pedro II, e dois fatos podem ser listados para demonstrar a afirmação: subindo ao trono em 18 de julho de 1841, aceitou tomar a si a proteção do IHGB, cujo selo estampa a efígie “auspice Petro Secundo”; na viagem que fez às províncias do norte do Brasil passou em 1859 por Pernambuco, admirando-se de que uma terra com tantas tradições não tivesse um organismo que cuidasse de preservá-las e estudá-las. Influenciou, assim, decisivamente, na fundação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o primeiro dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais, instalado em 1862 por um grupo de intelectuais progressistas da Faculdade de Direito do Recife.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Interessante é que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo tenha sido idealizado justamente por um pernambucano, o então juiz de direito Carlos Xavier Paes Barreto, que aqui exercia a judicatura e acabou trazendo aquela semente lançada pelo Imperador pouco mais de cinquenta anos antes na sua terra natal. Como se sabe, a ideia de Paes Barreto foi prontamente encampada por ilustres homens públicos contemporâneos, o engenheiro Antônio Francisco de Ataíde e o farmacêutico Arquimimo Martins de Matos.

Os propósitos que moveram os idealizadores do IHGES os estudei no *Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (2003) e no *Reflexões sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (2014), podendo ser sintetizados na necessidade de se marcar uma identidade capixaba distinta da dos estrados vizinhos (com quem, inclusive, havia à época disputas por território, como se sabe). Assim, simbolicamente foi proposta pelos idealizadores a comemoração do centenário da Revolução Pernambucana de 1817, cuja figura de maior relevo foi um capixaba, Domingos José Martins. Que é o Patrono do IHGES.

Como é de conhecimento geral, Domingos Martins foi propagandista da Revolução, ministro do Comércio e ainda pegou em armas para comandar tropas revolucionárias. Foi finalmente vencido pelas tropas reais e preso numa região litorânea próxima a Porto de Galinhas, posto a ferros num navio da Armada Real e mandado a Salvador, onde foi julgado em Conselho de Guerra e condenado à pena capital, sendo a sentença executada em 12/06/1817. Como constatei no *Reflexões sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, a escolha de Domingos José Martins para patrono significou a apropriação do exemplo do ideólogo e ativista que se doou, literalmente, à causa que abraçou. Era o que pretendiam os idealizadores do IHGES naquele dia 12 de junho de 1916.

Feitas essas considerações, e assumido anteriormente que o IHGES foi criado também, como os outros, por inspiração do modelo nacional, é de indagar: como se dá essa atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo no seu trabalho de guarda da memória do Espírito Santo? Novamente avançando resposta desprovida de considerações elaboradas, pode-se dizer que o IHGES atua fomentando a atuação dos associados. Na prática, além de reuniões semanais de diretoria para registros e debates, abertas a associados e ao público em geral, organiza palestras, mesas redondas, ciclos de estudos, comemorações de datas e tradições que não convém sejam esquecidas, pena de mutilar nossa identidade. Abre espaço para a divulgação da produção de associados e não só, publicando a mais antiga revista científica em circulação no Espírito Santo.

O IHGES conta em 2016, ano do seu centenário de fundação, com 196 associados efetivos ativos e 51 remidos (com mais de 25 anos de associação); destes, 51 e 19, respectivamente, são mulheres. Dos cinco Grandes Conselheiros da Casa, dois são mulheres: Rosa Helena Schorling, biografada por Elmo Elton Santos Zamprogno na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* n.º 35, de 1984, vive no município de Domingos Martins; e Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, que presidiu a Casa sucedendo a Miguel Depes Tallon, de cuja atuação falaremos mais adiante no presente texto.

Vejamos, então, como se deu a admissão das primeiras mulheres que vieram integrar-se à casa, investiguemos como se deu sua participação nos órgãos de direção e por fim levantemos breve notícia de sua produção nas áreas de atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

A primeira associada correspondente do IHGES

Dezessete anos após sua fundação, o IHGES admitia em seus quadros a primeira mulher: a poetisa salvadorenha Alice Lardé de Venturino, que de passagem por Vitória, em companhia do marido, foi admitida em 10.07.1933 como sócia correspondente.

Alice Lardé de Venturino nasceu em El Salvador, em 1895, logo começando sua colaboração na revista salvadorenha *Espiral*. Contraíndo matrimônio em 1924 com o sociólogo chileno Agustin Vitorino, deixou sua terra natal, de onde ficou afastada por mais de cinquenta anos. Poetisa de renome, ao ser admitida no IHGES havia publicado *Petalos del Alma* (1921), *Alma Viril* (1925), *Beleza Selvaje* (1927) e *El Nuevo Mundo Polar* (1929).

Deste último livro foram lidos alguns trechos pelo professor Elpidio Pimentel na sessão solene de admissão, abrindo a conferência “Orientações sociais e morais da poesia”, proferida pela nova associada. Foi esta a primeira conferência realizada por uma mulher no IHGES.

É de destacar, de sua fala, do resumo que ficou no n.º 7 da *Revista*, que:

Apesar da torrente de poetas que existe na maioria dos povos americanos, estes agrupamentos humanos vivem, geralmente, à margem das manifestações artísticas e profundas do espírito, chegando à conclusão que a causa principal deste fenômeno devia-se a que a arte tem sido agora exclusivamente de autores e para autores.

A atualidade da colocação é de fazer refletir.

Registre-se que ao final da conferência a nova associada correspondente foi saudada pela jovem professora da Escola Normal Judith Leão Castello, representando a Federação Espírito-santense pelo Progresso Feminino. Ao que saiba esta e outras organizações

contemporâneas de protagonismo feminino no Espírito Santo estão, ainda, a ser melhor estudadas.

Alice Lardé publicou também ensaios de caráter científico, destacando-se pesquisas sobre a eletricidade, e até um *La Frigidez Sexual en la Mujer* (1967). Foi agraciada, em 1979, com o título de “Mujer de las Americas” 1979–1980, pela *Union de Mujeres Americanas* em Nova York. Integrou várias organizações culturais pelo mundo e faleceu em El Salvador, em 1983.

A primeira associada efetiva do IHGES

Treze anos depois da conquista do voto feminino no Brasil, que data de 1932, e vinte e nove anos depois de sua fundação, a primeira mulher se propôs integrar o IHGES como associada efetiva: em 3 de junho de 1945 tomava posse na casa Maria Stella de Novaes, patrona da Cadeira 4 da Academia Feminina Espírito-santense de Letras, cujos traços biobibliográficos tracei no texto Quem registrou a História da cidade? (Historiando Vitória).

No *Boletim Informativo* n.º 22, de abril/junho de 2001, foi publicada na seção de memória do IHGES a proposta de admissão de Maria Stella de Novaes acompanhada de nota explicativa a respeito, nos termos seguintes:

Neste trimestre, estamos memorizando uma proposta de indicação para sócio, no caso a Professora Maria Stella de Novais, a primeira mulher a participar do quadro do Instituto e talvez, a primeira a fazer parte de uma entidade gerenciada por homens, 57 anos atrás.

A professora Maria Stella de Novais, apesar de à época ser já um dos destaques da vida intelectual de Vitória, relutou, a princípio, em aceitar fazer

parte do quadro de sócios do IHGES, justificando-se: ‘... Mas não conheço os Estatutos e vivo presa a deveres que me obrigam a vida mais ou menos reclusa...’, concluindo: ‘Se não posso comparecer às reuniões dos membros e às solenidades da casa, devo ingressar no Instituto?’, colocando ao arbítrio do Dr. Eurípides Queiroz do Valle: ‘O ilustrado Dr. Eurípides é juiz e resolverá o caso’ (grafia de Maria Stella em carta dirigida ao Instituto). Finalmente, em 11 de junho de 1944, pareceu concordar com o convite.

Em 19 de junho de 1944, Maria Stella de Novais foi finalmente proposta a se associar à casa do Espírito Santo por 11 membros [...]. À nova confrade foram dispensados, conforme despacho do Presidente, ‘o escrutínio para a eleição da candidata...’ e ‘igualmente o pagamento da joia e despesa do diploma’. Em 3 de julho de 1944, conforme registro em Ata, ‘... O Sr. Secretário Geral que lê uma proposta, já com parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios, apresentando o nome da ilustrada educadora capichaba d. Maria Stella de Novais para sócia efetiva da casa.’

Em data de 6 de junho de 1945, ‘Às 20 horas, no salão do Clube Vitória...’ foi realizada a ‘sessão solene especial para a posse da consócia dona Maria Stella de Novais.’

Mulheres na Diretoria do IHGES

Adentrando os quadros do IHGES em 1945, logo em seguida Maria Stella de Novaes passou a integrar a Diretoria, na função de oradora adjunta, entre 1947 e 1951, nas gestões de João Manoel de Carvalho, Américo Ribeiro Coelho e Ceciliano Abel de Almeida. Considerada uma das maiores intelectuais capixabas do século XX, seu pioneirismo no abrir as portas da casa à participação feminina se deu, assim, de todas as maneiras possíveis.

Em seguida ao período de paralisação das atividades, pela incorporação do seu imóvel na Avenida República e construção do condomínio do edifício Domingos Martins, o IHGES voltou a funcionar regularmente na sua sede, inaugurada no dia 15 de novembro de 1980. Cuidando-se da reorganização do quadro social, foram admitidos novos associados, dentre eles várias professoras e pesquisadoras.

Foi a partir dessa retomada das atividades regulares que as mulheres voltaram a integrar a Diretoria. Citemos, em ordem cronológica, cada uma das gestões integradas por associadas, desde a retoma das atividades sociais.

Na gestão 1981–1983, do presidente Alberto Stange Júnior, a professora Ângela de Biase Ferrari assumia o cargo de Bibliotecária, cargo este chamado na gestão seguinte de Responsável pela Biblioteca, quando o ocupou Celso Perota. Na gestão 1985–1987, do mesmo Alberto Stange Jr., voltou a ser confiado a uma mulher, a professora Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, já como Encarregado da Biblioteca, ocupando-o a mesma professora na gestão 1987–1989. Nessa gestão ocuparam cargos na Diretoria, além da professora Léa Brígida, as professoras Sônia Maria Demoner, como vice-oradora, e Mintaha Alcuri Campos, encabeçando a Comissão Permanente de História. Na gestão 1989–1991 apenas a professora Léa Brígida permaneceu, na mesma função que já ocupava junto à Biblioteca, atravessando, também, a gestão 1991–1993, de Renato Pacheco. Nesta última gestão a professora Margareth Vettis Zaganelli ocupou a Secretaria Adjunta e a professora Neida Lúcia Moraes estreava no cargo de vice-oradora.

A gestão 1993–1996, de Ormando Moraes, teve a professora Léa Brígida no cargo de 3.º vice-presidente, guindada à 2.ª vice-presidência em substituição a Francisco Schwarz. Permaneceu como uma das vice-oradoras a professora Neida Lúcia Moraes até a ges-

tão seguinte. Em 1996 assumia a presidência Miguel Depes Tallon, tendo a professora Léa Brígida na vice-presidência, cargo onde o falecimento do presidente em 1999 a iria colher, levando-a à presidência da casa. Nessa gestão Maria José Salles de Sá foi nomeada Curadora da Casa Elmo Elton. Ainda na mesma gestão, mas já em 1999, a professora Adriana Pereira Campos ingressava no Conselho Editorial da *Revista*.

Em 2003, na gestão de Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, a professora Renilda Lúcia de Souza dos Santos ocupou a Tesouraria, e na gestão seguinte, de Sebastião Teixeira Sobreira, Assunta Baliana Zamprogno passou a ocupar a Tesouraria Adjunta, onde permaneceu até o final da gestão, encerrada por Leonardo Passos Monjardim em virtude do falecimento do presidente Sebastião Sobreira.

Na gestão 2008–2011 ocupou a Secretaria Geral a professora Nádia Alcuri Campos, tendo como Secretária Adjunta Juliana Sabino Simonato. Na gestão que se iniciou em 2014, a pesquisadora Diovani Favoreto Alves passou a ocupar a Tesouraria Adjunta, Assunta Baliana Zamprogno compõe o Conselho Fiscal e Karulliny Silverol Siqueira Vianna reassume o posto reservado às mulheres junto ao Conselho Editorial da casa.

A primeira mulher na presidência do IHGES

A professora Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa foi levada para o IHGES pelas mãos de Renato Pacheco, em 1980. Participando ativamente da vida da entidade, foi responsável pela reorganização e administração, por longo tempo, da Biblioteca Augusto Lins; chegou à vice-presidência na gestão de Miguel Depes Tallon, ocupando cargos respectivos na Diretoria, como constou. Pelo infausto do falecimento daquele presidente, em 1999, foi guindada pela

Assembleia Geral à presidência, ocupando-a por duas gestões, de 1999 a 2005.

Sua gestão foi plena de realizações; como educadora que é, com mestrado e doutorado em História na Universidade de São Paulo (USP), abriu as portas do IHGES à realização de inúmeras oficinas para estudantes de ensino público e realizou dois cursos de extensão para professores da rede municipal de ensino de Vitória, em 2002 e 2003, como contrapartida ao Convênio firmado com a municipalidade. Foi, também, um período em que as atividades culturais estiveram na linha de frente da administração, com a realização de inúmeras palestras e mesas-redondas, como se vê dos registros da casa.

A mulher na Revista do IHGES

Em cem anos de funcionamento o IHGES publicou setenta e um números da sua *Revista*, vindo à luz o primeiro em 1917, menos de um ano após a fundação. A par de terem se verificado ao longo do tempo alguns hiatos na publicação, no entanto desde a retomada das atividades em 1980, pela inauguração da sede no edifício Domingos Martins, o periódico não mais deixou de ser publicado, o que constatei no *Notícia sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (2003).

No que interessa diretamente a este estudo, constata-se de imediato que a *Revista do IHGES* traz inúmeros textos sobre mulheres, valendo referir: A importância da mulher na História do Espírito Santo, de Ivone Amorim; Rosa Helena Schorling, a primeira paraquedista do Brasil, de Elmo Elton Santos Zamprogno; Consuelo Salgueiro: entre a literatura poética e a pintura, de Ivone Amorim; As primeiras eleitoras do Brasil, de Renato Pacheco; Maria Ortiz, a

heroína capixaba, de Irysson Silva; Figuras femininas inesquecíveis, de Ormando Moraes, entre outros.

Entretanto, procuremos examinar com algum método a coleção do periódico, a fim de podermos agregar à investigação sobre a participação feminina na casa informações documentadas que nos permitam avançar na direção que nos propusemos.

Em 2011 foi publicado como o número 65 uma edição especial da *Revista* que permanecia nos arquivos, pronta para edição, e que deveria ter saído em 1949 (por coincidência, o mesmo ano da fundação da Academia Feminina Espírito-santense de Letras). Esse número não foi publicado à época, por motivos que ignoramos. Como que a consolidar a participação da mulher nas atividades do IHGES, inaugurada pela admissão de Maria Stella de Novaes em 1945, esse número traz texto de Ormindá Escobar Gomes, patrona da cadeira 9 da Academia Feminina Espírito-santense de Letras, intitulado Reminiscências, oferecido ao então presidente do IHGES e posteriormente transformado num dos capítulos do seu livro publicado em 1951, de mesmo título. Teria sido este o primeiro artigo da lavra de uma mulher veiculado na *Revista do IHGES*, se referido número tivesse saído.

Como curiosidade registre-se que consta também das páginas desse sexagésimo quinto número um artigo de Eurípides Queiroz do Valle intitulado Maria Ortiz não é uma lenda, trazendo dados biográficos sobre a heroína capixaba. Maria Ortiz, ao lado de Luiza Grinalda, são duas lendas dos tempos coloniais do Espírito Santo.

Mas então, e sem mais delongas, cabe indagar como foi que surgiu a contribuição feminina nas páginas da *Revista do IHGES*?

Em 1926 Vitória sediava o VIII Congresso Brasileiro de Geografia, cuja extensa programação teve cobertura detalhada no sexto número da *Revista*. Destaque no evento foi a presença do General Cândido Mariano Rondon, que acabaria se fazendo associado correspondente do IHGES. Dentre as inúmeras palestras, debates, mesas

redondas, fizeram-se várias visitas e assistiram-se a várias cerimônias, dentre elas a colação de grau de uma turma de professorandas da Escola Normal Pedro II. Foi paraninfa da turma a professora Maria Stella de Novaes, cuja intervenção foi transcrita e assim se constitui na primeira intervenção feminina nas páginas da *Revista*. O mesmo número traz ainda o discurso da professoranda Adília Moniz Freire (que apesar do sobrenome não era parente do ex-Presidente do Estado).

Maria Stella de Novaes, no entanto, pouco publicou na *Revista*. Ainda assim cabe a ela, a primeira mulher a ser admitida na casa, a primeira a integrar a Diretoria e a figurar nas páginas de seu periódico, a primazia de ter sido a primeira a ter uma conferência publicada: Botânica e Folklore na terra capixaba, texto da conferência que pronunciou no IHGES em 1º de novembro de 1943, foi veiculado no n.º 16 da *Revista*, de dezembro de 1944, publicado em 1946.

Para marcar o centenário de nascimento de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, o IHGES realizou, no dia 5 de agosto de 1959, uma sessão solene em comemoração à data. Na ocasião falou sua filha e biógrafa, Judith Freitas de Almeida Melo. Sua intervenção foi transcrita no número 20 da *Revista*, de 1960. Este registro se faz porque a professora Judith Freitas de Almeida Melo foi a primeira mulher a publicar artigo científico na *Revista*: Índios do Espírito Santo. O texto foi veiculado no n.º 22/24, de 1961/1963, e denota sua preocupação com assunto de interesse de seu pai, autor de estudo anterior sobre o tema, intitulado Indicação das tribus indígenas do Estrado do Espírito Santo, que consta do volume *Ensaios de sociologia, etnografia e crítica*, publicado por Afonso Cláudio em 1931.

Como constatei num dos capítulos do *Reflexões sobre o IHGES*, desde a instituição dos cursos de pós-graduação em História houve maior profissionalização dos que se dedicavam a esse ramo do conhecimento, o que se refletiu nos quadros de associados do IHGES, homens e mulheres. A partir da reinauguração da sede, em 1980,

foram admitidas aos quadros sociais a maioria das 192 mulheres que até hoje integraram o IHGES; registre-se que na reorganização do quadro social, em 1981, dos 84 associados efetivos listados na *Revista* 31/33, 15 eram mulheres.

Essa maior presença no quadro social da Casa refletiu-se, também, numa maior produção nas páginas da *Revista*. Refira-se, entre as inúmeras associadas que publicaram: Yvone Amorim, Ângela de Biase Ferrari, Margareth Zaganeli, Arlete Cypreste, Regina Menezes Loureiro e Annaelisa Aarão Marques, estudos sobre imigração; Yvone Amorim publicou também textos sobre agricultura; Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, artigos sobre metodologia da História e sobre ferrovias no Espírito Santo; Ester Abreu Vieira de Oliveira e Karina Rezende de Tavares Fleury, estudos de Teoria e História Literária; Maria Izabel Perini Muniz, estudos sobre a cidade de Vitória; Maria Lúcia Grossi Zunti, sobre a cidade de Linhares; Juliana Sabino Simonato, textos sobre a escravidão e a abolição da escravatura; Karulliny Silverol Siqueira Vianna, sobre a imprensa e a política local no século XIX e Gisele da Luz Rodrigues Pedro, sobre patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Registre-se que a pesquisadora que mais textos publicou na *Revista* é a professora Ester Abreu Vieira de Oliveira, que até o número 71 do periódico conta com vinte e quatro inserções, desde o número 46, de 1996.

A Mulher na História do Espírito Santo

Uma das figuras femininas de maior destaque a integrar os quadros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Maria Stella de Novaes realizou pesquisas em diversas áreas, com destaque para a Botânica, a História e manifestações populares locais. Suas

pesquisas históricas, além da vertente generalista, que culminou na publicação, em 1969, de seu *História do Espírito Santo*, contemplava também estudos especializados, como a *História da Polícia Militar do Espírito Santo* (que permanece inédito), *A escravidão e a abolição no Espírito Santo* (1963) e também a *História das mulheres no Espírito Santo*.

A Mulher na História do Espírito Santo (História e Folclore) é o título de um livro publicado em 1999 pela Editora da UFES, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Vitória e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Escrito entre os anos de 1957 e 1959, consta ter sofrido acréscimos posteriores, num esforço de atualização.

Percorrendo toda a história da colonização da capitania, com ênfase na presença feminina (as órfãs que eram despachadas para a colônia, índias notáveis, as lendárias Luiza Grinalda e Maria Ortiz), até desaguar nas “informações”, para que chama atenção Francisco Aurélio Ribeiro, apresentador da obra, “sobretudo sobre a vida das mulheres na passagem do século XIX para o século XX”, a pesquisa detém-se sobre a moda, a religião e a família, a educação, o feminismo, listando as pioneiras de diversas áreas e compondo um mosaico interessante da vida cotidiana no Espírito Santo.

É trabalho que coroa a atuação acadêmica de Maria Stella de Novaes, ela mesma pioneira em diversas áreas de atuação feminina no Espírito Santo e ainda hoje uma das intelectuais mais influentes que aqui trabalharam.

Conclusão

Chegando ao centenário de fundação contando no quadro social ativo com aproximadamente um quarto de associadas mulhe-

res, com atuação de destaque na Diretoria e na sua produção científico-literária, pode-se concluir que a atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não favorece qualquer distinção de gênero. Como não poderia deixar de ser.

Afinal, o propósito de sua atuação, o agregar informações ao conhecimento acumulado na sua área de interesse, não poderia contemplar distinção entre pesquisadores, as contribuições oferecidas ou os resultados alcançados. Em suma, de seus registros vê-se que a casa tradicionalmente vem mantendo suas portas abertas a quantos estejam dispostos a contribuir e sejam capacitados a fazê-lo.

Neste sentido, e conforme se demonstrou no presente texto, a contribuição das mulheres ao funcionamento do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo tem sido inestimável ao longo do tempo. E da análise dos quadros que o integram, não há como não concluir que promete manter-se doravante nesses mesmos moldes.

PEQUENA ANÁLISE DO QUADRO DE ASSOCIADOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO 1916-2016

*Paulo Stuck Moraes**

Neste mês de junho de 2016, no décimo-segundo dia do mês, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo completa seu primeiro centenário. Já vai longe no tempo aquela tarde/noite de segunda-feira, quando, “em uma das salas do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo”¹ se reuniram, convidados pelos idealizadores Antonio Francisco de Athayde (1860–1945), Archimimo Martins de Mattos (1880–1941) e Carlos Xavier Paes Barreto (1881–1969), outras quarenta e uma personalidades locais, para deliberarem e fundarem um grêmio que se dedicasse ao estudo da História e Geografia nacional, com ênfase no Espírito Santo.

Esse grupo considerado fundador de quarenta e quatro associados só tem se expandido, desde então, tendo atingido, ao final de 2015, com a posse dos últimos quatro novos associados, o montante de 1.152 pessoas que integram o Quadro de Associado do IHGES.

Nesses 100 anos que ora se completam, foram empossados 949 senhores, 193 senhoras/senhoritas, além de 10 pessoas jurídicas, conforme tabela abaixo:

Gênero	Quant.	%
Homens	949	82,38
Mulheres	193	16,75
Pessoas Jurídicas	10	0,87
Total	1.152	

* Historiador, genealogista, associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e Associado Colaborador do Colégio Brasileiro de Genealogia.

¹ *Revista do IHGES* n° 1.

Temos, nesses cem anos, além dos quarenta e quatro fundadores, 769 associados efetivos, 248 correspondentes nacionais, 22 correspondentes internacionais, 46 honorários e 23 beneméritos.

Categorias	Quant.	%
Fundadores	44	3,82
Efetivos	769	66,75
Beneméritos	23	2,00
Honorários	46	3,99
C.Nacionais	248	21,53
C.Internacionais	22	1,91
Total	1.152	

De todos os 1.152 associados, 526 já são falecidos (ver relação completa ao final deste artigo) (45,66%), e, desses, a grande maioria, como não poderia deixar de ser, são homens, tendo falecido 492 (93,54%) deles, e apenas 32 (6,08%) mulheres. Nesse total de 526, estão incluídas duas empresas sócias beneméritas, uma, que faliu, e outra, que encerrou as atividades.

Existem vários associados indicados que não chegaram a tomar posse, apesar de terem seus nomes aprovados em assembleia geral ordinária. Hoje montam em 49 (4,25% do total), mas já foi maior esse números, reduzido nos últimos anos com a solicitação de regularização por parte do interessado.

Em contrapartida, há um contingente composto por 210 (18,23%) associados, que já foram assíduos contribuintes, mas que, por motivos diversos, pediram exclusão do quadro associativo. O pedido em questão não foi aceito, pois como apregoou, há muitos anos, o falecido tesoureiro João Bonino Moreira (1931–2004), “uma vez sócio do Instituto, sempre sócio do Instituto”, esse grande contingente é considerado como “associados paralisados”, estando as portas do IHGES abertas para a reativação, bastando apenas a

manifestação de interesse. Nesse contingente também estão incluídos os associados que deixaram de cumprir a única obrigação do Estatuto (manter em dia as contribuições), por mais de 3 anos consecutivos.

As contribuições não vertidas aos cofres do IHGES desse enorme contingente (259 associados ou 22,48% do total) auxiliariam sobremaneira a manutenção do mesmo, haja vista que é a única fonte de receita existente para cumprir as obrigações administrativas.

Isso posto, é considerado, hoje², como associado ativo do IHGES, o contingente total de 367 associados, assim distribuídos:

Categoria	Quant.	%
Efetivos	195	53,13
Remidos	49	13,35
Beneméritos	17	4,63
Honorários	7	1,91
Correspondentes Nacionais	85	23,16
Correspondentes Internacionais	14	3,81
	367	

Ao final do presente artigo, serão listados nominalmente todos os atuais integrantes das categorias acima descritas.

O quadro de associados EFETIVOS já contou com 769 integrantes. Quase todas as personalidades mais marcantes do meio cultural capixaba fizeram ou fazem parte do Instituto. Muitos personagens da História recente capixaba estiveram presentes também na História do IHGES. E alguns ainda estão. Uma subdivisão desse quadro é o quadro dos associados REMIDOS, condição adquirida pelo associado efetivo ao completar 25 anos de atuação na casa. Hoje está composto por 49 membros que atingiram esse tempo.

² Em data de 30.04.2016.

A primeira mulher a fazer parte do quadro efetivo foi a professora Maria Stella de Novaes (1894–1981), empossada que foi a 06 de Junho de 1945, abrindo as portas do IHGES, para a participação feminina, 12 anos após a poetisa Alícia de Venturino ter sido a primeira associada correspondente do Instituto.

O quadro de associados HONORÁRIOS do IHGES existe desde seu início. Foram homenageadas 46 pessoas, durante seu primeiro centenário. Hoje reduzido a apenas 7 associados, em face aos falecimentos, já contou (e conta) com alguns expoentes da História e Cultura local e nacional e até internacional, como é o caso dos aviaadores portugueses Gago Coutinho (1869–1959) e Sacadura Cabral (1881–1924), que por aqui passaram, quando do seu extraordinário feito, em 1922. Eis alguns dos seus integrantes, a maioria já falecidos:

Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior	1917
Jerônimo de Souza Monteiro	1917
João Batista Correia Nery	1917
Nestor Gomes	1920
Benjamin Franklin Ramiz Galvão	1921
Cândido Mariano da Silva Rondon	1921
Arthur Sacadura Freire Cabral	1922
Carlos Viegas Gago Coutinho	1922
Aristeu Borges de Aguiar	1925
Clóvis Bevilacqua	1925
Florentino Avidos	1925
José Francisco da Rocha Pombo	1925
Henrique Coelho Netto	1929
Alberto Santos Dumont	1932
João Punaro Bley	1935
Otávio Mangabeira	1943
João Baptista Cavati	1981
João Eurípedes Franklin Leal	1981
Gerson Camata	1983

Clóvis Ramalhete Maia	1992
Jair Pedrinha de Carvalho Amorim	1992
Newton de Freitas	1992
Lídia Besouchet de Freitas	1992
Luiz Carlos Vieira Nejar	1993
Antonio Flores Rodrigues	1998
Dirceu Cardoso	1998
Reginaldo Barbosa Sales	2002
Luiz Mancilha Vilela	2014

O quadro de associados BENEMÉRITOS do IHGES só foi movimentado em 1981, por ocasião da reorganização ocorrida. Algumas empresas locais, que, de uma forma ou de outra auxiliaram na reinstalação foram as iniciadoras desse quadro. Na sequência, pessoas físicas, por relevantes contribuições também passaram a integrar o rol dos beneficiadores do IHGES, como governadores, prefeitos, deputados. Dos 23 associados dessa categoria, 17 se fazem presentes, pois duas das empresas fecharam e quatro das pessoas físicas já faleceram. A relação atualizada está ao final deste artigo.

Nesses cem anos, o IHGES teve diversas personalidades nacionais em seus quadros, na condição associado correspondente.

Entre as personalidades nacionais que são ou foram associados correspondentes, destacamos os a seguir, com o respectivo ano de posse:

Helvécio Gomes de Oliveira	1923
Honório de Souza Silvestre	1923
Levino de Araújo Vasconcellos Fanzeres	1923
Guilherme Chambly Studart	1925
Sezefredo Garcia de Rezende	1928
Affonso D'Escragnole Taunay	1928
João Pandiá Calógeras	1929
Gustavo Dodt Barroso	1929

José Coelho de Almeida Cousin	1932
Pedro de Alcântara de Orleães e Bragança	1939
Pedro de Alcântara Gastão de Orleães e Bragança	1939
Benjamin Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti	1940
Jerônimo Monteiro Filho	1941
Tristão de Alencar Araripe	1943
Judith Freitas de Almeida e Mello	1961
Rui Vieira da Cunha	1964
José Honório Rodrigues	1981
José Teixeira de Oliveira	1981
Sérgio Buarque de Hollanda	1981
Lourenço Fernando Tamanini	1983
Noêmia Paes Barreto Brandão	1983
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	1984
José Sebastião Witter	1985
Bráulio do Nascimento	1989
Eurico Vieira Rezende	1989
Luiz Carlos Biasutti	1991
Esther Caldas Guimarães Bertolletti	1998
Arno Wehling	1999
Consuelo Pondé de Sena	2012

Esses são os mais marcantes, mas existem muitos mais que foram correspondentes nacionais.

Entre os poucos Correspondentes Internacionais, desde o primeiro, o coronel uruguaio Ulysses Monegal (1878–?), em 1928, temos a primeira mulher a integrar os quadros do IHGES: Alícia Lardé Arthés de Venturino (1895–1983), no longínquo ano de 1933. A poetisa salvadorenha passou por Vitória, acompanhada por seu marido o sociólogo chileno Agustín Venturino Sottomayor (1893–1960), foram empossados como sócios correspondentes em 12/07/1933 e proferiram palestra no auditório desta casa, cabendo a Alícia a primazia de ser a primeira mulher a fazê-lo, no IHGES.

Ainda entre os internacionais, podemos citar o historiador italiano Renzo Maria Grosselli (desde 1991), pesquisador da imigração italiana no mundo, o antropólogo Geert Arent Banck (desde 1996), pesquisador holandês, vários integrantes da Academia de Letras de Cascais, com a qual foi efetuado convênio em 1991, empossados em 28/09/1991, em sessão solene realizada no auditório da Academia, em Cascais (primeira e única vez que uma sessão solene do IHGES foi realizada no exterior), além de alguns arqueólogos e escritores.

Quanto às profissões exercidas pelos associados, a mais apon-tada é a de professor, com 219, seguida pelos advogados, com 146. Com metade do contingente dos advogados (73), temos, em terceiro, os historiadores. Magistrados em geral, com 72 e desembargadores, com 61, são os grupos a seguir.

De todos os associados, existem 302 que, por não terem informado ou se perdido no tempo as informações, não se sabe onde nasceram. No entanto, 427 (37,1%) são nascidos no Espírito Santo. Dois vizinhos ocupam as segunda (Rio de Janeiro, com 94) e terceira (Minas Gerais, com 70) posição. Entre os estrangeiros, 18 de nossos associados nasceram em Portugal.

Os membros do IHGES são assíduos membros de outras associações de vulto, exercendo, além disso, cargos de relevância, tanto no âmbito local quanto nacional. Abaixo, a quantidade de associados do Instituto, de todos os quadros, que também integraram ou integram outras associações:

- 72 membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
- 18 membros do Colégio Brasileiro de Genealogia;
- 14 membros do Pen Club do Brasil;
- 53 membros da Loja Maçônica União e Progresso;
- 14 membros da Academia Brasileira de Letras;
- 115 membros da Academia Espírito-santense de Letras;
- 33 membros da Academia Feminina Espírito-santense de Letras;

- 33 membros da Associação Espírito-santense de Imprensa;
- 19 membros da Comissão Espírito-santense de Folclore;

- 21 governadores e/ou vice-governadores do Estado;
- 54 membros do Tribunal de Justiça do Espírito Santo;
- 06 presidentes da OAB-ES;
- 29 procuradores-gerais do Estado;
- 10 reitores da UFES;
- 05 ministros de Estado.

- 140 membros receberam o título de Cidadão Vitoriense;
- 10 receberam a Comenda Jerônimo Monteiro;
- 30 receberam a Comenda Rubem Braga, da Assembleia Estadual;
- 08 receberam a Comenda Ceciliano Abel de Almeida, condecoração maior do IHGES;
- 165 receberam a Medalha do Mérito Renato Pacheco.

Quadros atualizados do
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
Posição em 30 de Abril de 2016.

EFETIVOS	
Associado	desde
Adilson Silva Santos	2015
Adriana Pereira Campos	1992
Adriano César Rodrigues Beraldi	2011
Agessandro da Costa Pereira	2007
Alcione Pinheiro Alvarenga	2009
Aldieris Braz Amorim Caprini	2009
Aldo José Barroca	2010
Alessandro Daros Vieira	2013
Alexandre de Oliveira Borgo	2007
Alexandre José Guimarães	2007
Altair Malacarne	2012
Álvaro José dos Santos Silva	2002
Anaximandro Oliveira Santos Amorim	2011
Anderson Barbosa	1993
André Luiz Moreira	2007
André Malverdes	2011
Annaelisa Aarão Marques	2005
Annibal de Rezende Lima	1993
Antonio Carlos Antolini	2006
Antonio Carlos Sant Anna Gomes	2012
Antonio da Silva Pereira	2007
Antonio de Castro Pinto Neto	2006
Antonio de Pádua Ferreira Gurgel	1999
Antonio Marinho Machado	2006
Aricy Curvello d'Ávila Filho	2001
Arione Vasconcelos Ribeiro	2006
Arnaldo Santos Souza	1993

Assunta Baliana Zamprogno	1997
Benjamin de Azevedo Quaresma	2006
Bruno Cesar Nascimento	2014
Carlos Benevides Lima Junior	2006
Carlos Brahim Bazzarella	2012
Carlos Ernesto Sanz Sanz	2006
Carlos Teixeira de Campos Júnior	1997
Catarina Cecin Gazele	2007
Célia Vieira de Oliveira	2008
Célio Roberto Stanger	2001
Cesar Viola Maio	2006
Cilmar Cesconetto Franceschetto	2010
Cláudio Humberto Vereza Lodi	2009
Clério José Borges de Sant 'Anna	1996
Cristóvão de Souza Pimenta	2006
David Evaristo Zanotti	2006
David Queiroz	2007
Deane Monteiro Vieira Costa	2000
Dionne Miranda Azevedo	2015
Diovani Favoreto Alves	2013
Dumont Santos Reis	2007
Ednéia de Moura Barroca	2010
Eleonora Pellegrini Castelo Branco Ceotto	2011
Eliana Barbosa de Souza	2013
Elizete Terezinha Caser Rocha	2001
Eloiza Helena Chiabai	2007
Emílio Wallace Bicalho Nemer	2005
Emir Prattes Conceição	2007
Ester Abreu Vieira de Oliveira	1996
Estilaque Ferreira dos Santos	1997
Evandro Sérgio Ferrari	2011
Everaldo Simões Souza	2013
Ezequiel Ronchi Neto	1993

Fábio Dorotheu Helmer Guedes	1997
Fábio Lisboa Pirajá	2013
Felippe Monteiro Morgado Horta	2006
Fernando Estevam Bravim Ruy	1996
Fernando Granhim Cavalcanti	1996
Fernando João Pignaton	2008
Fernando Peixoto Saliba	2006
Fernando Zardini Antonio	2007
Francisco Aurélio Ribeiro	1992
Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva	2008
Francisco Guilherme M. A. Cometti	2007
Gabriel de Souza Cardoso	2007
Gelson Loiola	2007
Geovany Cardoso Jevaux	2000
Geraldo Magela da Silva Araujo	2015
Getúlio Marcos Pereira Neves	1997
Gisele da Luz Rodrigues Pedro	2013
Glecy Helena Avancini Coutinho	1994
Guerino Dalvi	1993
Helder Trefzger	2012
Hélvio Augusto Pichamone Candido Junior	2006
Henrique Antonio Valadares Costa	2010
Henrique Geaquinto Herkenhoff	1996
Henrique Tommasi Netto	2007
Hiléia Araújo de Castro	1993
Humberto Del Maestro	1995
Igor da Silva Erler	2014
Ilton Louvem	1995
Isabela Basílio de Souza Zon	2008
Itajacy Andrade Dornellas	2007
Ítalo Francisco Campos	2011
Ivelize Edineth Chiabai Arpini	2007
Izabel Lacerda Salviano da Costa	1995

Jadir Peçanha Rostoldo	2001
Jair Santos	2001
João Baptista Herkenhoff	2006
João Miguel Filho	2007
Joaquim Gonçalves Serpa	1997
Jocelino Antonio Demuner	2010
Joelmo Jorge Freitas Costa	2002
Jorge Alencar Tavares de Freitas	1995
Jorge Augusto Pires Encarnação	1993
Jorge Henrique Vale dos Santos	2006
José Alexandre Bastos Dyna	2007
José Antonio Martínez Alonso	2001
José Calógeras Valporto Tatagiba	2005
José Carlos Mattedi	2006
José Carlos Monjardim Cavalcanti	1993
José Eugênio Vieira	2002
José Gomes Filho	2005
José Paulo Calmon Nogueira da Gama	2002
José Roberto Santos Neves	2015
José Rodrigues Pinheiros	2005
José Tristão Calmon Fernandes	1993
Josina Nunes Drummond	2011
Josvaldo Maria dos Anjos	2015
Jovany Sales Rey	2007
Juliana Sabino Simonato	2008
Júlio César Bentivoglio	2014
Karulliny Silveiro Siqueira	2011
Kátia Maria Bobbio Lima	2010
Leandro do Carmo Quintão	2010
Leonardo Alvarenga da Fonseca	2001
Leonardo Pinto Silva	2003
Leonel Vasconcelos Ximenes	2014
Levi Basílio	2013

Levy Soares da Silva	2014
Libero Penello de Carvalho Filho	2011
Licéia Maria de Moraes Carvalho	2007
Luciene Pessotti de Souza	2013
Luiz Augusto Mill	2007
Luiz Carlos Seara Appel	2015
Luiz Cláudio Moisés Ribeiro	2010
Luiz Ferraz Moulin	1995
Luiz Tadeu Teixeira	2005
Madson Gonçalves da Silva	2015
Magda Regina de Castro Lugon	1993
Manoel Carvalho	2002
Manoel Goes da Silva Neto	2015
Márcia Selvática Tourinho	2013
Marcos Prado Rabelo	2013
Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel	1992
Maria Aparecida Pereira Ramos	1992
Maria Beatriz Nader	1992
Maria Cilda Soares da Costa	1995
Maria Clara Oliveira Medeiros Santos Neves	2003
Maria das Graças Silva Neves	1995
Maria José dos Santos Cunha	2015
Maria José Vetorazzi	2012
Maria Neila Gequinto	1999
Maria Neuza Carnielli Martínez	2002
Maria Suzi Costa Nunes	2013
Maria Thereza Feu Rosa Pazolini	2006
Marianne Júdice de Mattos	2012
Marília Villela Medeiros Mignone	2003
Mário da Silva Nunes Neto	2007
Martiniano Lintz Júnior	2007
Melchiades Costa	2006
Michel Dal Col Costa	2004

Nádia Alcuri Campos	2005
Namy Chequer Bou Habib Filho	2009
Nelson Porto Ribeiro	2013
Norton de Souza Pimenta	2006
Pablo Silva Lira	2009
Paulo Nicola Copolillo	2006
Paulo Roberto da Costa Mattos	2005
Paulo Roberto Luppi	2006
Paulo Stuck Moraes	1993
Pedro José Nunes	2011
Pergentino de Vasconcellos	1993
Regina Menezes Loureiro	2009
Roberto Brochado Abreu	2012
Rodrigo Simão Miranda	2010
Rogério da Costa Reis	2015
Rogério Frigério Piva	2005
Rogério Ribeiro Coimbra	1993
Rogério Zanon da Silveira	2003
Ronald Krüger Rodor	2013
Ronaldo Gonçalves de Souza	2006
Samuel Machado Duarte	2009
Sandra Medeiros Vieira Gomes	2012
Sebastião Vieira Rangel	2006
Silvana Soares Sampaio	2012
Sônia Rita Sâncio Lora	2011
Sylvio Silva Vitali	2001
Thales Barboza	2007
Ulysses Gusman	2007
Vanda Lúcia Gasparini	2010
Vânia Massad Campos	2006
Victor Humberto Salviato Biasutti	2002
Vinícius Muline dos Santos	2012
Walter de Aguiar Filho	2011

REMIDOS	
Associado	desde
Américo Barbosa de Menezes Júnior	1983
Aylton Rocha Bermudes	1983
Carlos Pedro Lozer Fundão	1983
Celso Perota	1979
Domingos Gomes de Azevedo	1981
Douglas Puppim	1981
Evandro Moreira	1982
Fernando Antonio de Moraes Achiamé	1981
Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	1981
Hélio Gualberto Vasconcellos	1988
Ilza Miranda Bitran	1981
Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo	1965
João Gualberto Vasconcellos	1990
José Antonio Carvalho	1981
Júlio David Archanjo	1985
Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa	1981
Luciana Osório Costa	1982
Luiz Busatto	1981
Luiz Guilherme Santos Neves	1963
Manoel Ceciliano Salles de Almeida	1965
Manoel Rodrigues Martins Filho	1988
Maria da Penha Delarmelina	1986
Maria da Penha Smarzero Siqueira	1981
Maria de Fátima Teixeira Monteiro	1981
Maria do Carmo de Novaes Schwab	1981
Maria Filina Salles de Sá de Miranda	1965
Maria Izabel Perini Muniz	1990
Maria Lúcia Grossi Corrêa Zunti	1990
Marta Zorzal e Silva	1990
Máximo Borgo Filho	1981
Michel Antonio Saade	1983

Miguel Arcanjo Kill	1981
Mintaha Alcure Campos	1986
Nara Saletto da Costa	1965
Neida Lúcia Cunha de Moraes	1981
Oscar de Almeida Gama Filho	1981
Pedro Dadalto	1990
Regina Rodrigues Hees	1981
Reinaldo Santos Neves	1982
Renato Bastos Vieira	1982
Ricardo Brunow Costa	1986
Rômulo Salles de Sá	1981
Rosa Helena Schorling de Albuquerque	1982
Sebastião Pimentel Franco	1983
Sonia Maria Demoner	1981
Terezinha Tristão Bichara	1985
Valsema Rodrigues da Costa	1986
Walne Cassiano Botelho	1981
Willis de Faria	1984

Os associados em negrito são integrantes de “reorganizadores” do IHGES, grupo de antigos associados que reativaram as atividades, em Novembro de 1980, após mais de uma década praticamente paralisado, enquanto era construído o edifício Domingos Martins, onde encontra-se a atual sede.

HONORÁRIOS	
Associado	desde
Antonio Flores Rodrigues	1998
Cláudia de Oliveira Cabral Santos	1999
Gerson Camata	1983
Guilherme Gomes Dias	1998
João Eurípedes Franklin Leal	1981
Luiz Carlos Vieira Nejar	1993
Luiz Mancilha Vilela	2014

BENEMÉRITOS	
Associado	desde
BANDES	1988
BANESTES	1981
Câmara Municipal de Vitória	1991
Casas Dadalto	1981
Comercial Dalla Bernardina	1981
ESCELSA	1999
Fundação Rotarianos do Espírito Santo	1983
Jonice Siqueira Tristão	1983
José Renato Casagrande	2014
Luiz Paulo Vellozo Lucas	1998
Luzia Alves Toledo	1998
Marly Pereira Neves	2010
Paulo Cesar Hartung Gomes	1995
Rede Gazeta de Comunicações	1996
Rogério Sarlo Medeiros	1991
Rômulo Augusto Penina	1982
Vitor Buaz	1991

CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS	
Associado	desde
Antonio da Costa Albuquerque de Sousa Lara	1991
Benjamim Pereira Pinto de Quaresma Diniz	1991
Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança	2009
Geert Arent Banck	1996
Joaquim Antonio Pereira Baraona	1991
José A. Nunes de Mexia de Beja da Costa A. de Vilhena Falcão	1984
José Alberto Acosta Perez	1999
José Manuel Oliveira Machado de Faria	1998
Karina de Rezende Tavares Fleury	2012
Marcello Eduardo Pires da Cunha Victorino de Moraes	1991
Renzo Maria Grosselli	1991

Rui Miguel da Costa Pinto	2010
Selmo Cristo	1993
Virgílio López Lemus	1998

CORRESPONDENTES NACIONAIS	
Associado	desde
Adilson César	1996
Affonso Heliodoro dos Santos	2002
Agostinho da Conceição Rodrigues Filho	2000
Alda Estellita Lins Nogueira	1993
Alfredo Ênio Duarte	2003
Anderson Pereira Português	2003
Antonio Ferreira Paim	1983
Antonio Seixas	2010
Aquiles Cortes Guimarães	1989
Armando Alexandre dos Santos	2013
Arno Wehling	1999
Avair Vieira Maciel	2004
Bráulio do Nascimento	1989
Bruno Torres Paraíso	1997
Carlos Augusto Coelho Salles	2000
Carmen Schneider Guimarães	1999
Cybelle Moreira de Ipanema	1985
Dalton Vieira Estellita Lins	1993
Edivaldo Machado Boaventura	2013
Elizabeth Madureira Siqueira	1999
Enaile Flauzina Carvalho	2009
Esther Caldas Guimarães Bertoletti	1998
Fábio Paiva Reis	2013
Fernando Antonio Faria	1983
Fernando César de Macedo Mota	2000
Francisco Correa Weffort	2002
Francisco de Assis Almeida Brasil	1998

Francisco José Ribeiro de Vasconcellos	1983
Francisco Pereira de Azevedo	2006
Gaitano Laertes Pereira Antonaccio	2010
George Félix Cabral de Souza	2010
George Sebastião Guerra Leone	2003
Geraldo de Castro Pereira	2005
Gerdal Renner dos Santos	2000
Gilberto Madeira Peixoto	2012
Haroldo Vargas Fortes	2005
Hércules Dutra de Campos Filho	1993
Hygino de Freitas Mello	1989
Igor Vitorino da Silva	2013
João Baptista Ribeiro Pinto	2004
João Ribeiro da Silva	2004
José Adirson de Vasconcelos	2002
José Alfredo Junger de Souza Vieira	1997
José Carlos Carvalho	2003
José Carlos Rossato	1993
José Fernando Miranda Salgado	1984
José Ferreira Neves Neto	1996
José Geraldo Xavier dos Anjos	2012
José Octávio de Arruda Mello	1988
José Roberto Bonifácio	2012
José Weber Freire Macedo	1997
Karina Solar de Almeida Gomes Bergmann	2005
Letícia Malard	1998
Lúcia Maria Teixeira do Rego Monteiro	1992
Luciana Barbosa Nobre	1993
Luiz Alberto Cibils	2002
Luiz Carlos Biasutti	1991
Luiz Carlos de Castro Lugon	2012
Luiz de Castro Souza	1989
Manoel Lobato	1995

Márcio Luiz Ramos de Albuquerque	1991
Maria das Graças Nogueira Salgado	1992
Maria de Fátima Agra	1981
Maria do Carmo Gaspar de Oliveira	2002
Maria do Rosário Silva Santos	1993
Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula	1982
Melquíades Pinto Paiva	2002
Michel Minassa Júnior	1996
Mônica Cristina Moreira Pinto	2007
Nachman Falbel	1983
Ney Garcia da Costa	2002
Noêmia Paes Barreto Brandão	1983
Olavo de Freitas Machado	1999
Olegário Venceslau da Silva	2013
Ormuz Barbalho Simonetti	2009
Paolo Marcello Spedicato	2005
Plínio Martins Marchini	1981
Reinaldo José Carneiro Leão	2012
Reinaldo Santos	2000
Renata Bomfim Pacheco	2004
Sérgio Dias	2009
Stella Leonardos da Silva Lima Cabassa	1999
Victorino Coutinho Chermont de Miranda	1999
Waldir Ribeiro do Val	1981
Wânia Malheiros Barbosa Alves	1995

FALECIDOS			
P	Nome	N	M
2006	Abgar Torres Paraíso	1942	2011
1937	Abner Carlos Mourão	1890	1957
1997	Adair José de Aguiar	1924	2013
1937	Adelpho Poli Monjardim	1903	2003
1923	Adhemar Grijó	1883	1933

Pequena análise do quadro de Associados do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

1937	Adhemar Pinto de Araújo		
1916	Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira	1867	1951
1917	Adolpho Gonçalves Fraga	1884	1927
1916	Adolpho Mário de Oliveira		
1917	Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior	1860	1938
1916	Affonso Cláudio de Freitas Rosa	1859	1934
1923	Affonso Correia Lyrio	1877	1949
1928	Affonso D'Escragnole Taunay	1876	1958
1925	Affonso Schwab	1901	1968
1959	Afrodízio Pereira de Souza		
1929	Agenor Lafayette de Roure	1870	1935
1933	Agustin Venturino Sotomayor	1893	1960
1921	Alarico de Freitas	1885	1975
1925	Alberto Couto Fernandes	1871	1946
1981	Alberto Isaias Ramíres	1924	2001
1932	Alberto Santos Dumont	1873	1932
1937	Alberto Stange Júnior	1910	1992
1940	Alceu Moreira Pinto Aleixo	1907	1961
1930	Alcide Celso Ramos Jubê	1895	1961
1925	Alcino Guanabara de Araújo Freitas	1895	1947
1939	Aldemar de Oliveira Neves	1905	1972
1931	Aldílio Tostes Malta	1907	
1965	Aldo Franklin dos Santos	1925	2004
2000	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	1897	2000
1933	Alicia Lardé Arthés de Venturino	1895	1983
1926	Almir dos Santos Gonçalves	1893	1981
1983	Almir Paes Barreto	1917	2003
1916	Alonso Fernandes de Oliveira	1893	1952
1992	Altamir Rodrigues Xavier	1931	2001
1992	Alvacyr Pedrinha	1919	1998
1997	Álvaro Soares Costa	1941	2005
1965	Aly da Silva	1925	2012
1989	Alziro Calmon Tavares	1923	2005

1925	Alziro Vianna	1878	1934
1916	Amâncio Pinto Pereira	1862	1918
1925	Américo Poli Monjardim	1892	1973
1917	Américo Ribeiro Coelho	1884	
1937	Américo Vespúcio Ribeiro de Oliveira	1890	1958
1931	Amílcar Salgado dos Santos	1891	1957
1916	Anésio Augusto de Carvalho Serrano	1850	1917
1965	Ângela de Biase Ferrari	1923	
1983	Ângelo Costalonga de Moraes Costa	1940	2008
1929	Anibal Falcão Lima		1931
1990	Anna de Castro Mattos	1911	1992
1974	Anníbal de Athayde Lima	1917	2002
1993	Antonieta Ramos	1918	
1992	Antonio Adelino Marques da Silva Brandão	1926	2004
1929	Antonio Alvares Lobo	1860	1934
1922	Antonio Araújo Aguirre		1941
1996	Antonio Augusto Rosetti	1947	2008
1916	Antonio Aunon Sierra	1874	1930
1929	Antonio Baptista Pereira	1879	1960
2005	Antonio Canuto Neto	1952	2007
1925	Antonio Carlos Simões da Silva	1871	1948
1986	Antonio Chaves	1914	1999
1982	Antonio Coelho Sampaio	1920	2010
1995	Antonio da Silva Monteiro	1919	2005
1921	Antonio Ferreira Coelho	1860	1933
1916	Antonio Francisco de Athayde	1860	1945
1916	Antonio Gomes Aguirre	1859	1928
1995	Antonio José Miguel Feu Rosa	1934	2007
1981	Antonio José Rua	1915	1989
1916	Antonio Martins de Azevedo Pimentel	1857	1928
1929	Antonio Neves de Mello	1903	1972
1992	Antonio Raymundo Tosto Filho	1939	2007
1917	Arabello Lellis Horta	1885	1930

2002	Arabelo do Rosário	1919	2015
1916	Archimimo Martins de Mattos	1880	1941
1988	Argentina Lopes Tristão	1914	1999
1917	Argeu Hortêncio Monjardim	1872	1938
1925	Aristeu Borges de Aguiar	1893	1951
1923	Aristeu Portugal Neves		
1916	Aristides Brazilino de Barcellos Freire	1849	1922
1921	Aristóbulo Barbosa Leão	1887	1974
1916	Aristóteles da Silva Santos	1888	1935
1992	Arivaldo Silveira Fontes	1923	2008
1988	Arlete da Silva Cypreste e Cypreste	1916	2007
1983	Armando Duarte Rabello	1902	1985
1931	Armando Manoel de Lemos de Mattos	1899	1953
1993	Armando Marques Vieira	1931	2007
1930	Arnoldo Medeiros da Fonseca	1894	
1916	Arnulpho Martins de Mattos	1877	1972
1916	Arthur Antunes Barbosa Brandão	1872	1935
1916	Arthur Lourenço de Araújo Primo	1872	1946
1981	Arthur Napoleão Figueiredo	1923	1989
1922	Arthur Sacadura Freire Cabral	1881	1924
1996	Athayr Cagnin	1918	2012
1923	Attílio Vivacqua	1894	1961
1984	Augustin Wernet	1938	2006
1928	Augusto Affonso Botelho	1886	1963
1925	Augusto da Rocha Freire Barata	1895	
1943	Augusto de Aguiar Salles	1909	
1923	Augusto Emílio Estellita Lins	1892	1982
1981	Augusto Ruschi	1915	1986
1928	Augusto Vianna do Castello	1874	1953
1917	Aurino Quintaes	1892	1953
1954	Aylton Pereira de Almeida	1923	
1922	Benedicto Paulo Alves de Souza	1873	1946
1940	Benjamin Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti	1902	

1921	Benjamin Franklin Ramiz Galvão	1846	1938
1937	Beresford Martins Moreira	1912	1984
1916	Bernardino de Souza Monteiro	1864	1930
1923	Bernardino José de Souza	1884	1949
1921	Bruno Álvares da Silva Lobo	1884	1945
1916	Camillo Loureiro Bento Júnior		
1921	Cândido Mariano da Silva Rondon	1865	1958
1957	Cândido Marinho da Silva	1885	
1925	Cândido Martins de Oliveira	1896	1975
1926	Cândido Vieira Costa	1855	1931
1984	Carlo Bússola	1925	2012
1998	Carlos Alberto Benevides	1933	2014
1929	Carlos Delgado de Carvalho	1884	1980
1940	Carlos Dias Miranda Cunha	1915	1958
1937	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	1899	1991
1917	Carlos Francisco Gonçalves	1870	1937
1916	Carlos Gomes de Sá	1888	1941
2001	Carlos Humberto Pederneiras Correa	1941	2010
1929	Carlos Mesquita	1894	
1937	Carlos Nicoletti Madeira	1908	1969
1981	Carlos Teixeira de Campos	1908	1996
1922	Carlos Viegas Gago Coutinho	1869	1959
1916	Carlos Xavier Paes Barreto	1881	1969
1921	Cassiano Cardoso Castello	1882	1933
1921	Ceciliano Abel de Almeida	1878	1965
1984	Celi da Rocha Neves	1938	2014
1937	Celso Calmon Nogueira da Gama	1883	1944
1940	Celso Elpídio da Rosa Bomfim	1917	1981
1982	Christiano Dias Lopes Filho	1927	2007
1925	Christiano Vieira de Andrade	1860	1938
1965	Christiano Woëffell Fraga	1923	1998
1937	Cícero Moraes	1898	1985
1937	Claudionor Ribeiro	1908	

Pequena análise do quadro de Associados do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

2001	Clementino Dalmácio Santiago	1908	2012
1925	Clóvis Bevilacqua	1859	1944
1992	Clóvis Ramalhete Maia	1912	1995
2012	Consuelo Pondé de Sena	1934	2015
1937	Cristiano Ferreira Fraga	1892	1984
1988	Crystalino de Abreu Castro	1913	2008
1926	Cyrillo Pinto de Albuquerque Tovar Filho	1902	1927
1998	Dagmar Aderaldo de Araújo Chaves	1908	2002
1981	Dante de Laytano	1908	2000
1937	Darcy Martins de Mattos	1902	1981
1939	Dario Araújo	1884	
1916	Deocleciano Nunes Oliveira	1870	1919
1983	Deolindo Amorim	1906	1984
1988	Deusdedit de Vasconcelos Leitão	1921	2010
1992	Dijairo Gonçalves Lima	1929	2014
1999	Dino Willy Cozza	1935	2003
1998	Dirceu Cardoso	1913	2003
1981	Domingos Vieira Filho	1924	1981
1934	Edmundo Muniz Barreto	1864	1934
1916	Eduardo de Andrade e Silva		
1997	Eduardo Durão Cunha	1930	
1985	Egon Wolff	1910	1991
1993	Elfriede Orssich Slavetich	1914	1997
1916	Elias Tomazzi Podestá	1873	1955
1981	Elmo Elton Santos Zamprogno	1925	1988
1923	Elpídio João da Boamorte	1868	1936
1917	Elpídio Pimentel	1894	1971
1984	Elviro Athayde de Freitas	1914	1996
1923	Elysio de Carvalho	1880	1925
1983	Emanuel Soares da Veiga Garcia	1926	2007
1923	Emmanuel Gomes de Oliveira	1874	1955
1931	Epiphânio da Fonseca Dorea Menezes	1884	1976
1997	Érico de Freitas Machado	1925	2003

1992	Ernesta Cerulli	1927	2013
1982	Eugênio Lindenberg Sette	1918	1990
1939	Eugênio Neves Cunha	1901	
1998	Eugênio Trombini Pellerano	1914	2006
1917	Eurico Borges de Aguiar	1895	1940
1989	Eurico Vieira Rezende	1918	1997
1939	Eurípedes Queiróz do Valle	1897	1979
1922	Eusébio Néry Alves de Souza	1883	1947
1981	Felte Bezerra	1908	1990
1993	Ferdinand Berredo de Menezes	1929	2015
1925	Fernando de Abreu	1884	1948
1991	Fernando de Castro P. M. de Albuquerque e Cunha	1908	1997
1983	Fernando de Castro Rebello	1912	
1925	Fernando Duarte Rabello	1897	1971
1999	Fernando Segismundo Esteves	1915	2014
1961	Flamínio Fávero	1895	1982
1925	Flávio Ferreira da Silva Maroja	1874	1940
1925	Florentino Avidos	1870	1956
1981	Florival Alves Seraine	1910	1999
1925	Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior	1856	1929
1937	Francisco Clímaco Feu Rosa	1896	1957
1916	Francisco da Silva Rufino	1867	1925
1916	Francisco de Paula Mendes Wanderley	1860	1922
1937	Francisco Eujênio de Assis	1892	1974
1937	Francisco Generoso da Fonseca	1904	1975
1923	Francisco Gonçalves		
1943	Francisco José de Oliveira Viana	1883	1951
1943	Francisco Martins dos Santos	1903	1978
1916	Francisco Rodrigues da Fraga Loureiro		1919
1984	Francisco Schwarz	1916	1995
1993	Francisco Silva Nobre	1923	2007
1983	Frederic Mauro	1921	2001
1990	Frederico Teixeira Filho	1921	2004

Pequena análise do quadro de Associados do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

1985	Frieda Wolff	1911	2008
1929	Gelmires Reis	1893	1983
1997	Geraldo da Costa Matos		2010
1981	Gildo Willadino	1933	2006
2007	Gilson Leão Borges	1928	2011
1981	Guarino Alves de Oliveira	1921	1999
1986	Guido Fernando Silva Soares	1937	2005
1925	Guilherme Chambly Studart	1856	1938
1941	Guilherme Martinez Auler	1914	1965
1957	Guilherme Santos Neves	1906	1989
1929	Gustavo Dodt Barroso	1888	1959
1925	Gustavo Eduardo Hasselmann	1879	1929
1993	Halza Ramalhete Fraga	1932	1995
1981	Hegner Araújo	1929	2005
1982	Heitor de Paula Beiriz	1906	1995
1929	Heitor Moniz	1885	1956
1989	Hélio Alves de Athayde	1914	2009
1984	Hélio de Souza Melo	1921	2001
1923	Helvécio Gomes de Oliveira	1876	1960
1928	Henrique Adolfo Boiteux	1862	1945
1925	Henrique Augusto Wanderley	1877	1947
1992	Henrique Baptista Aranha Miranda	1918	2005
1929	Henrique Coelho Netto	1864	1934
1916	Henrique de Novaes	1885	1950
1916	Henrique O'Reilly de Souza	1871	1927
1922	Heráclito Amâncio Pereira	1894	1958
1941	Herculano Teixeira de Assunção		
1925	Hércules Penna		
1958	Heribaldo Lopes Balestrero	1899	1985
2000	Herinéa Lima Oliveira	1942	2007
1993	Hermes Guimarães	1910	1999
1928	Hermeto Pereira Lima	1871	1936
1981	Hermógenes Lima Fonseca	1916	1996

1992	Homero Athayde Fernandes Pinheiro	1917	1994
1982	Homero Mafra	1923	1984
1923	Honório de Souza Silvestre		
2000	Hugo Gonçalves Roma	1929	2014
1925	Hugo Vianna Marques		
1988	Idalgizo Simão	1923	
1985	Indá (Arlinda) Martins Soares Casanova	1910	
1994	Irysson da Silva	1925	2007
1981	Ivantir Antonio Borgo	1934	2004
1956	Ivo Amâncio de Oliveira	1908	1996
1925	Jair Etienne Dessaune	1903	1971
1992	Jair Pedrinha de Carvalho Amorim	1912	1993
1925	Jair Tovar	1896	1985
1965	Jayme Santos Neves	1909	1998
1917	Jerônimo de Souza Monteiro	1870	1933
1941	Jerônimo Monteiro Filho	1899	1962
1929	João Alcides Bezerra Cavalcanti	1891	1938
1921	João Aprígio Aguirre	1847	1924
1981	João Baptista Cavati	1892	1987
1925	João Barbosa Rodrigues Júnior	1872	
1937	João Bastos Bernardo Vieira	1898	1962
1917	João Batista Correia Nery	1863	1920
1959	João Batista da Motta e Albuquerque	1909	1984
1925	João Batista de Melo e Souza	1888	1969
1916	João Bernardino Alves	1888	
1992	João Bonino Moreira	1931	2004
1917	João Cândido Carneiro Campello		1943
1932	João Cândido Maia	1862	1944
1940	João de Almeida		
1986	João Freire Medeiros	1915	
1981	João Ignácio Feu Rosa	1925	2005
1916	João Lordello dos Santos Souza	1865	1940
1930	João Luiz Bastos Varella	1881	

Pequena análise do quadro de Associados do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

1916	João Manoel de Carvalho	1885	1965
1916	João Maria Calmon Adnet	1870	
1937	João Milton Varejão	1895	1970
1940	João Nunes Coelho	1874	1950
1929	João Pandiá Calógeras	1870	1934
1935	João Punaro Bley	1900	1983
1983	João Ribas da Costa	1908	
1923	João Rodrigues Coriolano de Medeiros	1875	1974
1994	Joaquim Beato	1924	2015
1917	Joaquim Fernandes Andrade e Silva	1847	1935
1916	Joaquim José Bernardes Sobrinho	1885	
1981	Joaquim Pires de Amorim	1917	
1993	Job Pimentel	1928	2005
1916	Jonas Meira Bezerra Montenegro	1891	1923
1929	Jonathas Archanjo da Silveira Serrano	1885	1944
1939	Jones Santos Neves	1901	1973
1930	Jorge Bahlis	1901	1952
1931	Jorge Bertolaso Stella	1888	
2005	Jorge Gerhardt Faria Santos	1925	2011
1998	Jorge Medauar	1918	2003
1997	José Ângelo da Silva Fernandes	1940	2013
1925	José Antonio Lopes Ribeiro	1868	1958
1981	José Antonio Ruschi Bittencourt	1943	1995
1959	José Antonio Ruy Cortes	1898	1995
1928	José Arthur Boiteux	1865	1934
2010	José Bartolomeu Correia de Melo	1945	2011
1916	José Bernardino Alves Júnior	1885	1967
1941	José Bueno de Oliveira Azevedo Filho	1912	
1991	José Carlos da Fonseca	1931	2005
2000	José Chamilete	1919	2001
1932	José Coelho de Almeida Cousin	1897	1991
1981	José de Arimatéia Tito Filho	1924	1992
1937	José de Barros Wanderley	1891	1976

1925	José de Freitas Bastos		1945
1917	José de Mello Carvalho Moniz Freire	1861	1918
1923	José Dias da Cunha	1877	1937
1983	José Eduardo Pizarro Drummond	1925	2007
1916	José Espíndula Batalha Ribeiro	1868	1942
1940	José Fontes Castelo Branco		
1925	José Francisco da Rocha Pombo	1857	1933
1983	José Garajau da Silva	1918	1998
1998	José Gonçalves Salvador	1916	2006
1981	José Guilherme Neffa	1934	
1981	José Honório Rodrigues	1913	1987
1986	José Hygino de Oliveira	1913	2011
1953	José Joaquim Gonçalves	1917	1988
1940	José Leão Nunes	1916	1977
1996	José Lugon	1925	2013
1985	José Luiz Holzmeister	1914	1995
1982	José Machado Lopes	1900	1990
1925	José Maria Moreira Guimarães	1864	1940
1983	José Moysés	1916	2000
1929	José Pacheco Dantas	1878	1961
1959	José Paulino Alves Júnior	1895	1990
1921	José Pedro Fernandes Aboudib	1896	1989
1999	José Pereira Lins	1921	2011
1916	José Rodrigues Sette	1885	1957
1981	José Schiavo	1913	1998
1985	José Sebastião Witter	1933	2014
1921	José Tavares Bastos Neto	1876	1937
1981	José Teixeira de Oliveira	1913	2004
1939	José Vicente Gomes de Sá	1886	1958
1983	José Vieira Coelho	1912	1991
1928	José Xavier Carvalho de Mendonça	1861	1930
1925	Josias Baptista Martins Soares	1874	1945
1961	Judith Freitas de Almeida e Mello		

Pequena análise do quadro de Associados do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

1981	Judith Leão Castello Ribeiro	1898	1982
1923	Júlio Afrânio Peixoto	1876	1947
1995	Julio de Oliveira Pinho	1919	1997
1925	Juvenal Francisco Pereira Ramos	1872	1952
1993	Lamartine Palhano Júnior	1946	2000
1982	Léa Carvalho Ferreira	1934	
1983	Leandro Nader	1925	
1984	Lécio Gomes de Souza	1909	1992
1931	Leopoldo Bettiol	1882	1966
1917	Levino Augusto de Holanda Chacon	1850	1932
1923	Levino de Araújo Vasconcellos Fanzeres	1884	1956
1959	Levy Curcio Rocha	1916	2004
1992	Lídia Besouchet de Freitas	1908	1997
1940	Lincoln de Carvalho Caldas	1895	
1925	Lindolpho Xavier	1876	1966
2005	Loadir Carlos Pasoline	1929	2013
1926	Loren Marion Reno	1872	1935
1916	Louis Jouffroy	1876	1924
1917	Lourenço de Moraes Freitas Barbosa	1867	1958
1983	Lourenço Fernando Tamanini	1924	2015
1929	Lucas Alexandre Boiteux	1881	1966
1981	Lúcia Alves Correa	1934	1993
1925	Luiz Adolpho Thiers Vellozo	1872	1930
1993	Luiz Borges de Mendonça	1925	1996
1984	Luiz Carlos Cunha	1933	1990
1923	Luiz Cláudio de Freitas Rosa	1881	1956
1929	Luiz de Freitas e Castro	1882	1959
1990	Luiz de Sá Rego Vieira	1913	
1937	Luiz Edmundo Malisek		1952
1916	Luiz Fraga		1950
2002	Luiz Hugo Guimarães	1925	2009
1929	Luiz Pedro Barbosa	1870	1949
1937	Luiz Scortegagna	1881	1951

1925	Luiz Serafim Derenzi	1898	1977
1991	Luiz-Philippe Pereira Leite	1916	1999
1917	Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna	1860	1924
1925	Manoel Bonfim	1868	1932
1943	Manoel Cícero Peregrino da Silva	1866	1956
1917	Manoel de Oliveira Lima	1867	1928
1916	Manoel dos Santos Neves	1868	1954
1974	Manoel Ferreira Milagres	1895	1988
1986	Manoel Gonçalves Maciel	1917	2005
1921	Manoel Lopes Pimenta	1890	1971
1937	Manoel Moreira Camargo	1909	1995
1986	Manoel Pedro Ferraz	1914	2005
1917	Manoel Silvino Monjardim	1876	1966
1916	Manoel Xavier Paes Barreto	1871	1960
1940	Manoel Xavier Paes Barreto Filho	1906	1991
1985	Marcello Moreira de Ipanema	1924	1993
1917	Marcílio Teixeira de Lacerda	1879	
1916	Marcondes Alves de Souza	1868	1938
1916	Marcondes Alves de Souza Júnior	1894	
1983	Maria Beatriz Figueiredo Abaurre	1937	2013
1993	Maria Helena Teixeira de Siqueira	1927	2010
1992	Maria José Salles de Sá	1918	2011
1945	Maria Stella de Novaes	1894	1981
1981	Maria Yonnita de Aguiar Ribeiro	1939	2003
1990	Marien Calixte	1935	2013
1999	Mário Antonio Barata	1921	2007
1925	Mário Aristides Freire	1886	1968
1984	Mário Bem Dias de Moura	1938	2013
1983	Mário Bonzano	1920	1998
1931	Mário Bouchardet	1879	
1991	Mário Bráz Antonio Santana de Menezes	1932	2011
1917	Mário Carneiro do Rego Mello	1884	1959
1923	Mário Corte Imperial	1883	1929

Pequena análise do quadro de Associados do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

1929	Mário de Sanctis	1882	
1981	Mário Leonidas Soares Casanova	1930	1990
1996	Mário Pires	1918	2005
1943	Mário Serrano	1895	1970
1981	Mário Souto Maior	1920	2001
1923	Mário Vasconcellos da Veiga Cabral	1894	
1981	Mário Ypiranga Monteiro	1909	2004
1995	Marlene Loureiro Serrat	1934	1999
1991	Maura de Senna Pereira	1904	1992
1925	Max Fleiuss	1868	1943
1981	Meroveu Pereira Cardoso Júnior	1907	1983
1979	Miguel Depes Tallon	1948	1999
1940	Miguel Manoel de Aguiar Júnior	1892	1986
1981	Milton Caldeira	1910	2010
1981	Milton Teixeira Garcia	1921	2007
1921	Mirabeau da Rocha Pimentel	1895	1973
2006	Moacir Rodrigues	1944	2007
1925	Moacyr Monteiro Avidos	1899	1932
1937	Moysés de Medeiros Accioly	1886	1959
1981	Namyr Carlos de Souza	1928	
1937	Nelson Abel de Almeida	1905	1991
1929	Nelson Coelho de Sena	1876	1952
1925	Nelson Goulart Monteiro	1896	
1920	Nestor Gomes	1875	1941
1992	Newton de Freitas	1907	1996
1929	Nicolao Duarte Silva	1905	
1917	Nilo de Freitas Bruzzi	1897	1978
1965	Nilo Martins da Cunha	1918	1990
1923	Nino Amâncio Pereira	1886	1938
1993	Nivaldo Xavier Valinhos	1935	2015
1947	Norbertino Bahiense dos Santos	1899	1989
1917	Octávio Alves Araújo	1882	1937
1984	Octávio Gonçalves Gomes	1916	1992

1931	Octávio José de Mendonça	1900	1974
1988	Olavo de Medeiros Filho	1934	2005
1993	Olegário Ramalhete Maia	1919	2005
1921	Olyntho do Couto Aguirre	1889	1952
1994	Olyntho Lamerto Moura da Silva	1958	2007
2005	Oneyda Viola Maio	1929	2014
1983	Orestes Secomandi Soneghet	1929	1985
1981	Ormando de Moraes	1915	2003
1925	Oscar Faria Santos	1879	1937
1995	Osmar Barbosa	1915	1998
1937	Osvald Cruz Guimarães	1896	
1925	Osvaldo Albuquerque		
1931	Oswaldo Coelho de Oliveira	1884	1952
1925	Oswaldo Goulart Monteiro		
1925	Oswaldo Poggi de Figueiredo	1875	1948
1993	Oswaldo Zanella Vieira da Costa	1920	1999
1943	Otávio Mangabeira	1886	1960
1998	Papiniano Manuel Carlos de Vasconcellos Rodrigues	1918	2012
1925	Paulo Américo de Argolo Silvado	1894	
2005	Paulo Batista Lima	1934	2008
1984	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	1902	1985
1925	Pedro Celso Uchoa Cavalcante	1864	1949
1939	Pedro de Alcântara de Orleães e Bragança	1875	1940
1939	Pedro de Alcântara Gastão de Orleães e Bragança	1913	2007
1928	Pedro Fontes		
1991	Pedro Teixeira	1940	2013
1981	Péricles Rocha de Sá	1923	
1928	Placidino Passos	1892	1983
1929	Raul de Azevedo	1875	1957
1996	Raul de Oliveira	1932	2003
1941	Raymundo Beltrão Pontes		
1922	Raymundo Thomé Bezerra		1935
1981	Regina Lacerda	1919	1992

Pequena análise do quadro de Associados do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

2002	Reginaldo Barbosa Sales	1923	2015
1957	Renato José Costa Pacheco	1928	2004
1981	Rubens de Mendonça	1925	1983
1964	Rui Vieira da Cunha	1926	2003
1982	Sebastião Augusto Valle Guimarães	1913	1993
1923	Sebastião Barroso Nunes	1875	1942
1929	Sebastião Paraná de Sá Sottomaior	1864	1938
1981	Sebastião Teixeira Sobreira	1918	2007
1996	Senithes Gomes Moraes	1924	2003
1981	Sérgio Buarque de Hollanda	1902	1982
1954	Serynes Pereira Franco	1911	1981
1928	Sezefredo Garcia de Rezende	1897	1978
1925	Solidônio Attico Leite	1867	1930
1928	Sylvio Froes de Abreu	1902	
1995	Tacy Cabral Zardini	1926	
1929	Tancredo de Barros Paiva	1883	1958
1916	Targino Neves	1874	1937
1981	Thales de Azevedo	1904	1995
1925	Theodoro Fernandes Sampaio	1855	1937
1941	Theófilo Feu de Carvalho	1872	1846
1923	Theófilo Paulino da Silveira	1858	1926
1925	Theóphilo Lopes da Costa	1897	1985
1930	Theotônio de Lacerda Freire Filho	1895	
1981	Theotonio Vilela Brandão	1907	1981
1925	Thiers Fleming	1880	1971
1943	Tristão de Alencar Araripe	1894	1969
1917	Ubaldo Ramallete Maia	1882	1950
1928	Ulysses Monegal	1878	
2006	Valter Ribeiro	1936	2010
1941	Valter Spalding	1901	1976
1984	Vasco José Taborda Ribas	1909	1997
1981	Veríssimo de Mello	1921	1996
1937	Vicente da Silva Loureiro	1902	1988

1931	Vicente do Rego Themudo Lessa	1874	1939
1993	Victor Biasutti	1925	2008
1923	Virgílio Alves Correia Filho	1887	1973
1992	Virgílio José Athayde Fernandes Pinheiro	1922	2006
1981	Waldemar Mendes de Andrade	1912	2003
1981	Waldemar Washington de Oliveira	1898	1987
1981	Waldir Vitral	1925	2012
1981	Walter Fernando Piazza	1925	2016
1925	Walter Moraes de Siqueira	1897	1979
1995	Walter Siqueira	1928	2003
1941	Walter Sócrates do Nascimento	1892	
2006	Wellington Costa City	1934	2008
1941	Wiker Sócrates do Nascimento		
1997	William Couto Gonçalves	1948	2015
1982	Wilma Paraíso Ferreira Almada	1936	1988
1986	Wilson de Lima Bastos	1915	1998
1981	Wilson Lopes de Rezende	1918	2014
1940	Wlademiro da Silva Santos	1891	1988
1917	Wlademiro Fradesso da Silveira	1863	1928
1925	Xenócrates João Calmon de Aguiar	1893	1970
1997	Xerxes Gusmão Neto	1942	2006
1989	Yvonne Pedrinha de Carvalho Amorim	1918	2011
1992	Zaura Dupont	1916	
1995	Zoel Correia da Fonseca	1925	2008

P – ano de posse

N – ano de nascimento

M – ano de morte

PANTEON DOS ASSOCIADOS FUNDADORES

Nome	Nascimento			Falecimento			
Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira	16	12	1867	-	19	4	1951
Adolpho Mário de Oliveira	25	5		-			
Affonso Cláudio de Freitas Rosa	2	8	1859	-	16	6	1934
Alonso Fernandes de Oliveira	26	3	1893	-	22	10	1952
Amâncio Pinto Pereira	8	4	1862	-	8	4	1918
Anésio Augusto de Carvalho Serrano	31	3	1850	-	20	7	1917
Antonio Aunon Sierra	3	4	1874	-	23	10	1930
Antonio Francisco de Athayde	22	9	1860	-	15	2	1945
Antonio Gomes Aguirre	23	8	1859	-	10	6	1928
Antonio Martins de Azevedo Pimentel			1857	-	24	12	1928
Archimimo Martins de Mattos	4	2	1880	-	5	7	1941
Aristides Brazilino de Barcellos Freire	18	12	1849	-	25	7	1922
Aristóteles da Silva Santos	16	8	1888	-	26	7	1935
Arnulpho Martins de Mattos	3	3	1877	-		3	1972
Arthur Antunes Barbosa Brandão	6	6	1872	-	4	8	1935
Arthur Lourenço de Araújo Primo	25	1	1872	-	4	5	1946
Bernardino de Souza Monteiro	6	10	1864	-	12	5	1930
Camilo Loureiro Bento Júnior	13	6		-			
Carlos Gomes de Sá	14	5	1888	-	31	10	1941
Carlos Xavier Paes Barreto	11	11	1881	-	11	7	1969
Deocleciano Nunes Oliveira	18	3	1870	-	14	3	1919
Eduardo de Andrade e Silva	25	5		-			
Elias Tomazzi Podestá	17	12	1873	-	3	3	1955
Francisco de Paula Mendes Wanderley	29	3	1860	-	5	4	1922
Francisco Rodrigues da Fraga Loureiro	21	7		-	9	12	1919
Francisco da Silva Rufino	14	2	1867	-			1925
Henrique de Novaes	16	8	1885	-	3	4	1950
Henrique O'Reilly de Souza	2	10	1871	-	18	12	1927
Joaquim José Bernardes Sobrinho	6	6	1885	-			
João Maria Calmon Adnet			1870	-			
João Bernardino Alves	17	9	1888	-			

Nome	Nascimento			Falecimento			
João Lordello dos Santos Souza	17	8	1865	-			1940
João Manoel de Carvalho	9	6	1885	-	25	11	1965
Jonas Meira Bezerra Montenegro	1	10	1891	-	5	5	1923
José Bernardino Alves Júnior	15	3	1885	-	4	4	1967
José Espíndula Batalha Ribeiro	29	2	1868	-	2	11	1942
José Rodrigues Sette	22	5	1885	-	2	11	1957
Luiz Fraga	27	7		-			1950
Louis Jouffroy			1876	-	14	9	1924
Manoel dos Santos Neves	12	10	1868	-	28	1	1954
Manoel Xavier Paes Barreto	11	8	1871	-	12	9	1960
Marcondes Alves de Souza	12	9	1868	-	29	4	1938
Marcondes Alves de Souza Júnior			1894	-			
Targino Neves			1874	-	29	1	1937

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na Gráfica JEP, Vitória-ES, em Junho de 2016.

Tiragem: 300 exemplares.